UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**
Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas (Câmpus de Palmas), aprovado pela Resolução Consepe nº 27/2009.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 31 de outubro de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas (Câmpus de Palmas), aprovado pela Resolução Consepe nº 27/2009, conforme Projeto, anexo a esta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor

EMC.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS (CÂMPUS DE PALMAS).

Anexo da Resolução n° 48/2018 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 31 de outubro de 2018

Palmas/TO
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 48/2018 – CONSEPE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS (CÂMPUS DE PALMAS).

Palmas/TO
2018

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

(VERSÃO 09)

ABRIL/2018

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Reitor
Luís Eduardo Bovolato

Vice-Reitora
Ana Lúcia Medeiros

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)
Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação (PROPESQ)
Raphael Sanzio Pimenta

Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEX)
Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)
Érica Lissandra Bertolossi Dantas

Pró-Reitora de Administração e Finanças (PROAD)
Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento (PROAP)
Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários (PROEST)
Kherlley Caxias Batista Barbosa

Diretor do campus Universitário de Palmas
Marcelo Leineker

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas
Marcos Antonio Dozza

CORPO DOCENTE DO COLEGIADO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Aline de Oliveira Silva
Alivínio de Almeida
Ana Lúcia de Medeiros
Andrés Lázaro Barraza de La Cruz
Claudomiro Moura Gomes André
Célio Antonio Alcântara Silva
Eder Lucinda Pereira
Elvio Quirino Pereira
Fernado Jorge Fonseca Neves
Frederico Poley Martins Ferreira
Gisele Barbosa de Paiva
Higino Julia Piti
Joaquim Eduardo Manchola Cifuentes
Juliana Aguiar de Melo
Keile Aparecida Beraldo
Nilton Marques de Oliveira
Marcleiton Ribeiro Morais
Marcos Antonio Dozza
Marcos da Silva Fernandes
Mônica Aparecida da Rocha
Waldecy Rodrigues
Willians dos Santos Silva
Yolanda Vieira de Abreu

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO(PPC) DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UFT é o resultado de uma proposta do O Núceo Docente Estruturante - NDE do curso de Ciências Econômicas dav Universidade Federal do Tocantins – UFT na gestão do coordenador de curso do Profº Msc Marcos Antonio Dozza.

O Núceo Docente Estruturante - NDE do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins-UFT foi instituído pelo Boletim semanal 046 de 06.01.2013 que pela portaria 2.173 de 27.12.2013 resolve nomear os docentes membros do NDE: Dr. Alivinio Almeida, matrícula 1412734; Dra Ana Lúcia Medeiros,matricula 1337121; Dr. Celio A. Alcântara Silva, matrícula 2869656; Msc. Higino Julia Piti, 1646881; Msc.Marcos Antonio Dozza, matrícula 2557178; Msc. Marcleiton Ribeiro Morais, matrícula 27275887; Dr. Waldecy Rodrigues, 1127187. E pelo boletim semanal 018 de 09.05.2016 que pela portaria 880 de 09.05.2016 resolve nomear os docentes membros do NDE: Dr. Milton Marques Oliveira matrícula 1630448; Ms. Fernando Jorge Fonseca Neves matrícula 1420934; Msc. Marcos da Silva Fernandes matrícula 2077342; Msc. Willians dos Santos Silva matrícula 1005082.

A reformulação do PPC do curso de Ciências Econômicas da UFT teve participações atuantes dos docentes: Dr. Alivinio Almeida; Dr. Nilton Marques de Oliveira; Dra Keile Aparecida Beraldo; Msc Marcos Antonio Dozza; Msc Fernando Jorge Fonseca Neves; Msc. Marcos da Silva Fernandes e Msc.Willians Santos da Silva que com seus conhecimentos muito contribuíram para alcançar com sucesso a finalização do PPC 2018.

SUMÁRIO

PARTE I - DA UNIVERSIDADE E DA PROFISSÃO.....4

1. MARCO INSTITUCIONAL.....5

1.1 – APRESENTAÇÃO.....5

1.1.1. Contextualização do Curso.....5

1.2. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.....5

1.2.1. A UFT no Contexto Regional e Local.....8

1.3. ELEMENTOS ESTRUTURAIS.....10

1.3.1. Estrutura Político-Administrativa da UFT.....11

1.3.2. Dos Campus Universitários.....12

1.3.3. Da Administração Superior.....12

1.3.4. Das Atividades Universitárias.....16

1.4. Aspectos Institucionais UFT.....16

1.4.1 Infraestrutura Física da UFT campus de Palmas.....17

1.5. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO EDUCATIVA DA UFT.....21

1.5.1. Indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.....21

1.5.2. Princípio da inserção na comunidade.....21

1.5.3. Princípio da qualidade.....22

1.6. PRIORIDADE INSTITUCIONAL.....22

1.6.1. A educação.....22

1.6.2. A formação técnico-profissional 8.....23

1.7. PARADIGMAS DE GESTÃO EDUCACIONAL.....23

1.7.1. Eficiência e eficácia.....23

1.7.2. Relevância.....23

1.7.3. Efetividade 24

1.8. PERFIL DESEJADO PARA OS GRADUADOS DA UFT.....24

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....25

2.1 – CIÊNCIAS ECONÔMICAS.....25

2.1.1. Histórico do Curso de Ciências Econômicas: 27

2.1.2. Regulamentação da Profissão 28

2.2. FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ECONOMISTA.....29

2.3. ATUAÇÃO DO ECONOMISTA.....30

PARTE II – DO CURSO.....34

1. DA JUSTIFICATIVA.....35
1.1. JUSTIFICATIVA GERAL.....35
1.2. JUSTIFICATIVA SOCIAL DO CURSO.....36
2. ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO.....37
3. CONDIÇÕES DE OFERTA.....30
4. REGIME DE MATRÍCULA.....40
5. PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO.....40
6. AVALIAÇÕES E DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO.....41
7. DO PROCESSO SELETIVO.....41
PARTE III – DO PROJETO PEDAGÓGICO.....42
1. CONCEPÇÃO DO CURSO.....43
2. OBJETIVOS DO CURSO.....43
3. PERFIS PRETENDIDOS.....44
3.1. PERFIL DO ALUNO A SER DESENVOLVIDO.....45
3.2. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....45
4. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....46
5. DIRECIONAMENTO DO EIXO EPISTEMOLÓGICO.....47
6. BASES CONCEITUAIS DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS.....48
6.1. ENSINO.....48
6.1.1. Currículo.....48
6.1.2. Sistema de Avaliação.....52
6.2. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino de Graduação.....55
6.2.1. Participação dos Discentes nas Atividades Acadêmicas.....56
6.2.2. Programas/Projetos/Atividades de Iniciação Científica.....56
6.3. EXTENSÃO.....58
6.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....59
6.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....59
6.6. MONITORIA.....60
6.7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....60
6.8. DISCIPLINAS OFERTADAS EM MÓDULOS.....61
7. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO 64
7.1. TOTALIZAÇÃO GERAL DE CARGA HORÁRIA.....66
7.2. GRADE CURRICULAR - DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....66
7.3. DISCIPLINAS OPTATIVAS.....68

7.4. INTEGRALIZAÇÃO.....69
7.5. DISCIPLINAS DE EQUIVALÊNCIA DE PPC.....69
7.6. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS.....72
8. PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO MAGISTÉRIO FEDERAL.....101
8.1. TITULAÇÃO E TEMPO DE MAGISTÉRIO SUPERIOR.....102
8.2. ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO.....103
9. ADMINISTRAÇÃO DO CURSO.....104
9.1. COORDENAÇÃO DO CURSO.....104
9.2. PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COORDENAÇÃO DO CURSO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS ACADÊMICOS DA IES.....104
9.3. PARTICIPAÇÃO DO COORDENADOR E DOS DOCENTES EM COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE.....104
9.4. APOIO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO AOS DOCENTES.....105
9.5. PLANO DA CARREIRA DOCENTE.....106
9.6. RELAÇÃO DISCIPLINAS/ DOCENTE.....107
9.7. ATUAÇÃO NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS.....107
ANEXOS.....108

PARTE I - DA UNIVERSIDADE E DA PROFISSÃO

1. MARCO INSTITUCIONAL

1.1 – APRESENTAÇÃO

Nome: Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.
Sede: Av. NS 15, ALCNO 14, Campus Universitário

Telefone: (63) 32328026

Sítio: http://www.uft.edu.br

1.1.1. Contextualização do Curso

Nome do Curso: Ciências Econômicas
Modalidade do Curso: Bacharelado

Ato Legal de Reconhecimento do Curso: Portaria MEC nº 588/2006, publicada no Diário Oficial da União nº 175, de 12/09/2006.

Número de Vagas: 80 anuais

Turno de Funcionamento: Matutino e Noturno

Diretor do Campus: Prof. Marcelo Leineker

Coordenador do Curso: Prof. Marcos Antonio Dozza

1.2. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de

Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº 041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2.1. A Universidade Federal do Tocantins- UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque.

A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a UFT participa da formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante desse contexto o curso de Ciências Economicas da Universidade Federal do Tocantins-UFT busca de atender os mais diversos sujeitos, ofertando conteúdos programáticos em conformidade à Resolução Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004 do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO, que

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana.

Estas disposições legais instituem a obrigatoriedade dos estudos acima apontados tanto na educação básica quanto no ensino superior, portanto, em todos os níveis e também modalidades de ensino, bem como, em forma de disciplinas específicas e de conteúdos transversais que devem ser trabalhados em todas as disciplinas.

Assim, a estrutura da atual da grade currícular do curso corresponde à referida resolução do CNE, adaptado ao contexto o estado do Tocantins que constituem-se no *habitat* privilegiado de um grande conjunto de sociedades indígenas e remanecentes quilombolas.

De acordo com Paula (2010)

> "Educar é uma prática social, que não é neutra, isenta imparcial. Em nossas ações colocamos não somente as nossas profissões, mas as nossas histórias, nossas vidas. Falar de educação de práticas pedagógicas ou práticas educativas é muito mais do que um ato mecânico, produzido para publicação um determinado congresso, ou periódico, é um relato sobre a vida, sobre a experiência, e sobre a luta".

Nesse contexto o curso de Ciências Econômicas contempla nas disciplinas de Economia Brasileira I com abordagem aos ciclos econômicos de produtos primários e Economia da Agricultura com abordagem em sua contribuição na industrialização do Brasil conteúdos programáticos com relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira, Africana e Indigena.

1.3. ELEMENTOS ESTRUTURAIS

A estrutura organizacional da UFT é determinada pelo Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins e se encontra em consonância com os pressupostos nos *TÍTULO II – Da Estrutura e Constituição da Universidade* (Capítulo I – Disposições Preliminares, Capítulo II – Dos *Campi* Universitários); *TÍTULO III – Da Organização Universitária* (Capítulo I – Da Administração Superior: seção I: Da Assembléia Universitária, seção II: Do Conselho Universitário, seção III: Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, seção IV: Da Reitoria, seção V – Do

Conselho de Desenvolvimento da UFT; CAPÍTULO II – Da Administração das Unidades Universitárias) e *TÍTULO IV - Das Atividades Universitárias*.

Para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Fundação Universidade Federal do Tocantins estruturar-se-á em *campi* Universitários, unidades perfeitamente definidas, com funções próprias e organização semelhante, instituídos como órgãos abertos a toda a entidade.

1.3.1. Estrutura Político-Administrativa da UFT

Segundo o Estatuto da Fundação UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE**: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.
- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
- **Pró-Reitorias:** No Estatuto da UFT, estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art.20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art.22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estão estruturadas em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art.24).
- **Conselho do Diretor:** é o órgão dos *campi* de Ensino e Pesquisa com

funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art.26).

- **Diretor de Campus**: docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT.
- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no artigo 37 do Estatuto da UFT.
- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art.36). Suas atribuições estão previstas no artigo 38, do estatuto da UFT.

1.3.2. Dos Campus Universitários

Os Campus Universitários são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão em múltiplas áreas do conhecimento. Aos *Campi* estão vinculadas as áreas de graduação e pós-graduação, bem como as unidades de pesquisa e os programas de extensão. Os *Campi* terão uma organização acadêmica não burocrática, responsável pela operacionalização didático-científica, além de administrar a distribuição de pessoal. Os *Campi* terão unidades orçamentárias, dispondo de autonomia relativa, de acordo com as normas pertinentes:

- *Campus* Universitário de Araguaína;
- *Campus* Universitário de Arraias;
- *Campus* Universitário de Gurupi;
- *Campus* Universitário de Miracema;
- *Campus* Universitário de Palmas;
- *Campus* Universitário de Porto Nacional;
- *Campus* Universitário de Tocantinópolis.

1.3.3. Da Administração Superior

1. Assembléia Universitária;

2. Conselho Universitário;
3. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
4. Reitoria;
5. Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT).

1.3.3.1. Assembléia Universitária

A Assembléia Universitária reunir-se-á ordinariamente, quando do início e do encerramento das atividades letivas, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Reitor, para tratar de assuntos relevantes à vida universitária, para tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Reitor sobre as atividades desenvolvidas no ano letivo anterior e dos planos fixados para o exercício seguinte. Assembléia Universitária tem a seguinte constituição:

- Pelos membros do corpo docente;
- Pelos membros do corpo discente;
- Pelos membros do corpo técnico-administrativo.

1.3.3.2. Do Conselho Universitário

O Conselho Universitário é o órgão deliberativo supremo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a funcionar como instância de deliberação superior e de recurso. O Conselho Universitário tem a seguinte constituição:

- Reitor, que será seu presidente;
- Vice-Reitor;
- Pró-Reitores;
- Coordenadores de *Campi*;
- 02 (dois) representantes da comunidade discente;
- 02 (dois) representantes da comunidade docente;
- 02 (dois) representantes da comunidade de servidores técnico-administrativos.

1.3.3.3. Do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão tem a seguinte constituição:

- Reitor, que será seu Presidente;
- Vice-Reitor e Pró-Reitores;
- Coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação *strictu senso*;
- 1/5 (um quinto) de representação discente, referente aos demais membros do Conselho;
- Um representante do corpo docente;
- Um representante do corpo técnico-administrativo.

1.3.3.4. Da Reitoria

A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão de poder executivo, de coordenação, de fiscalização e de superintendência das atividades universitárias, tendo a seguinte composição:

- Gabinete do Reitor;
- Gabinete do Vice-Reitor;
- Pró-Reitorias;
- Procuradoria Jurídica;
- Assessoria Especial Estratégica;
- Assessoria de Assuntos Internacionais;
- Assessoria de Comunicação Social;
- Assessoria de Informática.

1.3.3.5. Do Conselho de Desenvolvimento da UFT

O Conselho de Desenvolvimento da UFT é um órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins. O Conselho de Desenvolvimento da UFT tem a seguinte constituição:

- Reitor, que será seu presidente;
- Um representante do setor industrial do Estado do Tocantins;
- Um representante do setor de comércio e serviços;
- Um representante agropecuário do Estado;
- Um representante das pequenas e microempresas;
- Um representante da imprensa;
- Um representante do Governo do Estado;
- Um representante do Sindicato dos Trabalhadores;
- Um representante do fórum dos movimentos sociais;
- Um representante dos discentes;
- Um representante dos docentes;
- Um representante dos servidores técnico-administrativos.

1.3.3.6. Da Administração das Unidades Universitárias

O Diretor do *Campus* será eleito pela comunidade universitária de cada *Campus*, com mandatos de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *Campus*. Os *Campi* terão como órgão deliberativo um Conselho Diretor, formado pelo (s):

- Diretor do *Campus,* seu presidente;
- Coordenadores de Curso;
- Um representante do corpo docente;

- Um representante do corpo discente de cada curso;
- Um representante dos servidores técnico-administrativos.

1.3.4. Das Atividades Universitárias

As atividades universitárias, compreendendo o ensino, a pesquisa e a extensão, serão exercidas mediante estrutura e métodos que preservem a integração destas funções, sob a coordenação do curso. As coordenações de terão como órgão deliberativo um Colegiado, formado:

- Coordenador do Curso, seu presidente;
- Todos os docentes do curso;
- 1/5 (um quinto) de representação discente, referente aos demais membros do Conselho;

1.4. Aspectos Institucionais UFT

MISSÃO

Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimentos com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal”

VISÃO

Ser reconhecida nacionalmente, até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão

VALORES

•. Respeito à vida e à diversidade;

• Transparência;

• Comprometimento com a qualidade;

• Criatividade e inovação;

• Responsabilidade social;

• Equidade.

1.4.1 Infraestrutura Física da UFT campus de Palmas

Instalações Gerais

Os espaços físicos utilizados no Campus de Palmas estão distribuídos em Blocos de salas de aulas, de laboratórios, Administrativo e a Estação Experimental.

Os Blocos A, B, C, D, E, F, G, H, I são blocos exclusivos para salas de aulas teóricas.

No Bloco I, existem salas de aulas específicas para o Curso de Arquitetura e Urbanismo, Sindicato dos Técnicos Administrativos.

No Bloco II, localizam-se a, Setor de Patrimônio, Salas de Professores, Sindicato dos Docentes, sala de reunião e Laboratórios de Ensino.

No Bloco III, Localiza-se os Laboratórios de Informática, Salas dos PETs, Coordenações e salas de aula dos Mestrados e dois Auditórios.

O Bloco IV é a administração superior da UFT (Reitoria, Pró-Reitorias) e sua edificação apresenta uma área construída de aproximadamente 2.817m2.

No Bloco Bala, localiza-se, a Secretária Acadêmica, Recursos Humanos do Campus de Palmas, Coordenações de Cursos, Laboratório de informática, almoxarifado, Oficina de Informática, Protocolo, Sala de videoconferência e salas de professores.

O Bloco BALA 2 estão a parte administrativa da Direção do campus, com a Direção e as coordenações de curso.

O prédio CUICA, localiza-se o Auditório Central da UFT, com capacidade para 458 pessoas.

Nos Lab I, II e III, localizam-se os Laboratórios específicos da área de saúde, onde são ministradas as aulas praticas.

A Estação Experimental é o local onde desenvolvem-se pesquisas que necessitem de maior área (experimentos de campo), e abriga também laboratórios que ministram aulas praticas.

O prédio da Biblioteca Central da UFT entrou em operação em março de 2011 com a transferência do acervo do seu antigo espaço (bloco I), para o novo prédio.

Foi entregue em 2011 o prédio da Rádio Universitária, que, no entanto, ainda não está em funcionamento.

Estão em fase de construção, um Complexo de laboratórios, com 5 prédios, para atender os vários cursos do Campus de Palmas.

Está em fase de construção o Restaurante Universitário – RU do Campus de Palmas.

Espaço físico

Os espaços físicos estão de acordo ao número de usuários e ao tipo de atividade proposta para cada ambiente específico.

Todas as instalações possuem condições satisfatórias referentes à acústica, iluminação e ventilação. A maioria possui iluminação natural e artificial, climatização por ar-condicionado ou ventiladores, mobiliário em quantidades suficientes. A limpeza e conservação são feitas por equipe de limpeza terceirizada.

Quanto à manutenção preventiva e corretiva dos prédios são contratados empresas conforme a necessidade e o tipo de serviço, em alguns caso são resolvidos por funcionários da empresa terceirizada ou por funcionários do quadro efetivo da instituição.

Salas de aula

A UFT, no Campus de Palmas, dispõe de 72 salas de aula de variados tamanhos para atender os diversos perfis de disciplinas dos cursos oferecidos, equipadas com TV LCD 42 polegadas com entrada e cabos para computador. Os elementos construtivos possibilitam a utilização de iluminação e ventilação de forma reversível entre a natural e a artificial, uma vez que a maioria possui janelas bem dimensionadas e

Instalações administrativas

O campus de palmas possui aproximadamente 70 salas administrativas, que são organizadas de forma a oferecer boas condições de trabalho ao corpo técnico que desenvolve atividades de direção, administração, secretaria das coordenações, secretaria acadêmica, recursos humanos, protocolo, almoxarifado, dentre outras. Todas equipadas com cerca 170 computadores e impressoras centrais, que possibilitam o desenvolvimento de variadas tarefas.
mencionadas assim como favorece a logística no atendimento ao público.

Instalações para docentes

A UFT destina para os professores salas individuais e coletivas. As salas

individuais são destinadas a professores com dedicação exclusiva que coordenam laboratórios para atividades didático-pedagógicas práticas e pesquisas. Estas salas estão listadas e descritas em conjunto com os laboratórios aos quais estão ligadas. As salas coletivas destinam-se a reuniões e programação de atividades, pesquisas, montagem de aulas. Compõem-se de um laboratório de informática, 01 sala de reuniões e 28 Salas de Apoio Docente.

Os docentes têm a sua disposição, nos blocos II e Bala, uma sala de apoio, com computador e internet via cabo e via wireless onde o professor pode conectar seu notebook na rede, sendo o local climatizado.

Infraestrutura de segurança

A Universidade mantém convênio para serviço de segurança e vigilância interna e externa. Por ser uma universidade pública é difícil vetar a entrada de qualquer pessoa em seu horário de funcionamento, sendo que isso dificulta uma excelente segurança aos nossos alunos e funcionários.

A UFT dispõe de uma Coordenação de Patrimônio originalmente composta com a função básica de zelar pelo patrimônio da instituição, responsabilizando-se pela manutenção e conservação das instalações físicas e de equipamentos, imobilização e controle dos bens móveis.

Infra-Estrutura Acadêmica

1) Curso de Administração: Escritório Modelo de Administração.
2) Curso de Arquitetura e Urbanismo: Laboratório de arquitetura; laboratório audiovisual e laboratório de conforto ambiental.
3) Curso de Ciência da Computação: Laboratório de hardware; labin 09, 11, 12 e 13; núcleo de desenvolvimento de software.
4) Curso de Ciências Econômicas: Sala de professores: núcleo de economia aplicada; programa de educação tutorial (PET) e escritório modelo de economia.
5) Curso de Comunicação Social: Laboratório de Fotografia; laboratório de rádio; laboratório de redação; laboratório de vídeo.
6) Curso de Direito: Núcleo de Práticas jurídicas; escritório modelo do Fórum Estadual; escritório modelo da Justiça Federal.

7) Curso de Engenharia de Alimentos: Laboratório de análise sensorial; laboratório de frutas e hortaliças; laboratório de sistema de produção de energia de fontes renováveis – LASPER; laboratório de microbiologia e bioprocessos; laboratório de tecnologia de amilaceos e panificação; laboratório de tecnologia de leites e derivados.
8) Curso de Engenharia Ambiental: Laboratório de caracterização e impactos ambientais; laboratório de biotecnologia; laboratório de geologia; laboratório de geoprocessamento; laboratório de ecologia; laboratório de hidrobiologia; laboratório de hidrologia; laboratório de meteorologia e climatologia; laboratório de microbiologia ambiental; laboratório de processos de separação de biomoléculas e desidratação – LAPSDEA; laboratório de química; laboratório de saneamento ambiental.
9) Curso de Medicina: Enfermaria modelo; laboratório de anatomia humana; laboratório de anatomia patológica; laboratório de biofísica; laboratório de farmacologia e patologia clinica; laboratório de bioquímica, imunologia e genética – LABIG; laboratório de citologia e histologia e patologia; laboratório de cultura de células; laboratório de epidemiologia; laboratório de microbiologia e parasitologia; laboratório de multi usuário; laboratório de técnicas de saúde; laboratório de técnica cirúrgica; sala de expurgo.
10) Curso de Pedagogia: Núcleo interdisciplinar de educação em direitos h. Humanos.

Biblioteca

A Universidade Federal do Tocantins conta com uma Biblioteca no Campus Universitário de Palmas que atende aos 17 cursos de graduação oferecidos, ao corpo de funcionários técnicos administrativos, professores e a programas de Pos-Graduacao Stricto Sensu.

A biblioteca tem como finalidade oferecer apoio aos programas acadêmicos da UFT por meio de serviços e produtos que forneçam suporte para pesquisas acadêmicas. Como parte integrante do desenvolvimento da aprendizagem e como centro de informações, incentiva e assessora tecnicamente o corpo docente e discente quanto a utilização do acervo bibliográfico e dos recursos informacionais existentes.

O Espaço físico da biblioteca compreende: Área de 550,20m2 no 1º pavimento

398,20m2 e 2º pavimento: 152m 2.

A biblioteca da UFT/CUP esta dividida em dois pavimentos:

- 1° pavimento: acervo geral, expositor de novas aquisições (livros e periódicos), jornais para consulta local, sala de estudos, balcão de atendimento, guarda volumes, sala de coordenação, sala de aquisição de materiais, sala de processamento técnico.
- 2° pavimento: sala de leitura coletiva, sala de estudo com cabines para estudos individuais, sala com materiais especiais (fitas de video-VHS e armário com CDs-Rom), estantes com monografias, dissertações e teses, seção de periódicos.
- A biblioteca possui 20.679 Títulos e 61.382 exemplares de livros.

1.5. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO EDUCATIVA DA UFT

A Missão da UFT se apóia em alguns princípios basilares que fundam e fundamentam a *práxis* da Fundação Universidade Federal do Tocantins, norteando todo o pensar e o agir administrativos e pedagógicos. São três os grandes princípios que nortearão todas as ações da UFT:

1.5.1. Indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Fundamenta-se na idéia de que o saber nunca é acabado e perfeito, mas sempre algo em constante devir; a função primordial do saber é ajudar o homem, como indivíduo e como membro de uma comunidade, a buscar sua realização pessoal e social. Através desse princípio, a UFT demonstrará que, no agir acadêmico inter e transdisciplinar, permite o rompimento do individualismo em todos os níveis de modo a estimular a ética e os ideais de solidariedade humana.

1.5.2. Princípio da inserção na comunidade

Fundamenta-se na idéia de que a instituição que se aliena dos problemas de sua comunidade, perde, em grande parte, sua própria razão de ser. Sem desconhecer sua vocação universal como geradora e divulgadora de saber, a

peculiaridade de sua localização geográfica exige da UFT uma atenção toda especial aos problemas de sua região, para ser uma das agências atuantes na busca das soluções necessárias. Este princípio também se fundamenta na convicção da importância da formação da comunidade educativa, através da qual a responsabilidade pelo cumprimento da missão institucional está dividida entre alunos, professores, funcionários, administradores e comunidade que, participando crítica e enfaticamente do processo acadêmico, promoverão o exercício da plena cidadania.

1.5.3. Princípio da qualidade

Fundamenta-se em duas idéias, a primeira de que somente o homem é agente de seu futuro, daí a preocupação com a qualificação constante dos recursos humanos que atuam na UFT e dos que dela saem para atuarem na sociedade. A segunda são as atividades bem planejadas, os recursos materiais (estrutura físicas e equipamentos) e os funcionais que atualizados podem ser importantes instrumentos de qualidade acadêmica. Segundo este princípio, o ensino e a vivência escolar serão conduzidos de modo a criar as melhores e mais apropriadas oportunidades para que os indivíduos se desenvolvam na sua total potencialidade cultural, política, social, humana e profissional e permearão todas as atividades desenvolvidas nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

1.6. PRIORIDADE INSTITUCIONAL

A Fundação Universidade Federal do Tocantins, embasada na consciência de que na complexidade e amplitude do saber não é possível alcançar excelência plena em todas as áreas, e que é preciso responder às exigências da comunidade em que se acha inserida, optou por priorizar:

1.6.1. A educação

Como um dos aspectos mais significativos no atendimento às necessidades de seu meio, buscando tornar-se uma agência de primeira linha na formação e

qualificação de recursos humanos para a área educacional, atendendo aos reclames da comunidade e do País, que tanto anseiam por uma educação mais eficaz e de alto nível de qualidade.

1.6.2. A formação técnico-profissional

Buscando atender às exigências da comunidade, ampliando sua oferta de serviços, colocando-se à disposição da sociedade como preparadora de profissionais competentes com uma consciência ética aprimorada e comprometida com o desenvolvimento regional e nacional.

1.7. PARADIGMAS DE GESTÃO EDUCACIONAL

Segundo a UNESCO, as instituições de ensinos enfrentarão, no século XXI, os seguintes desafios: Relevância, Pertinência, Qualidade, Financiamento, Gestão, e Cooperação Internacional. Desta forma, as organizações administrativas das instituições devem refletir alguns critérios basilares:

1.7.1. Eficiência e eficácia

Os métodos e os processos administrativos e pedagógicos devem seguir padrões de planejamento e avaliação segundo indicadores de qualidade anteriormente estabelecidos. A meta, desde o momento de seu credenciamento, é obter padrões máximos de avaliação pelo MEC.

1.7.2. Relevância

A comunidade acadêmica da UFT, alunos, professores, gestores e corpo administrativo - têm o compromisso de funcionar organicamente. As práticas pedagógicas conscientes, democraticamente discutidas e planejadas, a produção do conhecimento e a inserção na comunidade são caminhos para o aprimoramento individual e coletivo, bem como o rumo para a qualidade dos trabalhos.

1.7.3. Efetividade

A presença da UFT na comunidade de Palmas, do Tocantins e da Região Norte, voltando toda sua capacidade de instituição formadora e geradora de conhecimento para o aprimoramento da qualidade de vida da população.

Estas posições implicarão na oferta de Cursos de Graduação e Pós-Graduação que se relacionem profundamente com as vocações da Região Norte e as do Estado do Tocantins, na identificação dos campos de pesquisa e no estabelecimento de programas de extensão para que a UFT, seja, cada vez mais, uma presença viva e atuante em seu meio.

1.8. PERFIL DESEJADO PARA OS GRADUADOS DA UFT

Com base no referencial teórico, exposto anteriormente, deseja-se formar profissionais que demonstrem competências e habilidades comuns para:

- Atuar criticamente nos espaços (tempo da trajetória profissional);
- Resolver problemas com habilidade e atitude científica;
- Atuar de forma comprometida, participativa e competente;
- Empreender um movimento contínuo de aprendizagem;
- Lidar com a incerteza de forma criativa e científica;
- Buscar a interdisciplinaridade no processo de trabalho;
- Utilizar, como instrumento de trabalho, os recursos da comunicação e da informática;
- Refletir sobre a prática, reformulando-a e estabelecendo relações com a teoria;
- Agir com autonomia intelectual e moral;

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 – CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Apesar da atividade econômica e os problemas dela resultantes tenham sido alvo que chamasse atenção às comunidades primitivas, o estudo sistemático envolvendo o campo da economia é algo relativamente recente. Na verdade, em todas as épocas da história universal as pequenas comunidades procuraram solucionar de forma eficiente seus problemas de natureza econômica. A economia, somente começou a despontar como ciência, a partir do século XVIII. No século seguinte (séc. XIX) apresentou uma evolução extraordinária, o mesmo foi observado de forma substancial no século passado.

No último século, os grandes avanços ocorridos no campo da economia são atribuídos à eclosão das duas grandes guerras (1914 / 18 e 1939 / 45) e da crise econômica que assolou o mundo ocidental logo após o primeiro conflito entre as nações do velho continente. Em meio às inflações, às depressões, enfim a desordem econômica mundial, muitos economistas e profissionais de outras áreas do conhecimento atenderam o chamamento feito pelos grandes estadistas da época, que reclamavam soluções para problemas econômicos do pós-guerra. A partir daí a economia passaria a ter grande interesse e que acabaria se manifestando profundamente na formação dos profissionais desse campo do conhecimento.

Como curso integrante das ciências sociais, apresenta atualmente uma matriz curricular que leva ao futuro profissional da área, uma formação teórica, plural e aplicada, proporcionando-o condições necessárias à busca de soluções-alternativas para o enfrentamento dos mais diversos questionamentos de natureza econômica, considerando o dinamismo dos conhecimentos científicos e da complexidade de que se revestem as relações sociais. Assim sendo, a economia é uma ciência social a serviço da construção de um mundo melhor, que dentre seus propósitos, tem o de promover políticas que possam propiciar desenvolvimento econômico e a distribuição de renda. A formação de um profissional de economia é dotada de uma base científico-cultural sólida, acompanhado de uma visão humanística e preparado para identificar o meio em que vai atuar e nele interferir com eficiência e responsabilidade.

Diante das mudanças constantes motivadas pela nova ordem de desenvolvimento, vivenciado em todos os aspectos da economia global, especialmente no campo da tecnologia de informação, as ciências se preocupam em buscar alternativas capazes de acompanhar as novas transformações de tal sorte a se ajustar a nova mentalidade renovadora. Com base nessa percepção, o Sistema COFECON/CORECON's vem, não somente, desenvolvendo as ações com vistas a assegurar correta atuação do economista e garantir a qualidade dos serviços prestados, como também tem tomados medidas para o aperfeiçoamento do conjunto de normas que rege a profissão.

A combinação do estudo da teoria econômica com disciplinas quantitativas, históricas, sociológicas e filosóficas, a estrutura curricular do curso de economia forma um profissional capaz de captar rapidamente as mudanças sócio-econômicas e assimilar novas técnicas. A nova a essência da formação do economista permite a sua perfeita adaptação a um cenário que se caracteriza pela necessidade de respostas rápidas que retratem uma visão ampla, em diferentes áreas de competências, focadas para:

- Estudar e compreender as teorias que deram origem às Ciências Econômicas, como instrumento de formação histórico-crítica para entender a realidade presente e ter condições de projetar o futuro,
- Estudar as relações econômicas contraditórias dos sistemas econômicos, assim como estabelecer parâmetros ético-científicos de intervenção social a partir do ponto de vista da desigualdade de oportunidades de acesso à renda e aos bens sociais,
- Compreender e analisar criticamente as políticas macroeconômicas implementadas pelas autoridades fiscais e monetárias, tanto no período corrente (conjuntura), quanto do passado (história econômica),
- Entender o crescente fluxo internacional de capitais, e o papel das instituições que o regulam, na definição do grau de liberdade das políticas econômicas nacionais,
- Analisar criticamente o papel e a influência das economias avançadas e as especificidades das economias subdesenvolvidas ou periféricas no cenário econômico mundial, e

- Ter o perfeito domínio e a competência para analisar as teorias microeconômicas, como instrumental teórico capaz de conduzir à interpretação das diversas relações presentes no processo produtivo.

2.1.1. Histórico do Curso de Ciências Econômicas:

O curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) tem como embrião o Art. 1° do Decreto N° 332 de 18 de outubro de 1996, conforme consta no Diário Oficial N° 556, Pág. N° 5080 do Estado do Tocantins, onde é autorizada a criação do Curso de Ciências Econômicas para funcionamento em 1997, junto ao Centro Universitário de Palmas da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS).

Neste período, o Curso de Ciências Econômicas passaria, ainda, pela autorização de funcionamento, pelo prazo de dois anos, concedido pelo Decreto N° 857 de 8 de novembro de 1999, emitido pelo Governo do Estado do Tocantins. O Curso de Ciências Econômicas provém do processo de federalização ocorrido sobre parte da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS). A Universidade Federal do Tocantins foi criada pela Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, mas veio a se consolidar em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da UNITINS, mantida pelo Estado do Tocantins.

Em 2006, o Curso de Ciências Econômicas teve seu reconhecimento renovado por meio do Art. 1° da Portaria N° 558, de 6 de setembro de 2006, conforme seção 1 do Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2006.

Em Junho de 2008 teve inicio a reformulação do novo Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UFT, tendo como marcos norteadores o Projeto de Desenvolvimento Institucional 2007 a 2011 (PDI); Projeto Pedagógico Institucional – PPI, a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE Nº 005/2005 que orienta a elaboração e reformulação do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFT e a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2007 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado.

O Curso de Ciências Econômicas da Univrrsidade Federal do Tocantins – UFT

conta em seu corpo docente a seguinte composição: 23 docentes efetivos, sendo a carga horária distribuída em 18 docentes com dedicação exclusiva; 4 docentes com 20 horas e 1 docente com 40 horas. Dos docentes citados, 11 com titulação de Mestre e 12 com titulação de Doutor.

2.1.2. Regulamentação da Profissão

A profissão do economista foi regulamentada por meio da Lei nº 1.411 de 13 de agosto de 1951**.** A Lei dispõe sobre as atividades profissionais, caracterizando o exercício profissional como de interesse social e humano. Assim sendo, especifica que as atividades do economista deverão estar focadas nas realizações de ações orientadas ao planejamento, orçamento, elaborações de projetos e definições de estratégias, visando com isso uma melhor utilização de recursos naturais do País e o alcance de melhor performance da economia em todos seus aspectos produtivos.

A Lei que regulamenta a profissão do economista dispõe sobre o uso do título profissional, sobre o exercício da profissão e sobre suas atribuições. Para tanto, as atividades dos Economistas estão assim especificadas nas áreas de:

- Elaboração da Viabilidade Econômica de Projetos;
- Economia de Empresas;
- Orientação Financeira;
- Mercado Financeiro;
- Consultoria e Assessoria;
- Assessoria de Projetos Agroindustriais/*Agrobusiness*;
- Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura;
- Orientação em Comércio Exterior;
- Elaboração de Estudos Mercadológicos;
- Elaboração de Orçamentos;
- Ensino e Pesquisa;
- Perícia;

- Arbitragem;
- Setor Público;
- Análise de Conjuntura Econômica e Pesquisas;
- Consultoria em Fusão;
- Aquisição e Incorporação de Empresas;
- Recálculo de Contratos;
- Estudo e/ou Orientação de Viabilidade Técnico-Econômica;
- Desenvolvimento e Planejamento Econômico;
- Criação e/ou elaboração de Projetos para Obtenção de Financiamento;
- Diversas Assessorias Econômicas.

2.2. FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ECONOMISTA

Face à rápida evolução por que passa economia mundial em decorrência dos avanços observados em diversas áreas tecnológicas, especificamente no campo da tecnologia da informação fez com que a formação do profissional de Economista passe a merecer uma atenção especial no sentido de acompanhar as transformações ora em processo.

Assim sendo, o Economista ao longo de anos de sua formação, passa por um processo que envolve diversos campos do conhecimento, especificamente, aqueles referentes às áreas de teoria econômica com disciplinas quantitativas, históricas, sociológicas e filosóficas, permitindo desse modo uma estrutura curricular do curso capaz de captar rapidamente as mudanças sócio-econômicas e assimilar novas técnicas. Este aspecto multidisciplinar inerente à formação do economista deve-se a um conjunto de informações indispensáveis para atender novas demandas e consequentemente a qualificação desse profissional, que para o exercício da profissão, necessita de dispor de dados e informações consistentes que lhe permite uma perfeita adaptação a um cenário que se caracteriza pela necessidade de respostas rápidas e também complexas, que retratem uma visão ampla das realidades local, regional e global.

O profissional economista se preocupa com as leis gerais da sociedade e sua evolução, bem como a evolução dos aspectos sobre produção, circulação e distribuição de recursos produtivos. A formação que lhe é conferida tem como propósito o tornar apto para atividades de planejamento econômico, financeiro e administrativo; desenvolvimento de estratégias; atuar em estudos e pesquisas; análise de mercados e preços; renda nacional; conjuntura econômica; etc.

Com propósitos de assegurar essa ampla formação, as diretrizes curriculares do curso de economia, aprovadas pelo Ministério da Educação, nos últimos anos, têm procurado definir um currículo que abrange, além das disciplinas obrigatórias já tradicionais, a possibilidade de atividades extras que podem dar mais agilidade e novos conhecimentos práticos ao aluno, como é o caso das chamadas Atividades Complementares e do Estágio Curricular, além de reafirmar a obrigatoriedade da monografia. O economista, mais que qualquer outro cientista, precisa estar constantemente atento à realidade em que atua, de modo a perceber rapidamente os sinais que podem compor novos cenários e definir novas estratégias de atuação para empresas, governos ou investidores individuais.

2.3. ATUAÇÃO DO ECONOMISTA

Diante das constantes mudanças que vem sendo observados no mundo de negócio, os campos de atuação do economista está se ampliando substancialmente, pois não está restrito somente às tradicionais atuações de mercado financeiro, de assessoria pública e privada, e do ensino e pesquisa. O profissional de Economia pode optar ainda por se especializar em novas áreas como meio ambiente, terceiro setor, saúde e trânsito. Além disso, a elaboração e avaliação de projetos é um mercado de atuação tradicional do economista que hoje se renova com novas oportunidades geradas por atividades relacionadas com a captação de recursos e formatação de Planos Diretores municipais.

As entidades de classes das quais os profissionais Economistas estão filiados têm realizado ações que visam a garantir a correta atuação do economista, bem como melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Os campos para atuação do profissional de Economia são diversos, abrangendo diversos setores de atividades econômicas, a seguir listados:

a. Indústrias em geral,

b. Empresas privadas e órgãos públicos,

c. Empresas de planejamento, assessoria e consultoria de projetos,

d. Instituições de pesquisas,

e. Instituições financeiras,

f. Instituições de ensino superior e de pesquisa.

Esses setores de economia detalhados desdobram-se em variados segmentos de atuação para o Economista:

a. **Perícia, Arbitragem, Mediação** – realiza perícia econômica ou econômico-financeira consiste em exame, vistoria ou avaliação para constatação minuciosa dos fatos de natureza técnico-científica em qualquer matéria inerente ao campo profissional do economista, podendo ser desenvolvida tanto em processos judiciais, mediante determinação de autoridade judicial competente quanto extrajudicialmente, por solicitação de qualquer pessoa ou autoridade administrativa.

b. **Auditoria -** o economista realiza avaliação independente, dentro da organização da qual faz parte, tendo por objetivo o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dessa organização; de seus sistemas de controle, registro, análise e informação e do desempenho das áreas em relação aos planos, metas e objetivos organizacionais.

c. **Estudos, análises e pareceres pertinentes a Macro e Microeconomia: abrangem –** o profissional em economia elabora planos, programas, projetos; estuda contas nacionais, produto e rendas nacionais, renda familiar e "per capita"; estuda oferta e procura bens e serviços, produtores, revendedores e consumidores; realiza estudos sobre desenvolvimento e crescimento econômico e social; realiza estudos sobre conjuntura, tendências, variações sazonais, ciclos e flutuações, etc.

d. **Organizações não Governamentais –** as instituições do terceiro setor representam novas perspectivas de atuação para o economista. Os conhecimentos inerentes a sua formação, relacionados à atividade sócio-

econômica e ambiental, são determinantes para atuação das ONGs, que focam o desenvolvimento sustentável.

e. **Meios de Comunicação -** este é outro campo de atuação que o profissional economista pode estar desenvolvendo. Jornais, revistas, veículos de comunicação on-line, emissoras de televisão e rádio, necessitam de profissionais atualizados, que acompanhem e saibam interpretar as mudanças econômicas globais.

f. **Consultoria em Fusão, Aquisição e Incorporação de Empresas -** nestes três aspectos, o economista pode avaliar economicamente os empreendimentos, compreendendo a análise dos ativos e passivos, da rentabilidade, das perspectivas de lucros futuro. O mercado de trabalho é bem promissor, mas é restrito aos economistas com esta especialidade.

g. **Mercado Financeiro -** o economista atua em bancos, corretoras, seguros, distribuidores e no mercado financeiro das empresas. Nos bancos, ele acompanha a conjuntura econômica, realiza estudos de mercado para identificar novos clientes e avalia a concorrência, o planejamento e a programação empresarial frente aos planos econômicos. No setor financeiro, elabora e acompanha fluxos de caixa, orçamentos de investimentos e de despesas correntes, propõe e analisa projetos.

h. **Assessoria de Projetos Agroindustriais/*Agrobusiness* –** desenvolve estudos sobre a competitividade das empresas, realiza análise sobre às oportunidades, agroindustriais, definição de custos e preços, mercados de manufaturados (indústria), produção agrícola, preços nacionais e internacionais, concorrência, nichos de mercado, desempenho de bolsas de mercadorias, situação de colheitas, demandas por commodities no Brasil e no resto do mundo.

i. **Orçamentos –** para esta atividade consiste, ao economista, em elaborar, executar e fazer o acompanhamento físico e financeiro do orçamento. Acompanha a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos, a Lei Orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Anual de Trabalho. O orçamento empresarial também faz parte do setor de atuação do economista. O profissional detalha os gastos/custos a serem feitos com serviços e produtos, bem como especifica os investimentos a serem aplicados

ao longo de um determinado período. Este trabalho do economista possibilita a definição de valor/preço, o que contribui para o bom resultado econômico-financeiro da empresa.

j. **Comércio Exterior –** face à nova realidade por que passa o mundo em termo de economia global, o profissional economista tem amplo campo de atuação no setor. Nesta área trabalha tanto para o governo quanto para empresas privadas, como exportadoras, bancos, indústrias, dentre outras. Realiza diagnóstico das economias de outros países, elabora gráficos comparativos com a situação brasileira, identifica áreas para investimentos e comércio, investiga oportunidades de investimentos, dá consultoria às empresas estrangeiras sobre o processo de privatização brasileiro, avalia condições para o estabelecimento de *joint ventures* no exterior e outros.

k. **Desenvolvimento e Planejamento Econômico –** neste campo de atuação, o economista estabelece objetivos e metas de crescimento econômico para provocar o desenvolvimento sócio-econômico. Preocupa-se com os aspectos qualitativos, contribuindo para a melhoria do padrão de vida da população. No que diz respeito ao setor privado, o economista elabora o planejamento estratégico empresarial, desta forma, estabelece metas a serem alcançadas pela empresa e, medidas para implementar tais propósitos.

l. **Setor Público –** a visão macroeconômica de que se necessita ter para atuar na área do setor público, faz com o profissional de economia seja muito requisitado, tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal. As áreas de concentração são: planejamento, orçamento, financiamento, análise da conjuntura econômica e assessoria, de uma maneira em geral.

m. **Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura –** a atuação do profissional de economia, nesta área, consiste na elaboração de estudos, implantação de produtos, pré-diagnóstico de gestão empresarial e avaliação da relação entre cliente e empresa. Avalia os projetos nas áreas de transportes, energia, armazenagem, concessões, telecomunicações, hospitais, escolas, saneamento, habitação e lazer. Formula estratégias para investidores e com operadores tecnológicos, analisa os concorrentes e suas estratégias e elabora os orçamentos das atividades pré-licitatórias.

PARTE II – DO CURSO

1. DA JUSTIFICATIVA

1.1. JUSTIFICATIVA GERAL

A nova proposta de reformulação do Projeto Pedagógico para o curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins surgiu a partir de um processo de análise, discussão entre os membros do colegiado, da necessidade da redução do tempo de integralização de quatro e anos e meio para quatro anos, e adequação de conteúdo e atualização de disciplinas conforme dados e informações, em que foram identificados importantes referenciais para a sua implementação, são eles:

- A inserção da Universidade Federal do Tocantins na região do Norte do País;
- A necessidade de um curso atual, dinâmico, moderno e de referência na Região Norte;
- O perfil do novo profissional a ser formado.

A proposta curricular procura atender esses referenciais, na medida em que:

1. Constitui-se em um centro de reflexão, estudo, debate, pesquisa e análise da realidade, com espírito crítico e criativo, empenhando-se de modo especial no cultivo dos valores humanos e na ética;
2. Tem como objetivos o desenvolvimento e a manutenção da educação, do ensino e da pesquisa, a promoção da cultura nos planos intelectual, artístico, físico e moral;
3. Reveste-se de instrumento de realização da vocação integral do homem.

Assim, o objetivo do curso de Ciências Econômicas da Universidade federal do Tocantins será o de formar e capacitar profissionais na aplicação de métodos científicos para solucionar problemas econômicos, ser um agente de mudança social, entender a realidade sócio-econômica, procurar meios de resolver os problemas fundamentais e necessários à subsistência humana, levando em conta especialmente a circulação, a distribuição e o consumo de riquezas.

1.2. JUSTIFICATIVA SOCIAL DO CURSO

A organização econômica das comunidades e a solução de problemas para sua sobrevivência constituíram desde os primórdios estágios da evolução da espécie humana em matérias primas para a Economia, sendo este um dos importantes ramos da grande família das denominadas Ciências Sociais. Este, tem como propósito, estudos dos problemas decorrentes do desenvolvimento do Homem e da complexidade da organização social.

Em se tratar de um assunto complexo, faz-se necessário recorrer não somente um único campo de conhecimento como a Economia, mas um conjunto de áreas do conhecimento que abordam diferentes ângulos do saber e com distintos métodos de análise. Vale ressaltar, que a ciência econômica para esclarecer a complexidade social, a faz a partir de um esforço sistematizado que visa verificar o que é e como se apresenta o fenômeno econômico e suas implicações com os demais fenômenos sociais de que é apenas uma área integrante do saber.

Uma das preocupações básicas da economia está intimamente relacionada com evolução da vida social do Homem e, como consequência o problema da existência de recursos limitados. Neste contexto a importância das Ciências Econômicas reside em organizar o esforço humano para transformar os recursos dados pela natureza, visando sua eficiente utilização para prover as necessidades individuais e coletivas da comunidade e saciar seus desejos de consumo.

Esse êxito só é possível quando chegam a Economia, as informações de diferentes campos do conhecimento: da Antropologia, da História, da Geografia, da Sociologia, do Direito, etc. A Matemática, a Estatística, a Contabilidade, proporcionam técnicas para o desenvolvimento de trabalho com vistas a aprimorar um resultado confiável. Em dados momentos, todas as ciências sociais convergem para um mútuo esforço no estudo dos fenômenos Sociais.

Em virtude da tendência integradora dos grandes campos do conhecimento, surge a necessidade de fracionar o campo específico da Economia, para atender a necessidade crescente de especialização, visando uma maior profundidade e análise. Assim sendo, para aplicação da teoria a casos concretos de organização social, tem-se a Teoria Econômica, a Política Econômica; para casos que

centralizam suas preocupações na absorção, e aplicação pelos governos de uma parte dos recursos disponíveis, tem-se as Finanças Públicas; e assim em diante, para outros níveis do conhecimento.

Para complementar o quadro acima apresentado, toda comunidade humana organizada, conta com um conjunto de instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais que proporcionam às atividades geradoras de riquezas desenvolvidas pela sociedade. Essas instituições definem as relações entre as unidades de produção e os centros de disposição dos recursos produtivos, disciplinam as atividades individuais e coletivas, determinam o espaço de atuação, os deveres e as obrigações dos detentores dos recursos; estabelecem normas de conduta para os diferentes setores da atividade econômica.

A operacionalidade dos sistemas econômicos, na solução de cada um dos problemas sociais envolve diversas áreas do saber, dentre as quais o ramo das Ciências Economias que exerce um papel relevante na condução de todos os fatores e forças que interferem no fluxo de mobilização de recursos e de produção de bens e serviços para a sociedade.

2. ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

A Universidade Federal do Tocantins foi concebida dentro de um novo modelo de gestão de ensino universitário. Encontra-se presente no Estado, em sete campus universitários, com cursos disponibilizados de acordo com as vocações sócio produtiva de suas regiões.

A capital, Palmas, tem se caracterizado como centro acolhedor dessa população estudantil, justificado pelo número de cursos existentes na cidade, e também pela oportunidade econômica e social que oferece, acesso e oportunidades de emprego e renda sediando o maior número de Órgãos Públicos Municipal, Estadual e Federal. Estão presentes, também, empresas de diversos setores produtivos privados de diversos portes, com elevados investimentos e negócios.

Não obstante, Tocantins é um dos estados brasileiros que tem apresentado intenso processo de crescimento, tanto demográfico quanto econômico, com taxas bem superiores às médias nacionais. Palmas tem se apresentado como centro gravitacional da economia de Tocantins e do seu processo de crescimento

demográfico, sendo um dos municípios que mais cresce (primeiro no *ranking* do Estado).

Como consequências disso o Tocantins e sua capital precisam estar permanentemente buscando vencer os desafios históricos do crescimento e suas conseqüências para o desenvolvimento econômico.

A economia do Estado ainda é pequena em termos nacionais, é uma das menores do Brasil, tanto em valor total quanto *per capita*, representando, historicamente, apenas 0,41% do PIB nacional.

Os setores produtivos do Estado possibilitam um processo de expansão que poderá fazer com que o Estado assuma uma posição mais relevante no cenário nacional no futuro próximo. De modo geral, tanto o Estado do Tocantins como a cidade de Palmas, experimentaram forte crescimento econômico desde a sua criação, apresentando uma série de oportunidades de desenvolvimento negócios nos setores primário, secundário e terciário. Tais oportunidades foram reforçadas por uma gama de vantagens comparativas e competitivas importantes, tais como:

- Potencial de solos agricultáveis:
- Disponibilidade de tecnologias produtivas adequadas à realidade da região, na área rural desenvolvida por parcerias com uma série de organizações e capitaneadas pela Secretaria de Agricultura; UNITINS-AGRO e outras entidades ligadas ao setor primário;
- Abundância de recursos hídricos;
- Grande potencial hidrelétrico e uma atual oferta de energia superavitária;
- Integração de modal de transportes (aéreo, rodoviário e fluvial);
- A construção da Ferrovia Norte Sul;
- Posição geográfica estratégica, dentre outras.

O potencial agrícola de Tocantins é elevado, pois 60% da superfície do Estado são de solos agricultáveis e mais de 25% apresentam condições de produção se utilizada a tecnologia já disponível. Cerca de 430 mil hectares são utilizados para atividades agrícolas, principalmente na produção de soja, frutas, cana-de-açúcar, milho, algodão e arroz irrigado. As condições naturais são consideradas essenciais para o sucesso da agricultura, assim como a logística do escoamento por meio do

transporte multimodal em fase de implantação, mais especificamente dos meios hidroferroviários. Contudo, a maior parte da produção agrícola produzida ainda é vendida in natura.

A pecuária tocantinense, explorada, principalmente por meio de bovinos de corte, representa aproximadamente 70% do agronegócio do Estado, ainda que realizada, em sua maioria, na forma extensiva, com técnicas de manejo rudimentares. A piscicultura também se mostra potencial no Estado, com capacidade de expandir a produção em até dez vezes.

Outras atividades merecedoras de destaque são às construção civil, vestuário, turismo e madeira (móveis). O extrativismo mineral ainda é pouco explorado, embora haja reservas minerais de bauxita, calcário, cassiterita, gipsita e ouro. Já o extrativismo vegetal contempla a extração de babaçu, pequi, mamona, castanha-do-pará e madeira de lei.

Face ao quadro da situação econômica exposto, e considerando-se o Tocantins, de um modo geral, é importante ressaltar que em relação ao mercado de trabalho o Estado apresenta boas perspectivas presentes e de longo prazo. Dados do CORECON–TO mostram que há no Estado mais de dois mil registros profissionais de economistas, exercendo diferentes tipos de atividades e funções específicas.

Na esfera pública é onde se concentra maior número desses profissionais, empregados ou contratados para desenvolver projetos, gerenciar orçamento, realizar planejamento e estudos estratégicos, realizar estudos técnicos de ordens diversas com propósitos de subsidiar os governos, nas tomadas de decisões que visem a minimizar erros possíveis nas execuções das ações de interesse público. As empresas de iniciativa privada vêm absorvendo nos últimos tempos, de forma expressiva quantidade dos profissionais da área, que entram a cada ano no mercado. A procura por esses profissionais deve aumentar à curto prazo, com a conclusão de algumas obras de infraestrutura para o apoio ao desenvolvimento econômico (usina hidrelétrica do Estreito, a Ferrovia Norte Sul e algumas rodovias), pois o capital privado irá sem sobra de dúvidas demandar dos Governos, incentivos e apoio para implantação de seus projetos, aproveitando recursos e vantagem comparativa que o Tocantins detêm, além da sua infraestrutura viária e localização estratégica.

As atividades econômicas que podem ser consideradas promissoras, no tocante à geração de emprego e que o economista pode atuar são: a) agroindústria (produção de soja, pecuária de corte, piscicultura); b) Indústrias de transformação; c) produção de biocombustíveis; d) fruticultura; e) o reflorestamento; f) os serviços ligados às atividades de apoio ao setor de logística; g) às atividades do setor terciário em geral; e h) o turismo, com ênfase para o ecoturismo, turismo de aventura, cultural e científico.

3. CONDIÇÕES DE OFERTA

O curso de Ciências Econômicas, objeto deste projeto, prevê a oferta de 80 vagas anuais, sendo 40 no primeiro semestre (noturno) e 40 no segundo semestre (matutino), esse número encontra-se em consenso com o edital do processo seletivo do ENEM.

4. REGIME DE MATRÍCULA

O Curso é organizado para matrícula por blocos, com duração semestral (regime seriado semestral). Esta opção é a adotada pela instituição para todos os cursos mantidos.

5. PRAZOS DE INTEGRALIZAÇÃO

A estrutura do curso apresenta 2.160 horas aulas de disciplinas obrigatórias, 180 hotras aulas de disciplinas optativas, 300 horas aulas de Trabalho de Conclusão de Curso –TCC I e II e 360 horas em atividades complementares, totalizando 3.000 horas aulas, que devem ser integralizadas em, no minimo (4) e, no máximo, sete (7) anos.

O currículo a ser implantado observa todos os pressupostos da **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO** e está integralmente de acordo com o **Parecer nº. CNE/CES 1362/2001,** do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior e com a **Resolução CNE/CES nº. 04, de 13 de julho de 2007,** que institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Ciências

Econômicas, bacharelado.

6. AVALIAÇÕES E DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução Consepe 05/2005 art. 4, II, letra d.

O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação.

O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

7. DO PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo observa, genericamente, o que recomenda o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins- UFT.

PARTE III – DO PROJETO PEDAGÓGICO

1. CONCEPÇÃO DO CURSO

A perspectiva filosófica da Universidade Federal do Tocantins, apresentada na sua missão institucional, objetiva ***"Produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia"***. Considerando esta perspectiva, o curso de Ciências Econômicas procura fundamentar-se numa opção epistemológica que promove o questionamento crítico e a formulação científica por meio de uma relação dialógica entre os seres humanos e entre estes e o seu ambiente externo.

Assim, busca-se alçar a formação integral da pessoa, inserindo-a, ativa e criticamente, à sociedade local, nacional e global. A formação do espírito inquieto tem origem no acesso ao conhecimento universal, no diálogo, cooperação, afirmação e negação; na assimilação de valores e conhecimentos que promovam o desejo de uma condição humana mais livre e justa; na formação de homens e mulheres capazes de perceber o movimento da sociedade e do meio ambiente e dar respostas aos seus elos mais vulneráveis.

2. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins tem como objetivo apresentar e discutir, de forma crítica, as diferentes vertentes do pensamento econômico, suas interdisciplinaridades, seus instrumentos analíticos, teóricos e quantitativos, seu poder de explicação e aplicação na economia local, nacional e global.

2.1 Objetivos Específicos

Em conformidade com as linhas de pesquisa do curso, pretende-se formar um profissional com as seguintes capacidades:

- Identificar, nas ideias colocadas sobre determinada realidade, as diferentes posições doutrinárias sobre o pensamento econômico;
- Discutir diferentes instrumentos teórico-analíticos considerando seu poder explicativo e sua aplicabilidade ao estudo da realidade econômica local, nacional e global.

- Estimular no aluno o interesse pelo avanço da ciência e da justiça social;
- Preparar e estimular no egresso o desejo pela busca de mais conhecimentos por meio de cursos de pós-graduação;
- Manter os conhecimentos do curso em harmonia com as necessidades sociais, contribuindo para a construção de relações orgânicas entre capacidade de reprodução de recursos naturais e necessidades humanas, bem como de melhor sintonia entre os diferentes interesses sociais.

3. PERFIS PRETENDIDOS

3.1. PERFIL DO ALUNO

O Curso de Ciências Econômicas da UFT deve ensejar a formação do pensamento crítico, pensamento este, capaz de formular questões científicas articuladas a partir do dinamismo social, político e tecnológico, que compreenda o destino de homens e mulheres como produto de sua ação. Para tal, é indispensável o pensamento livre, aliada à formação de uma consciência centrada nos interesses mais universais do país e do seu povo.

Pretende-se formar um profissional capaz de se posicionar, não apenas, diante dos desafios no âmbito de organizações públicas e/ou privadas onde, eventualmente, venha a ser chamado a tomar decisões, mas também diante das transformações socioeconômicas e políticas do Brasil, por meio da capacidade de identificar e compreender, segundo as circunstâncias espaciais e temporais, os condicionantes ao desenvolvimento a que o país e seu povo encontram-se submetidos de modo a constituir-se proponente de projetos de futuro, colocando-se ativamente por meio de suas ideias.

Assim, espera-se que o Curso de Ciências Econômicas possa proporcionar a formação de um profissional capaz de utilizar ferramentas teóricas para compreender a realidade econômica em vários níveis, desde a atividade de subsistência individual ou coletiva, passando pela empresarial que objetiva o lucro, pela compreensão do funcionamento de ramos particulares da atividade econômica, cadeias produtivas, economia nacional, articulações internacionais e seus efeitos simultâneos e impactos sobre o emprego, uso do território e qualidade geral de vida das pessoas.

Para tanto, o aluno terá um papel fundamental a desempenhar na condução do Projeto Pedagógico do Curso, papel este que só poderá levar a cabo se for estimulado a assumir uma postura:

- **Crítica, participativa e responsável:** procurando influenciar a melhor condução possível do curso, expondo, coletivamente, condutas, e zelando pela melhor qualidade das aulas por meio do cumprimento das ementas e objetivos das disciplinas e da promoção de discussões sobre métodos de relação ensino-aprendizagem.
- **que valorize a pesquisa:** procurando participar de programas institucionais que fomentem a pesquisa científica orientada e contribuindo com iniciativas coletivas no sentido de propiciar um ambiente acadêmico mais envolvente e virtuoso dentro do curso mas, também, na universidade como um todo.
- **que seja capaz de acompanhar o mercado:** procurando se informar e se preparar para compreender e traças cenários econômicos, a evolução dos processos de construção de negócios, no contexto de rápidas mudanças nas preferências dos consumidores e de rápidas respostas em termos de estruturação de oferta e surgimento de novos formatos de mercado.

3.2. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Ao ingressar no Curso de Ciências Econômicas da UFT, o aluno, juntamente com os colegas, o corpo docente e os profissionais das diversas unidades da Instituição, passará a fazer parte de um grupo de pessoas voltados para a sua formação, que compartilharão das atividades durante os anos de formação.

Estas atividades serão voltadas a formar o perfil do profissional, com capacidade social, econômica,empresarial, humanista e religioso.

O Curso de Ciências Econômicas da UFT**,** volta-se para o perfil do profissional de economia com vistas a formar um egresso apto a completar sua formação ao longo de sua vida profissional. Além disso, entende-se que o aluno não é um produto intencionalmente construído. Ao ingressar em uma instituição de ensino superior, traz consigo traços individuais com os quais deverá construir seu perfil,

juntamente com os outros componentes da instituição e dentro da flexibilidade possibilitada pelo currículo e atividades acadêmicas.

O bacharel em Economia deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa, peculiares so curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado á realidade brasileira e ao contexto mundial, de tal forma que o egresso possa revelar:

- **Uma base cultural ampla:** Possibilitar o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico social.
- **Capacidade analítica:** Visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e domínio das habilidades relativas á efetiva comunicação e expressão oral e escrita.
- **Capacidade de tomada de decisões:** Para resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação.
- **Domínio da comunicação**: Deve ter habilidades relativas a efetiva comunicação e expressão oral e escrita em meios físicos ou eletrônicos.

4. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

As Diretrizes Curriculares Nacionais, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil têm colocado - em consonância com uma tendência mundial - a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual. Isso implica em uma mudança não pequena por parte da escola, que sem dúvida tem que ser preparada para ela.

As habilidades estão associadas ao saber fazer: ação física ou mental que indica a capacidade adquirida. Assim, identificar variáveis, compreender fenômenos, relacionar informações, analisar situações-problema, sintetizar, julgar, correlacionar e manipular são exemplos de habilidades. Já as competências referentes a um conjunto de habilidades harmonicamente desenvolvidas e que caracterizam, por exemplo, uma função/profissão específica: ser arquiteto, médico ou professor de química.

Desta forma os graduados no curso de Ciências Econômicas da UFT devem ser capazes de revelar, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- desenvolver raciocínio lógico;
- ler e compreender textos econômicos;
- utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
- aplicar formulações matemáticas, estatísticas e ferramentas computacionais na análise dos fenômenos sócio-econômicos e ;
- diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.
- elaborar pareceres e relatórios;

5. DIRECIONAMENTO DO EIXO EPISTEMOLÓGICO

O curso de Ciências Econômicas deve estar estruturado de forma a proporcionar aos profissionais o desenvolvimento de competências e habilidades, tais como:

1. Habilidade intelectual:

Quando consultado, o profissional economista deve usar sua criatividade para estruturar e apresentar rápidas soluções dos problemas que muitas vezes não lhe são familiares. Deve, portanto, identificar e, se possível, antecipar os problemas, propondo soluções viáveis. O profissional economista enfrenta constantes desafios e pressões. Conflitos dos processos e políticas econômicas, de variações exógenas e endógenas, são alguns exemplos de situações que o economista terá de conviver com o pensamento econômico aplicado á realidade brasileira e ao contexto mundial, de tal forma que o egresso possa revelar: Uma base cultural ampla: Possibilitar o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico social.

2. Habilidade em comunicação:

A atividade de economia exige que seus profissionais sejam capazes de transferir e receber informações com clareza dos fatos. Os profissionais economistas devem apresentar e defender suas posições através de exposições formais ou informais, verbais ou escritas.

6. BASES CONCEITUAIS DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A base conceitual do curso de Ciências Econômicas da UFT, e por consequência, seus princípios metodológicos se respaldam, como, aliás, ocorre com os demais cursos desta Universidade, nos Princípios Norteadores da Ação Educativa da UFT, tendo como pilares o seu PDI (Projeto de Desenvolvimento institucional) e o PPI (Projeto Pedagógico Institucional).

6.1. ENSINO

6.1.1. Currículo

A proposta de integralização curricular do curso de Ciências Econômicas considera a implantação do currículo como experimento que deve ser permanentemente controlado e avaliado, a fim de que possam ser feitas, no devido tempo, as correções que se mostrarem necessárias.

A proposta de organização interdisciplinar se faz pelos recortes em temáticas que agregam abordagens mais amplas do conhecimento/ interdisciplinares, portanto; em direção às mais específicas e particulares de cada disciplina. A distribuição das disciplinas em núcleos temáticos estimula as atividades organizativas dos corpos docente e discente em torno de discussões e reflexões sob a forma de seminários multidisciplinares. Há indicações de que a participação em atividades grupais criativas estimula a aprendizagem cognitiva, tônica dos currículos tradicionais.

Além disso, o Curso de Ciências Econômicas busca um perfil de ensino heterodoxo, pelo que, além da verticalização e encadeamento da grade curricular, dispõe de instrumentos de ensino de correntes de pensamentos econômicos alternativos, fundamentais à formação de um pensador crítico.

6.1.1.1. Coerência do Currículo com os objetivos do Curso

As disciplinas propostas visam contemplar, basicamente, os objetivos gerais específicos do curso, atentando para o grupo de disciplinas previstas no currículo

mínimo e tendo como pano de fundo a fundamentação teórico-metodológica exposta.

Baseado nessas premissas, o currículo desenvolvido pelo colegiado de Ciências Econômicas possibilita dimensionar o processo de formação profissional e oferecer ao aluno oportunidade de individualizar, sob a orientação de um professor tutor, o seu projeto de integralização curricular. Procura estimular, no âmbito das disciplinas, a realização de experimentos práticos e leitura reflexiva de trabalhos publicados em cada área do conhecimento, além de buscar introduzir projetos de pesquisa autônomos.

6.1.1.2. Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso

A estrutura curricular do curso contempla o perfil do profissional desejado uma vez que o elenco das disciplinas leva a formação de um Economista com visão generalista e concreta formação econômico-social e humanística, ciente do importante papel que assume frente à sociedade, disposto a continuamente "aprender a aprender" e acompanhar a evolução social, capaz de refletir, criticar e resolver problemas de caráter econômico-sociais e políticos.

6.1.1.3. Coerência do currículo em face das diretrizes curriculares nacionais

A estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas obedece aos marcos definidos pela Resolução 11/84 do Conselho Federal de Educação, que introduziu flexibilidade suficiente para que cada instituição, a partir dos parâmetros então estabelecidos, construísse sua grade curricular com as ênfases consideradas adequadas a seu próprio perfil, e a Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2007 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado.

Ciente da necessidade de aperfeiçoar o processo de ensino/ aprendizagem na área de Ciências Econômicas e adaptar o curso às mudanças do ensino de economia, o colegiado do curso iniciou esforços para mudar sua estrutura curricular a partir do ano corrente. Para tanto, foi formada uma comissão de professores com o objetivo de elaborar uma proposta de reformulação para o conjunto de disciplinas.

A proposta visa a mudar a estrutura curricular, tendo a preocupação em não alterar a orientação pluralista, teoricamente diversificada e multidisciplinar.

6.1.1.4. Adequação da Metodologia de ensino à concepção do curso

As atividades de ensino-pesquisa e extensão são orientadas no sentido de que estas sejam de fato indissociáveis, rompendo com a estrutura dicotômica observada em muitos cursos, onde de um lado está a teoria e do outro, a formação profissional e /ou a prática. Nesse sentido, as metodologias empregadas são voltadas para o desenvolvimento da capacidade de interpretação crítica da realidade e para o levantamento e proposição de solução para os problemas sócio-econômico-ambientais, a partir dos conhecimentos adquiridos quer pelo processo de ensino, quer pela pesquisa. Assim, a sala de aula se transforma num espaço de assimilação e re-elaboração dos conhecimentos, à comunidade através da execução de projeto.

Neste processo, os alunos têm a oportunidade de colocar os seus conhecimentos a serviço da comunidade e ao mesmo tempo, de buscar dados referentes a esta realidade, com vistas à elaboração de novos conhecimentos. Desta forma, o curso contribui para o cumprimento do papel fundamental da Universidade, que é a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos aplicáveis na solução dos problemas enfrentados pela sociedade.

Os acadêmicos do curso de Ciências Econômicas devem ter participação efetiva em atividades extraclasse que sirvam como oportunidade de complementação do estudo acadêmico e de maior integração com a comunidade. Além de outras iniciativas, o Curso dispõe de um projeto periódico, a "Semana Acadêmica de Economia" que possibilita aos alunos o exercício da organização de um evento. Além disso, também experimentam a participação, como atores, em atividades de divulgação de pesquisa; extensão comunitária, via promoção de debates que envolvem temas e grupos sociais de interesse; e, oficinas para discussão discente dos problemas e propostas para o Curso.

Como parte do currículo constam ainda atividades voltadas para a integração e aprofundamento dos conhecimentos, desenvolvidos sob a forma de palestras, conferências, fóruns, seminários e congressos.

6.1.1.5. Inter-relação das disciplinas na concepção e execução do currículo

A inter-relação das disciplinas se faz pelos recortes em temáticas que agregam abordagens mais amplas do conhecimento interdisciplinar, portanto; em direção às mais específicas e particulares de cada disciplina. A distribuição das disciplinas em núcleos temáticos estimula as atividades organizativas dos corpos docentes e discentes em torno de discussões e reflexões sob a forma de seminários multidisciplinares. Há indicações de que a participação em atividades de grupo é mais criativa e estimula a aprendizagem cognitiva, tônica dos currículos tradicionais.

Esses núcleos temáticos são discerníveis em cada fase do curso, e poderão ser em formato de aula-debate, seminários e palestras de convidados externos ao núcleo. Deverão resultar na construção de um debate constante do tema proposto, e uma introdução do aluno na prática reflexiva do conhecimento a ele apresentado. Na sua construção, o colegiado tem papel organizador e diretivo, fazendo-se assim um currículo de grande mobilidade e evolução, atento à demanda local e global do saber.

6.1.1.6. Dimensionamento da carga horária das disciplinas

Os conteúdos de formação do Economista são apresentados em disciplinas de 4horas-aula/semanais, ou seja, 60 horas-aulas semestrais, sendo que as aulas teóricas e práticas têm duração de 50 minutos. Vale ressaltar que o trabalho de conclusão de curso – TCC tem a carga horária de 300 horas-aula/ semestrais.

A estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas contempla o sequenciamento das disciplinas nos respectivos semestres e a carga horária das mesmas. Foi prevista para o curso uma duração mínima de oito (08) semestres e máxima de quatorze (14) semestres, num total de 200 créditos e de 3.000 horas-aula de carga horária total.

6.1.1.7. Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas

Os programas das disciplinas são revisados e atualizados a cada semestre, por ocasião da semana pedagógica, como forma de subsídio ao planejamento do semestre seguinte. Isto evita principalmente a sobreposição das mesmas e leva à concatenação e integração dos conteúdos. Os planos de ensino atualizados são apresentados aos alunos da disciplina no início do semestre seguinte.

6.1.1.8. Adequação, atualização e relevância da bibliografia

Na adequação da bibliografia buscam-se, prioritariamente, referências em português. A bibliografia de cada disciplina é apresentada ao aluno por meio do Plano de Ensino da disciplina, atualizado a cada semestre e apresentado pelo professor no início de cada semestre letivo.

A relevância da bibliografia é observada na indicação das novas edições e publicações, além de trabalhar com os clássicos que são úteis para uma análise da construção dos conceitos hoje apresentados.

6.1.2. Sistema de Avaliação

O sistema de avaliação é um elemento do Projeto Pedagógico do Curso em constante aprimoramento. A UFT propõe o sistema de avaliação cumulativa, processual, individualizada e que contribua, de forma efetiva, na busca da autonomia intelectual. Nesse sentido, o sistema de avaliação deve ser percebido como uma mentalidade a ser construída na medida em que considere as experiências vividas pelos partícipes do processo de ensino e aprendizagem.

6.1.2.1. Coerência do sistema de Avaliação do processo ensino-aprendizagem com a concepção do curso

Uma instituição de ensino superior cumpre dois papéis complementares e, às vezes, conflitantes: dar oportunidade de inserção de seus alunos no mercado de

trabalho por meio de uma boa formação profissional e certificar o perfil profissional do egresso. A avaliação deve ser trabalhada nesse contexto de inclusão e certificação. Alie-se a estas dimensões a dinâmica da realidade sócio-econômica atual, evoluindo para um padrão de conhecimento crítico exigindo do profissional não apenas operacionalização, mas também crítica e proposição.

Para tanto não são suficientes testes mecânicos que avaliem retenção de conhecimento apenas, mas também mecanismos que avaliem a evolução do comportamento do aluno na direção de uma ética profissional e cidadã e que permitam avaliar também o desenvolvimento de habilidades, competências e saberes esperados no perfil profissional do Economista.

O reconhecimento deste caráter interventivo supõe uma capacitação crítica e analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades técnico-científicas para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições éticas do projeto profissional que a instituição quer formar. Neste contexto, o conjunto dos saberes deve estar consolidado e a sua avaliação processada de modo contínuo, sistemático e cumulativo de forma que o próprio aluno possa beneficiar-se do processo de avaliação e usá-lo como ferramenta de realização de seu crescimento pessoal e profissional e, em última análise, atender as expectativas da comunidade em termos de qualidade do profissional em formação.

6.1.2.2. Procedimento de avaliação do processo de ensino-aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo de ensino e obedece às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Regimento Acadêmico da UFT. Desse regimento, destacam-se os seguintes aspectos:

Art. 5 - A unidade básica de planejamento e execução das atividades acadêmicas será o semestre, o qual comportará, necessariamente:

I - tempo para planejamento do semestre;

II - tempo para ministrar as atividades acadêmicas;

III - tempo para apresentação de relatórios, análise, crítica e avaliação das

atividades desenvolvidas durante o semestre.

Art. 84 - A verificação do rendimento escolar compreenderá frequência e aproveitamento nas atividades acadêmicas programadas, requisitos que deverão ser atendidos conjuntamente.

§ 1o - Entende-se por frequência o comparecimento às atividades acadêmicas programadas, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das mesmas, vedado o abono de faltas, salvo nos casos previstos em lei.

§ 2o - Entende-se por aproveitamento, o resultado da avaliação do aluno nas atividades acadêmicas, face aos objetivos propostos no respectivo planejamento.

§ 3o - A verificação do aproveitamento e do controle de frequência às aulas será de responsabilidade do professor, sob a supervisão da Coordenação de Curso.

§ 4o - O aluno terá direito a acompanhar junto a cada professor ou à Secretaria Acadêmica, o registro da sua frequência às atividades acadêmicas.

Art. 85 - A verificação do atendimento dos objetivos em cada disciplina será realizada no decorrer do respectivo período letivo, através de instrumentos de avaliação previstos no planejamento das atividades acadêmicas.

Art.86 - Ao aluno que deixar de comparecer a uma das atividades acadêmicas programadas, na modalidade de avaliação semestral, poderá ser permitida uma segunda oportunidade de reposição de nota, dentro das normas da UFT, que será definida antecipadamente pelo docente da disciplina.

Art. 90 - O acadêmico com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) cuja média seja igual ou superior a 7,0 (sete) será considerado aprovado na(s) respectiva(s) disciplina(s), sem realização de exame final;

§ 1º. O aluno com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), será submetido à avaliação final.

- Para aprovação, exige-se que a média aritmética entre a média anterior e a nota da avaliação final, seja igual ou superior a nota 5,0 (cinco);

§ 2º. O aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) e/ou média inferior a 4,0 (quatro) será reprovado.

Art. 98 - As disciplinas aproveitadas na forma prevista nesta seção terão carga horária e créditos considerados equivalentes às disciplinas correspondentes na UFT, mantendo as notas obtidas na Instituição de origem para efeito de registro.

§ 1o - Para efeito de atribuição de notas, os conceitos, pontos ou notas obtidos na Instituição de origem serão transformados e adequados ao sistema de avaliação adotado na UFT.

6.1.2.3. Sistema de auto-avaliação do curso

O curso de Ciências Econômicas da UFT está sob constante auto-avaliação. Entendendo a prática do ensino como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da vertente técnico-científica, tal perspectiva exige que um contínuo processo de fazer e avaliar estejam presentes de modo a consubstanciar o desenvolvimento das práticas do saber.

Três instâncias de avaliações do curso são utilizadas:

a) reuniões do Colegiado do Curso com professores, coordenador e representantes discentes para a socialização das informações e levantamento de sugestões e críticas alusivas aos processos e perspectivas em curso. O registro é feito em Atas e Listas de presença;

b) participação no planejamento institucional, realizado regularmente ao início do período letivo, assinalado no planejamento estratégico do curso;

c) aplicação de questionário de Avaliação Institucional; de questionário próprio ao Curso; e, de questionário elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante;

6.2. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino de Graduação

Para a UFT, o ensino é o conjunto de atividades acadêmicas nas quais os alunos adquirem os conhecimentos, desenvolvem competências e habilidades necessárias para a sua formação intelectual e profissional. Constitui-se como prática educativa planejada sistematicamente e sintonizada com as formas contemporâneas

de viver e conviver.

O ensino, juntamente com a pesquisa e a extensão, possibilita o conjunto de aprendizagem e o desenvolvimento de competências e habilidades. Procura também, a construção contínua de novos conhecimentos voltados para a formação e o aprimoramento das atitudes necessárias ao trabalho profissional.

As atividades de extensão da UFT ocorrem sem prejuízo às atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, mas como extensão dessas funções junto à comunidade local.

Na UFT, a pesquisa está fixada no princípio de que aprender a pensar é uma atitude metodológica que se aplica a qualquer disciplina. A pesquisa busca desenvolver a capacidade de pensar criticamente, treinar o olhar e exercitar a habilidade para lidar com problemas e buscar soluções.

6.2.1. Participação dos Discentes nas Atividades Acadêmicas

As atividades acadêmicas têm como principal objetivo o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, visando atender a uma melhor formação do aluno, a produção científica e colaborar para melhoria das atividades sócio- econômico,e científico- culturais da região e do país. Para tanto, torna-se fundamental a integração e participação efetiva dos alunos nesse processo.

Pretende-se a formação do profissional que tenha domínio sobre a prática, bem como autonomia e capacidade para construir o conhecimento. Desta crença, nasce a necessidade de se desenvolver no aluno uma postura investigativa sobre sua área de atuação.

As atividades de extensão constituem-se em momentos para interação do aluno com a realidade da sociedade, considerados os aspectos científicos.

6.2.2. Programas/Projetos/Atividades de Iniciação Científica (PIBIC)

A UFT, por ser uma instituição federal de ensino, têm, no desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, um valioso instrumento pedagógico e social para a consecução de seus objetivos educacionais. O instrumento de fazer ciência,

participando de atividades de pesquisa básica ou aplicada, tem um importante papel na formação do estudante universitário, no despertar e aprimorar de suas qualidades que se refletem no preparo de um profissional capacitado a enfrentar os problemas do dia-a-dia. Espera-se do novo profissional a capacidade de dar respostas concretas e imediatas aos problemas que surgem em sua atividade diária, quando engajado no mercado de trabalho.

A investigação ajuda a formar uma mente organizada nos métodos científicos e pedagógicos, na análise crítica frente a novos desafios, na proposição e verificação experimental de hipóteses de trabalho a serem testadas de forma sistemática.

O espírito crítico-analítico, a inovação de soluções, a engenhosidade e o empreendedorismo, entre outras, são qualidades trabalhadas no cotidiano da pesquisa, importantes, também, no processo de formação do acadêmico por desenvolver nos alunos características desejáveis como autoconfiança, liderança e versatilidade.

Fornecer ao aluno o direito de participar em pesquisas de ponta, assim consideradas por representarem avanços significativos no conhecimento humano ou tecnologicamente melhorias importantes na qualidade de vida do cidadão, contribui para o desenvolvimento do estudante universitário de um sentimento participativo com sua comunidade.

Essas pesquisas aplicadas às Ciências Econômicas, na maioria das vezes de caráter multidisciplinar, estimulam a formação do cidadão, capacitado a trabalhar integrado a equipes, reconhecendo o papel do indivíduo e valorizando o trabalho do conjunto, aspectos estes hoje considerados fundamentais na formação de um Economista de alto nível.

Para a inclusão do corpo discente em atividades de pesquisa a UFT institucionalizou o Programa de Iniciação Científica (PIBIC), que tem objetivos bem definidos:

- Aplicar o método científico como coadjuvante do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar e acompanhar o desempenho do aluno de iniciação científica até sua graduação e possível ingresso na Pós-graduação;
- Contribuir para uma melhor qualificação de alunos candidatos a programas de

Pós-graduação;

- Vincular pesquisadores e professores da Pós-graduação a atividades relacionadas com a formação do graduando;
- Estimular a produtividade científica no Campus;
- Estimular o desenvolvimento do pensar criativo do aluno de graduação;
- Incentivar a formação de recursos humanos em ciência e tecnologia;
- Proporcionar, ao graduando, conhecimentos práticos e metodologias próprias de áreas do conhecimento específico, pela participação em projetos de pesquisa desenvolvidos por pesquisadores qualificados;
- Vincular pesquisadores e professores da Pós-graduação a atividades relacionadas à formação do graduando.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a UFT resolveu instituir também o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do PIBIC, mas que não foram contemplados com bolsa.

Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador, de forma institucional. Cabe ressaltar que o Curso de Economia dispõe de alunos inseridos no programa de Iniciação Científica.

6.3. EXTENSÃO

A extensão, integrada às atividades complementares do curso, além de outras vertentes, visa propiciar uma interação com a comunidade, numa relação de reciprocidade. Em sintonia com o PDI, e em sintonia com este Projeto Pedagógico, a extensão é a forma de intercâmbio da Universidade com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e buscando, pela ação integrada, conhecimentos e experiências para subsidiar a avaliação e a qualificação do ensino e da pesquisa.

Como estímulo à participação discente em atividades de extensão, prevê-se a concessão de bolsas aos alunos que o solicitarem, comprovando a relevância do curso/ congresso/ palestra /outros na composição de sua grade curricular. Sob o enfoque da extensão, o curso de Ciências Econômicas vem desenvolvendo atividades com a meta primordial de sensibilizar os acadêmicos frente à importância

de estarem engajados no desenvolvimento da sociedade, atuando em interação com o mercado. Nesse contexto situa-se o Escritório Modelo de Economia como um dos principais articuladores da prática extensionista do Curso de Ciências Econômicas.

A extensão é uma forma de complementar, aprofundar, atualizar e difundir os conhecimentos, estabelecendo com a comunidade um processo de troca e participação, sem caráter assistencialista e/ ou sem tomar a si ações e deveres do Estado. Por ser uma via de transformação dentro da Universidade, numa nova concepção de universidade cidadã, a extensão rompe barreiras, contribuindo, assim, para a modificação do conceito de educação, passando esta a ser um processo de formação inter e transdisciplinar.

6.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

As Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Econômicas não obrigam a execução do Estágio Supervisionado. Nesta nova reformulação do PPC é inserida o Estagio não obrigatório de acordo com a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008:

> ***Art. 2º -*** *O estagio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.*

O estágio é o período em que o aluno desenvolve atividades de aprendizagem técnica e profissional, em situações reais de vida e de trabalho, em empresas privadas ou instituições públicas, sob a supervisão de um responsável e a coordenação do curso.

6.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um trabalho individual, com critérios de cientificidade, nas áreas da Ciências Econômicas e que contemplando os aspectos formais e observando os critérios técnicos exigidos, conduzirão o aluno a um aprofundamento temático-reflexivo, interpretativo e crítico, domínio de linguagem articulada e o grau de habilidades e competências adquiridas no curso.

O aluno deverá elaborar individualmente uma monografia, obedecendo às

normas ABNT, que será avaliada por uma banca examinadora.

O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido na disciplina de TCC I e TCC II para fins de cômputo no histórico escolar do aluno.

No depósito da versão final do TCC, fica facultativo o aluno entregar um artigo entre 15 a 20 paginas, obedecida as normas gerais de publicação.

6.6. MONITORIA

As atividades de monitoria têm como objetivo, proporcionar a maior integração do corpo discente com as disciplinas constituintes do curso de graduação e preparar os alunos para as atividades de pesquisa acadêmica, atuando na produção de conhecimentos científicos. Compreendem o auxílio a professores nas atividades acadêmicas e a realização de pesquisas acadêmicas, que poderão ser apresentadas aos colegas da disciplina na qual exercem a monitoria. As condições gerais de contratação e remuneração obedecerão às normas da UFT.

6.7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Em consonância com os pressupostos da LDB, lei 9394/96 as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante (Atividades Complementares), através de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em áreas afins.

As Atividades Complementares do currículo do curso de Ciências Econômicas devem ser desenvolvidas de forma desdobrada, ao longo dos semestres letivos do curso, totalizando 360 trezentas e sessenta horas.

As ações educativas desenvolvidas no âmbito das aulas práticas, não poderão ser computadas como Atividades Complementares, porém o Estágio Supervisionado Não Obrigatório poderá ser computado.

As Atividades Complementares devem estar relacionadas fundamentalmente à formação complementar do aluno em ciências econômicas.

6.8 DISCIPLINAS OFERTADAS EM MÓDULOS

RESOLUÇÃO Nº 03/2011 do CONSEPE regulamenta os procedimentos para a realização de componentes curriculares em dependência pelos acadêmicos dos cursos de graduação.

- **Dependência**- reprovação pelo acadêmico em qualquer componente curricular de seu curso devido a não obtenção da média mínima para aprovação ou devido à frequência insuficiente ou conjuntamente por nota e frequência;
- As dependências poderão ser cursadas como:

1. Componente curricular regular: matrícula em turma regular;

2. Componente curricular em turma especial: mediante o enquadramento em turma ofertada em horário especial ou mesmo de forma condensada, desde que haja docente com disponibilidade de carga horária sem prejuízo da oferta regular.

3. Componente curricular semipresencial: que prevê a utilização dos recursos das tecnologias de comunicação;

4. Dependência em estudos independentes: quando o acadêmico for reprovado somente em nota, tenha obtido média final maior ou igual a 4,0 (quatro) e no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no componente cursado anteriormente. Para esta modalidade deverá ser observado os seguintes pontos:

4.1 O acadêmico devera seguir o cronograma estabelecido pelo professor;

4.2 O estudante poderá cursar esta modalidade apensa 01 (uma) vez por componente curricular e até dois componentes curriculares por semestre, simultaneamente com o período imediatamente seguinte, para o qual será regularmente promovido.

4.3 A oferta de componente curricular, nesta modalidade, gerará uma declaração ao professor emitida pela coordenação de curso de acordo com o seguinte critério: até 07 (sete) acadêmicos será equivalente a 15 (quinze) horas (um crédito); de 08 (oito) a 14 (quatorze) acadêmicos equivalera a 30 (trinta) horas (dois créditos);

4.4 Deverá ser criada turma nova para a matrícula dos acadêmicos;

4.5 Somente será permitida a oferta em estudos independentes quando o número de acadêmicos foi menor que 15(quinze);

5. O acadêmico matriculado na modalidade de estudos independentes devera procurar o docente para ter acesso às exigências e cronograma estabelecidos e assinar um termo de ciência.

6. A oferta de componentes curriculares em dependência, em turma especial ou estudos independentes, deverá ser aprovada em colegiado;

RESOLUÇÃO Nº 15/2011 do CONSEPE regulamenta a oferta de componentes curriculares nas modalidades semipresencial e tutorial.

- **Semipresencial** – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto bem como aquela intermediada por mídias específicas - **e tutoria** – atividade desenvolvida a distância, com o uso de mídias específicas. E serão doravante denominadas simplesmente de modalidade semipresencial.

1. Poderão ser ofertados os componentes curriculares referidos, integral ou parcial, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso;
2. As avaliações dos componentes curriculares ofertados na modalidade referida serão presenciais;
3. A oferta dos componentes curriculares ofertados na modalidade referida deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que utilizem tecnologias de informação e comunicação para a realização, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.
4. A oferta de componente curricular semipresencial poderá ser:

4.1 Turma especial para estudantes formandos devido a não oferta regular do componente curricular no semestre ou choque de horários;

4.2 Uma versão semipresencial de componente curricular presencial ofertado no semestre, desde que aprovado no colegiado do curso;

4.3 Turma especial para estudantes reprovados por notas, nos termos da Resolução nº 03/2011 do Consepe;

5. Compete ao Colegiado a criação e o oferecimento de componentes curriculares na modalidade semipresencial, por sua iniciativa ou atendendo a demanda de estudantes formandos, obedecendo as seguintes etapas:

5.1 Elaboração do programa do componente curricular, contendo, obrigatoriamente, indicação dos métodos e praticas de ensino-aprendizagem.

5.2 Organização do componente curricular no Moodle;

5.3 Análise e parecer sobre a aplicabilidade do componente curricular na modalidade semipresencial pelo Colegiado ao qual estiver vinculado;

6. O programa do componente curricular deverá conter, obrigatoriamente:

6.1 Descrição detalhada das atividades presenciais e a distância;

6.2 A garantia de realização de, no mínimo, uma reunião semanal de uma hora, entre professor e estudantes que tiverem necessidade de contato presencial;

6.3 Determinação de prazo, não superior a três dias úteis, para atendimento do professor as solicitações e questionamentos dos estudantes.

7. Caberá ao Colegiado a iniciativa de inclusão do componente curricular semipresencial para compor o currículo do curso, como atividade optativa ou obrigatória, observando as seguintes condições:

7.1 A oferta deve estar prevista no PPC do curso;

7.2 O aproveitamento de componentes curriculares semipresenciais para a integralização do curso, no histórico escolar de cada estudante, não poderá ultrapassar o limite de 20% da carga horária total exigida.

8. Autorizada a inclusão do componente curricular semipresencial, a mesma deverá ser formalmente comunicada a PROGRAD devidamente acompanhada do programa do componente curricular;

9. No caso de componente curricular oferecido simultaneamente nas modalidades presencial e semipresencial, os estudantes serão matriculados em turmas distintas;

RESOLUÇÃO Nº 12/2013 fixa procedimentos para a oferta de disciplinas na forma modular.

1. **Forma modular** (no período de férias/recesso acadêmico) – entende-se por disciplina modular todo componente curricular oferecido em regime condensado, em turma especial, no período compreendido entre o encerramento de um semestre letivo e o início do semestre subsequente. Em

caráter excepcional poderá ser admitido oferta nesta modalidade dentro do período letivo regular.

2. Só serão aceitas ofertas nesta modalidade desde que cumprida toda a carga horária da disciplina de forma presencial;

3. Oferta de disciplinas nesta modalidade tem caráter excepcional e pressupõe análise e aprovação do Colegiado do curso;

4. A carga horária diária não poderá ultrapassar 08 (oito) horas e a carga horária semanal fica limitada a 40 (quarenta) horas;

5. Prioridade de inscrições para matrícula em disciplinas na forma modular são para acadêmicos prováveis formandos e reprovados, exceto quando o colegiado aprovar a ofertar para atender demandas específicas de aluno do curso.

6. Oferta da disciplina em módulo deverá seguir os seguintes procedimentos administrativos:

6.1 Comprovação efetiva da coordenação do curso da necessidade de oferta;

6.2 Documento de aceite do professor;

6.3 Cronograma de execução, datas e horários das aulas; e

6.4 Relação de alunos inscritos que estão aptos a cursar a disciplina.

7. O professor responsável por ministra a disciplina modular deve ser professor efetivo do quadro da UFT ou já contratado com vincula ativo.

7. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

A grade curricular do Curso de Ciências Econômicas é constituída pelo conjunto de disciplinas que compõe as atividades de ensino-aprendizagem de sala de aula. A estrutura curricular foi alaborada seguindo um processo que articula, construtivamente, conteúdos sequenciais e complementares de modo a permitir uma forma sólida e, ao mesmo tempo, plural.

O tempo das atividades de cada disciplina é quantificado em horas-aula de 50 minutos, correspondente a disciplinas de 60 horas-aula semestrais.

O Curso tem duração mínima de 4 (quatro) anos e máxima de 7 (sete) anos, com regime de matrícula semestral. É composto de disciplinas obrigatórias e optativas. O Curso oferece 80 (oitenta) vagas anuais, sendo 40 (quarenta) vagas a

cada semestre, nos períodos matutino e noturno.

Além das atividades formais, que compõem o currículo, o Curso oferece diversas oportunidades para complementação da formação acadêmica do aluno, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O acadêmico também tem participação efetiva no escritório modelo de economia (EME) e ao PET programa de educação tutorial.

O Parecer CNE n° 375/84 ensejou que o curso de graduação em Ciências Econômicas fosse concebido com um currículo mínimo que compreendesse as seguintes disciplinas respectivamente, de “Formação Geral” e de “Formação Profissional”, nesta última incluindo “atividade curricular” denominada “monografia”, integrante do núcleo comum profissionalizante.

I - O Núcleo de Conteúdos de Formação Geral compreende 6 disciplinas e totaliza 360 horas-aula da seguinte forma: Introdução à Economia, Introdução às Ciências Sociais; Introdução à Contabilidade; Instituição de Direito; Introdução à Introdução à Administração e Metodologia Científica.

II - O Núcleo de Conteúdos de Formação Profissional, subdividida em disciplinas de formação Teórica-Quantitativa, Formação Histórica, Trabalho de Conclusão de Curso e Disciplinas de Escolha do Curso e Atividades Complementares.

O núcleo comum de formação Teórica-Quantitativa compreende 19 disciplinas e totaliza 1.140 horas-aula da seguinte forma: Cálculo Diferencial e Integral I, Cálculo Diferencial e Integral II, Economia Matemática, Estatística, Contabilidade Nacional, Teoria Microeconômica I, Teoria Microeconômica II, Teoria Microeconômica III, Teoria Macroeconômica I, Teoria Macroeconômica II, Teoria Macroeconômica III, Economia Internacional, Economia do Setor Público, Economia Monetária, Economia Política I, Economia Política II, Desenvolvimento Socioeconômico, Econometria I e Econometria II.

O núcleo de Formação Histórica: compreende 6 disciplinas e totaliza 360 horas-aula da seguinte forma: História Econômica Geral, Economia Brasileira I, Economia Brasileira II, Economia Brasileira Contemporânea, Introdução ao Pensamento Econômico e Pensamento Econômico Contemporâneo.

O núcleo de disciplinas de Escolha do Curso: compreende 5 disciplinas e totaliza 300 horas-aula da seguinte forma: Economia Regional e Urbana, Política e

Planejamento Econômico, Avaliação Financeira de Investimentos, Elaboração e Análise de Projetos Econômicos e Economia da Agricultura.

O núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso compreende 2 disciplinas e totaliza 300 (trezentas horas) da seguinte forma: TCC I e TCC II.

O curso exige ainda, que o acadêmico cumpra 180 horas-aula, correspondendo a 03 (três) disciplinas optativas dentre as seguintes linhas de pesquisa: Teoria Econômica e Métodos Quantitativos, Economia Regional e Urbana e Agronegócio e História Econômica, Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico.

O acadêmico poderá cursar disciplinas em qualquer curso de graduação na própria UFT ou em outra IES, com possibilidade de aproveitamento como disciplina optativa em tópicos especiais, desde que tenha relação direta com as linhas de pesquisa do curso de Ciências Econômicas. Fica facultativo a qualquer docente da congregação do curso de Ciências Econômicas propor à aprovação do colegiado de uma disciplina eletiva que não esteja contemplada no rol da grade curricular regular do curso que será aproveitada como optativa em tópicos especiais.

7.1. TOTALIZAÇÃO GERAL DE CARGA HORÁRIA PROPOSTA

DISCIPLINAS	QUANT.	C. H. HORAS	C. H. TOTAL HORAS	PERCENTUAL %
Formação Geral	**06**	**-**	**360**	**12,0**
Formação Profissional	**35**	**-**	**2640**	**88,0**
Teórico-Quantitativa	19	60	1140	38,0
Formação Histórica	06	60	360	12,0
De escolha do curso	05	60	300	10,0
Optativas	03	60	180	6,0
Conteúdos Teóricos-Práticos				
Trabalho de Conclusão de Curso I	01	60	60	2,0
Trabalho de Conclusão de Curso II	01	240	240	8,0
Atividades Complementares	-	24	360	12,0
Total	**41**		**3000**	**100,0**

7.2. GRADE CURRICULAR - DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

PRIMEIRO PERÍODO					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Introdução à Economia	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Introdução ao Pensamento Econômico	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Metodologia Científica	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Introdução às Ciências Sociais	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Cálculo Diferencial e Integral I	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Total	**20**	**300**	**0**	**300**	

SEGUNDO PERÍODO					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Cálculo Diferencial e Integral II	04	60	0	60	Cálculo Diferencial e Integral I
Instituições de Direito	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
História Econômica Geral	04	60	0	60	Introdução ao Pensamento Econômico
Contabilidade Nacional	04	60	0	60	Introdução à Economia
Introdução à Contabilidade	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Total	**20**	**300**	**0**	**300**	

TERCEIRO PERÍODO					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Economia Política I	04	60	0	60	História Econômica Geral
Economia Matemática	04	60	0	60	Cálculo Diferencial e Integral II
Teoria Microeconômica I	04	60	0	60	Introdução à Economia, Cálculo Diferencial e Integral I
Teoria Macroeconômica I	04	60	0	60	Contabilidade Nacional, Cálculo Diferencial e Integral I
Pensamento Econômico Contemporâneo	04	60	0	60	Introdução ao Pensamento Econômico
Total	**20**	**300**	**0**	**300**	

QUARTO PERÍODO					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Introdução a Administração	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Teoria Microeconômica II	04	60	0	60	Teoria Microeconômica I
Estatística	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Economia Política II	04	60	0	60	Economia Política I
Economia Brasileira I	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Total	**20**	**300**	**0**	**300**	

QUINTO PERÍODO					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Teoria Macroeconômica II	04	60	0	60	Teoria Macroeconômica I
Teoria Microeconômica III	04	60	0	60	Teoria Microeconômica II
Econometria I	04	60	0	60	Estatística, Teoria Macroeconômica I
Economia Brasileira II	04	60	0	60	Economia Brasileira I
Economia Monetária	04	60	0	60	Teoria Macroeconômica I
Total	**20**	**300**	**00**	**300**	

SEXTO PERÍODO					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Econometria II	04	60	0	60	Econometria I
Economia Brasileira Contemporânea	04	60	0	60	Economia Brasileira II
Avaliação Financeira de Investimentos	04	60	0	60	Economia Monetária
Economia Regional e Urbana	04	60	0	60	Economia Brasileira II
Teoria Macroeconômica III	04	60	0	60	Teoria Macroeconômica II
Total	**20**	**300**	**00**	**300**	

SÉTIMO PERÍODO					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Economia da Agricultura	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Economia do Setor Público	04	60	0	60	Teoria Macroeconômica I
Política e Planejamento Econômico	04	60	0	60	Economia Brasileira Contemporânea
Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	04	20	40	60	Avaliação Financeira de Investimentos
Trabalho de Conclusão de Curso I	04	60	0	60	Metodologia Cientifica Economia Brasileira Contemporânea, Teoria Micro Econômica III e Teoria Macroeconômica III
Total	**20**	**260**	**40**	**300**	

OITAVO PERÍODO					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Economia Internacional	04	60	0	60	Teoria Macroeconômica I
Desenvolvimento Socioeconômico	04	60	0	60	Teoria Macroeconômica II
Optativa	04	60	0	60	Pré-requisito conforme matriz curricular
Optativa	04	60	0	60	Pré-requisito conforme matriz curricular
Optativa	04	60	0	60	Pré-requisito conforme matriz curricular
Trabalho de Conclusão de Curso II	**16**	**00**	**240**	**240**	Trabalho de Conclusão de Curso I
Total	**36**	**300**	**240**	**540**	

7.3. DISCIPLINAS OPTATIVAS

Linha 1 – Teoria Econômica e Métodos Quantitativos					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Organização Industrial	04	60	0	60	Teoria Microeconômica III
Tópicos Especiais					Sem Pré-Requisito
Tópicos Especiais Econometria	04	60	0	60	Econometria II
Tópicos Especiais Teoria Econômica	04	60	0	60	Teoria Microeconômica III, Teoria Macroeconômica III
Comércio Exterior	04	60	0	60	Sem Pré-Requisitos
Mercado Financeiro e de Capitais	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Tópicos Especiais em Matemática	04	60	0	60	Cálculo Diferencial e Integral II
Tópicos Especiais em Modelos Computacionais em Economia.	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Empreendedorismo	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Linha 2 – Economia em Agronegócio, Meio Ambiente e Regional					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Tópicos Especiais em Gestão do Agronegócios	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Economia do Meio Ambiente	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Economia do Estado do Tocantins	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito

Linha 3 – Histórica Econômica, Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico					
Disciplina	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Pré-Requisitos**
Economia e Mercado de Trabalho	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Economia, Tecnologia e Sociedade	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Energia, Sociedade e Meio Ambiente	04	60	0	60	Teoria Macroeconômica I
Tópicos Especiais em Políticas Públicas	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito
Economia Política III	04	60	0	60	Economia Política II
Língua Brasileira de Sinais	04	60	0	60	Sem Pré-Requisito

As disciplinas optativas serão ofertadas de acordo com as Linhas de Pesquisas do curso.

A cada semestre será feita a análise de demanda das disciplinas optativas a serem ofertadas no período seguinte. O professor que ministrar uma das disciplinas optativas intituladas tópicos especiais, atualizará a ementa, conteúdo programático e o processo de condução da disciplina, com a anuência do Colegiado do Curso.

7.4. INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Atividades	Créditos	Horas/Aula
Disciplinas Obrigatórias	144	2160
Disciplinas Optativas	12	180
Trabalho de Conclusão de Curso	20	300
Atividades Complementares	24	360
Total Geral	**200**	**3000**
***1(um) crédito = 15 horas aula**		

7.5. DISCIPLINAS DE EQUIVALÊNCIAS OBRIGATÓRIAS

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS					
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS					**DISCIPLINAS EQUIVALENTES**
	PRIMEIRO PERÍODO				
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Introdução à Economia	04	60	0	60	Introdução à Economia II
Introdução ao Pensamento Econômico	04	60	0	60	Introdução à Economia I
Metodologia Científica	04	60	0	60	Metodologia Científica
Introdução às Ciências Sociais	04	60	0	60	Introdução às Ciências Sociais
Cálculo Diferencial e Integral I	04	60	0	60	Cálculo Diferencial e Integral I
Total	**20**	**300**	**0**	**300**	

SEGUNDO PERÍODO					
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Cálculo Diferencial e Integral II	04	60	0	60	Cálculo Diferencial e Integral II
Instituições de Direito	04	60	0	60	Instituições de Direito
História Econômica Geral	04	60	0	60	História Econômica Geral
Contabilidade Nacional	04	60	0	60	Contabilidade Nacional
Introdução à Contabilidade	04	60	0	60	Contabilidade e Análise de Balanços
Total	**20**	**300**	**0**	**300**	

TERCEIRO PERÍODO					
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Economia Política I	04	60	0	60	Economia Política I
Economia Matemática	04	60	0	60	Economia Matemática
Teoria Microeconômica I	04	60	0	60	Teoria Microeconômica I
Teoria Macroeconômica I	04	60	0	60	Teoria Macroeconômica I
Pensamento Econômico Contemporâneo	04	60	0	60	Pensamento Econômico Contemporâneo
Total	**20**	**300**	**0**	**300**	

QUARTO PERÍODO					
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Introdução a Administração	04	60	0	60	Administração e Organização
Teoria Microeconômica II	04	60	0	60	Teoria Microeconômica II
Estatística	04	60	0	60	Estatística I e II
Economia Política II	04	60	0	60	Economia Política II
Economia Brasileira I	04	60	0	60	Economia Brasileira I
Total	**20**	**300**	**0**	**300**	

QUINTO PERÍODO					
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Teoria Macroeconômica II	04	60	0	60	Teoria Macroeconômica II
Teoria Microeconômica III	04	60	0	60	Teoria Microeconômica III
Econometria I	04	60	0	60	Econometria I
Economia Brasileira II	04	60	0	60	Economia Brasileira II
Economia Monetária	04	60	0	60	Economia Monetária
Total	**20**	**300**	**00**	**300**	

SEXTO PERÍODO					
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Econometria II	04	60	0	60	Econometria II
Economia Brasileira Contemporânea	04	60	0	60	Economia Brasileira Contemporânea
Avaliação Financeira de Investimentos	04	60	0	60	Matemática Financeira e Avaliação de Investimentos
Economia Regional e Urbana	04	60	0	60	Economia Regional e Urbana
Teoria Macroeconômica III	04	60	0	60	Teoria Macroeconômica III
Total	**20**	**300**	**00**	**300**	

SÉTIMO PERÍODO					
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Economia da Agricultura	04	60	0	60	Economia da Agricultura
Economia do Setor Público	04	60	0	60	Economia do Setor Público
Política e Planejamento Econômico	04	60	0	60	Política e Planejamento Econômico
Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	04	20	40	60	Elaboração e Análise de Projetos Econômicos
Trabalho de Conclusão de Curso I	04	60	0	60	Trabalho de Conclusão de Curso I
Total	**20**	**260**	**40**	**300**	

OITAVO PERÍODO					
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Economia Internacional	04	60	0	60	Economia Internacional I
Desenvolvimento Socioeconômico	04	60	0	60	Desenvolvimento Socioeconômico
Optativa	04	60	0	60	Optativa
Optativa	04	60	0	60	Optativa
Optativa	04	60	0	60	Optativa
Trabalho de Conclusão de Curso II	**16**	**00**	**240**	**240**	Trabalho de Conclusão de Curso II
Total	**36**	**300**	**240**	**540**	

7.5.1 DISCIPLINAS EQUIVALENTES OPTATIVAS

DISCIPLINAS OPTATIVAS					**DISCIPLINAS EQUIVALENTES**
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Organização Industrial	04	60	0	60	Organização Industrial
Tópicos Especiais					Tópicos Especiais
Tópicos Especiais Econometria	04	60	0	60	Tópicos Especiais Econometria
Tópicos Especiais Teoria Econômica	04	60	0	60	Tópicos Especiais Teoria Econômica
Comércio Exterior	04	60	0	60	Comércio Exterior
Mercado Financeiro e de Capitais	04	60	0	60	Mercado Financeiro e de Capitais
Tópicos Especiais em Matemática	04	60	0	60	Tópicos Especiais em Matemática
Tópicos Especiais em Modelos Computacionais em Economia.	04	60	0	60	Tópicos Especiais em Modelos Computacionais em Economia.
Empreendedorismo	04	60	0	60	Empreendedorismo
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Tópicos Especiais em Gestão do Agronegócios	04	60	0	60	Tópicos Especiais em Gestão do Agronegócios
Economia do Meio Ambiente	04	60	0	60	Economia do Meio Ambiente
Economia do Estado do Tocantins	04	60	0	60	Economia do Estado do Tocantins
Disciplinas PPC 2018	**CR**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**CH Total**	**Disciplinas PPC 2009**
Economia e Mercado de Trabalho	04	60	0	60	Economia e Mercado de Trabalho
Economia, Tecnologia e Sociedade	04	60	0	60	Economia, Tecnologia e Sociedade
Energia, Sociedade e Meio Ambiente	04	60	0	60	Energia, Sociedade e Meio Ambiente
Tópicos Especiais em Políticas Públicas	04	60	0	60	Tópicos Especiais em Políticas Públicas
Economia Política III	04	60	0	60	Economia Política III
Língua Brasileira de Sinais	04	60	0	60	Língua Brasileira de Sinais

7.6 EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

PRIMEIRO PERÍODO

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Introdução à Economia**	PRÉ-REQUISITO: Sem Pré-Requisito	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Abordar os principais conceitos das Ciências Econômicas, necessários à formação do aluno de economia, enfatizando conhecimentos básicos das teorias micro e macroeconômica.		
Ementa: Introdução: definição, conceitos básicos e aspectos metodológicos da ciência econômica. Noções de microeconomia: função utilidade, demanda, oferta, equilíbrio, elasticidade e estruturas de mercado. Noções de macroeconomia: os agregados macroeconômicos, os modelos macroeconômicos simplificados.		
Bibliografia Básica: MANKIW, N.Gregory. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia.** Rio de Janeiro: Campus, 2001 MOCHON, Francisco; TROSTER, Roberto Luis. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, l994. ROSSETTI, J.P. **Introdução à economia**. 19. Edição. São Paulo: Atlas, 2002.		
Bibliografia Complementar: PINHO, D.B.; e VASCONCELLOS, M.A.S. (org.). **Manual de economia**. 3. Edição. São Paulo: Saraiva, 2003 SILVA, Adelphino Teixeira da.**Economia e mercados**. 24ª ed., São Paulo: Atlas, l996. SINGER, Paul. **Aprender economia**. 15ª ed., São Paulo: Brasiliense, l994. VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Introdução à economia**. São Paulo, Editora Frase. SAMUELSON, P.A.; NORDHAUS, W.D.**Economia**. 16. Edição. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.		
CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Introdução ao Pensamento Econômico**	PRÉ-REQUISITO: -----	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Objeto e método das Ciências Econômicas. Principais escolas e doutrinas do pensamento econômico até segunda metade do século XIX.		
Ementa: Origem da análise econômica: Mercantilistas e Fisiocratas. Economistas Clássicos: Smith, Ricardo e Malthus. Subjetivismo racionalista: Bentham, Say e Sênior. Utilitarismo Eclético: Mill. Utilitarismo Puro: Bastiat. Critica à Economia Política Clássica: Marx.		
Bibliografia Básica: HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico.** Rio de Janeiro: Campus, 1981. RICARDO. David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.		

Bibliografia Complementar:
BIANCHI, A. M. **Questões de Métodos na Ciência Econômica**. São Paulo: IPE/USP, 1986.
MALTHUS, T. R. **Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática.** São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.
MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a População.** São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.
MILL, J. S. **Da definição de Economia Política e do Método de Investigação Próprio a Ela**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e Estrutura de *O Capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Metodologia Científica**	PRÉ-REQUISITO: Sem Pré-Requisito	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Proporcionar ao aluno estudo de elaboração de trabalho científico e normas técnicas da ABNT		
Ementa: Investigação acerca do conhecimento, em particular da ciência. Análise dos procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica. Estudo das formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos, especialmente das normas técnicas neles utilizadas. Escolha, Seleção e Limitação do Tema. Plano de Trabalho. Pesquisa Bibliográfica. Metodologia de Anotação Documentativa. Citação e Referências bibliográficas. Aspectos Técnicos de Redação de Monografias. Estrutura do Trabalho Científico.		
Bibliografia Básica: CERVO, A.; BERVIAN, P. **Metodologia científica**. 5ªed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. GALLIANO, A. Guilherme. **O Método Científico:** teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986. SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 1996.		
Bibliografia Complementar: ANDRADE, Maria M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1989. BARROS, Aidil L. S.; LEHFELD, Neid A. S. **Fundamentos de metodologia**. 2ªed. Rio de Janeiro: Makrom Books, 2000. DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em ciência sociais**. São Paulo, Atlas, 1995. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983. UFT.**Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos-científicos,**2017		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Introdução às Ciências Sociais**	PRÉ-REQUISITO: Sem Pré-Requisito	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Fornecer aos acadêmicos um quadro estrutural de conhecimentos que permita interpretar criticamente as principais dinâmicas de transformação das sociedades contemporâneas, familiarizando os com diferentes perspectivas teóricas e interpretativas, designadamente da economia, da sociologia e da psicologia social.		

Ementa: Sociologia, campos de saber e interface com outras ciências. Panorama histórico do surgimento, da formação e do desenvolvimento da Sociologia no Mundo e no Brasil. As principais abordagens da sociologia de: August Comte; Emile Durkheim; Karl Marx e Max Weber. Temáticas da Sociologia contemporânea: Inovação tecnológica; Globalização e Regionalização; Violência Urbana; Terrorismo; Movimentos sociais; Crise Financeira Internacional; Mudanças no mundo do trabalho; Democracia participativa; Desenvolvimento Sustentável e Programas de proteção social no Brasil.
Bibliografia Básica: CASTRO, Ana Maria; DIAS, Edmundo Fernandes (Org.). **Introdução ao pensamento sociológico**. 9ª edição, São Paulo: Moraes, 1992. LAKATOS, Maria E. **Sociologia geral**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 1990. SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica a razão indolente. São Paulo: Cortez, 2000.
Bibliografia Complementar: BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. 3ª ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002. (cap. 1) COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia:** introdução à sociedade. São Paulo: Moderna, 1987. DEMO, Pedro. **Sociologia: uma introdução crítica**. São Paulo: Atlas, 1989. FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980. IVILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Atlas, 1995.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Cálculo Diferencial e Integral I**		PRÉ-REQUISITO: Sem Pré-Requisito
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Proporcionar ao aluno conhecimentos suficientes para que seja capaz de assumir compromisso com rigor matemático, de comparar e analisar resultados obtidos e aplicar a teoria em exercícios práticos		
Ementa: Função, limite de uma função, funções de uma variável , limites derivadas de uma função, aplicação de derivada de uma função e integrais		
Bibliografia Básica: LEITHLD, L.O. **Cálculo com geometria analítica**. v.2. 3° ed. São Paulo , Editora Harbra, 1994 ROMANO, R. **Cálculo diferencial e integral**. São Paulo: Atlas, 1981. SWOKOWSKI, E.W. **Cálculo com geometria analítica**. v.2. 2° ed . Rio de Janeiro , McGraw – Hill do Brasil, 1995.		
Bibliografia Complementar: AIRES, F. **Cálculo diferencial e integral**. São Paulo: Ed. McGraw Hill, 1981 DEMIDOVICH, B. **Problemas e exercícios de análise matemática**. Moscou: MIR, 1977. GUIDORIZZI, H.L. **Um curso de cálculo**. Rio de Janeiro: LTC, 1985 PISKUNOV,N. **Cálculo diferencial e integral**. Moscou: Mir, 1977 SIMMONS,G.F. **Cálculo com geometria analítica**. v.2. Rio de Janeiro, McGraw – Hill do Brasil, 1987		

SEGUNDO PERÍODO

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Cálculo Diferencial e Integral II**		PRÉ-REQUISITO: **Cálculo Diferencial e Integral I**
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Capacitar o aluno a compreender as noções fundamentais do cálculo integral, bem como suas aplicações. Estudar aplicações do cálculo diferencial e integral em diferentes áreas da Ciência da Computação.		

Ementa: Funções de mais de uma variável, limites derivadas e integrais. Integrais definidas e suas aplicações. Técnicas de integração. Integrais impróprias. Aplicações de integrais. Funções de várias variáveis.
Bibliografia Básica: LEITHOLD, Louis. **O cálculo com geometria analítica**. 3. ed. São Paulo: HARBRA, 2002 GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Um curso de cálculo**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC - 2001 SWOKOWSKI, E.W. **Cálculo com geometria analítica**. v.2. 2° ed . Rio de Janeiro , McGraw – Hill do Brasil, 1995.
Bibliografia Complementar: AIRES, F. **Cálculo diferencial e integral**. São Paulo: Ed. McGraw Hill, 1981 LARSON, Ron; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. **Cálculo com geometria analítica**, v. 1 e 2, 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, c1998. LANG, Serge .**Calculo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Tecnico , 1983.. PISKUNOV,N. **Cálculo diferencial e integral**. Moscou: Mir, 1977 STEWART, James. **Cálculo**, v. 1 e 2. 4 a . edição . São Paulo: Pioneira, 2001.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Instituições de Direito**	PRÉ-REQUISITO: Sem Pré-Requisito	
CHTOTAL:60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Provocar no acadêmico a reflexão sobre a relação entre a ciência jurídica e a ciências econômicas para que se tornem aptos a identificarem o papel do Estado na organização econômica do País. Também, proporcionar aos acadêmicos o contato com os ramos do direito que incidem direta ou indiretamente sobre os fenômenos econômicos.		
Ementa: Estado e Direito, Teoria geral do Estado, nação e Estado. Elementos constitutivos do Estado. Soberania e globalização. Nascimento e extinção dos Estados. Formas de Governo: parlamentarismo e presidencialismo - Formas de Estado e Federação - Regimes de Governo e Democracia. Estado e Constituição - O Estado Constitucional: a ideia de Constituição, origem e características do constitucionalismo - Constituição em sentido material e formal - Direito Constitucional: conceito e objeto - Fontes - Poder Constituinte e Poder de Reforma - A supremacia da Constituição: o controle da constitucionalidade das leis - Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais.		
Bibliografia Básica: BAGNOLI, Vicente. **Direito econômico.** 3. ed. São Paulo:Atlas, 2008. HARADA, Kiyoshi. **Direita Financeiro e Tributário.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2001. MARTINS, S. P. **Instituições de direito privado e público**. São Paulo: Atlas, 2003.		
Bibliografia Complementar: BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário.** São Paulo: Saraiva, 1998. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1999 DINIZ, M. H. **Compêndio de introdução ao estudo do Direito.** São Paulo: Saraiva, 2002. NASCIMENTO, A. M. **Instituições de direito privado e público**. São Paulo: Atlas, 2000. OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro.** S. Paulo: Revista dos Tribunais, 2006		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **História Econômica Geral**	PRÉ-REQUISITO: **Introdução ao Pensamento Econômico**	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral: Historizar as transformações estruturais que culminaram com o modo de produção especificamente capitalista e sua dinâmica. Apresentar a disputa interestatal a partir da Revolução Industrial.
Ementa: Mercantilismo, cercamentos e acumulação primitiva de capital na Inglaterra.Revolução Industrial e capitalismo concorrencial. A hegemonia britânica, o padrão-ouro e o liberalismo. A divisão internacional do trabalho. Modernização e subdesenvolvimento. A era do capitalismo monopolista: expansão e crises. A crise de 1929, o colapso do padrão ouro e a o fim da hegemonia britânica. O padrão ouro-dólar e a hegemonia americana no pós-guerra.
Bibliografia Básica: FRANCO JUNIOR, Hilário e CHACON, P.P. **História Econômica Geral***.* São Paulo: Atlas, 1997. HOBSBAWN, E. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo***.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983. REZENDE FILHO, Cyro de B. **História econômica geral**. 7ªed. São Paulo: Contexto, 2003
Bibliografia Complementar: ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2000. GALBRAITH, J. K. **O colapso da bolsa, 1929**. São Paulo: Pioneira, 1972. HELLBRONER, R.**A formação da sociedade econômica***.* São Paulo, Atlas, 1995. ROSEMBERG, Nathan. **A história da riqueza do ocidente: a transformação econômica do mundo industrial**. Rio de Janeiro: Record, 1986. WOOD, Mary Meiksins, **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Contabilidade Nacional**	PRÉ-REQUISITO: **Introdução a Economia**	
CH TOTAL:60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Estudar as formas de agregação das transações econômicas e suas relações de forma a compreender o sistema econômico como um fluxo; estudar as relações entre os agregados; o registro das transações das Contas Nacionais; e fornecer subsídios para a introdução à teoria macroeconômica.		
Ementa: Análise dos agregados macroeconômicos correntes. Formação e reposição do capital nacional. Sistema de contas nacionais. As contas nacionais do Brasil.. Balanço de Pagamentos e registro de transações internacionais no âmbito das Contas Nacionais. Desagregação das Contas Nacionais: transações interindustriais e matrizes de insumo-produto. Comparações intertemporais e internacionais dos agregados da renda e do produto. Números índices.		
Bibliografia Básica: FILELLINI, Alfredo.**Contabilidade Social**: resumo da teoria, exercícios programados. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1994. MONTORO FILHO, André Franco. **Contabilidade Social:**uma introdução à macroeconomia. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1994. ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade Social**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 1992.		
Bibliografia Complementar: DORNBUSCH, R. & FISCHER, S. **Macroeconomia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1991. MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. PAULANI, L. M. & BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social**. São Paulo: Saraiva, 2000. RESENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1994 ROSSETI & FIORAVANTI. **Contabilidade Nacional**. São Paulo: Atlas, 1982.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Introdução à Contabilidade**	PRÉ-REQUISITO: -----	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Dotar os alunos de Ciências Econômicas de conhecimentos básicos acerca dos procedimentos contábeis relativamente à escrituração, lançamento, normais e demais peculiaridades na contabilidade de entidades, bem como da elaboração e análise de balanços e contabilização e análise de custos e despesas.		
Ementa: Normas de Contabilidade. Plano de Contas. Escrituração Contábil. Relatórios Contábeis. Estrutura das Demonstrações Contábeis. Análise das Demonstrações Contábeis.		
Bibliografia Básica: IUDICIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para não contadores**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1990. MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 9ªed. São Paulo: Atlas: 2001. PADOVEZE, Clóvis L. **Manual de contabilidade básica:** uma introdução à prática contábil. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2004.		
Bibliografia Complementar: ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1992. BRAGA, Hugo da Rocha. **Demonstrações Financeiras, Análise e Interpretação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 1998. MARION, José C. **Contabilidade básica**. São Paulo, 7ªed. 2003. SILVA, César Augusto Tibúrcio, TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2ª ed. 2000. SOUZA, Acilon B. de.**Contabilidade de empresas comerciais**. São Paulo: Atlas, 2002.		

TERCEIRO PERÍODO

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia Política I**	PRÉ-REQUISITO: **Histórica Econômica Geral**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Compreender a problemática da fórmula trinitária presente na Economia Política Clássica e suas consequências para a Teoria do Valor Trabalho. Estudar a solução de Marx à luz do Materialismo Histórico e Dialético. Identificar o fenômeno capital e estudar o dinamismo industrial por meio do processo de acumulação de capital.		
Ementa: O método e a crítica à economia política clássica. A mercadoria e a lei do valor. O dinheiro. O capital. Formas de organização do trabalho no capitalismo. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa. O salário. A acumulação de capital.		
Bibliografia Básica: MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013. RICARDO. David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.		

Bibliografia Complementar: BIANCHI, A. M. **Questões de Métodos na Ciência Econômica**. São Paulo: IPE/USP, 1986. HARVEY, David. **Para entender O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a População.** São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. MILL, J. S. **Da definição de Economia Política e do Método de Investigação Próprio a Ela**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e Estrutura de *O Capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia Matemática**	PRÉ-REQUISITO: **Cálculo Diferencial e Integral II**	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar formulações mais sofisticadas de modelos econômicos a partir da utilização do instrumental matemático na análise estática de problemas econômicos, de modo a estabelecer uma conexão entre os conhecimentos da matemática pura, apresentados nas disciplinas de Cálculo Diferencial e Integral e suas aplicações na Teoria Econômica.		
Ementa: Modelos lineares e de álgebra linear aplicados a Teoria Econômica. Fundamentos de análise de equilíbrio e estática comparativa em economia. Modelosde otimização simples e condicionados aplicados à análise do comportamento dos agentes econômicos. Programação linear aplicada a problemas econômicos. Autovalores e autovetores.		
Bibliografia Básica: BRAGA, M.; KANNEBLEY JÚNIOR, S.; ORELLANO, V. **Matemática para economistas**. São Paulo: Atlas, 2003. CHIANG, Alpha C. **Matemática para economistas**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982 CYSNE, R. P,; MOREIRA, H.A. **Curso de matemática para economistas**. São Paulo: Atlas, 1997.		
Bibliografia Complementar: DEMIDOVICH, B. **Problemas e exercícios de análise matemática**. Moscou: MIR, 1977. HENDERSON, J.M.; QUANDT, R.E. **Teoria microeconômica: uma abordagem matemática**. São Paulo: Pioneira, 1992 SILBERBERG, E.; SUEN, W. **The structure of economics: a mathematical analysis**. New York: McGraw-Hill, 2000. SIMON, C. P.; BLUME, L. **Matemática para economistas**. Porto Alegre: Bookman, 2004. YAMANE, T. **Matemática para economistas**. São Paulo: Atlas, 1970.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Teoria Microeconômica I**	PRÉ-REQUISITO: **Introdução a Economia e Cálculo Diferencial e Integral I**	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar ao aluno a Teoria do Consumidor e a Teoria da Firma e conceitos relacionados a estas teorias.		
Ementa: Introdução à Microeconomia. Teoria do Consumidor: restrição orçamentária, preferências, escolha do consumidor e demanda. Teoria da Firma: tecnologia, custos, princípio da maximização do lucro e oferta. Excedentes do Consumidor e da Firma.		

Bibliografia Básica: PINDYCK, ROBERT S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994. VARIAN, Hall. **Microeconomia:** princípios básicos. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 784p. VASCONCELLOS, M. A. S. e OLIVEIRA, R. G. **Microeconomia**. 2 ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
Bibliografia Complementar: FERGUSON, C.E. **Microeconomia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, l990. HENDERSON, J.M; QUANDT, R.E. **Teoria Microeconômica:** uma abordagem matemática. 3ª ed., São Paulo: Pioneira, 1992. MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Campus, 1999. SALVATORE, DOMINICK. **Microeconomia**. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, l984. SCHIMIDT, C. A. J. Microeconomia: questões ANPEC. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Teoria Macroeconômica I**	PRÉ-REQUISITO: **Contabilidade Nacional** e **Cálculo Diferencial e Integral I**	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Introduzir o aluno à análise macroeconômica para uma economia fechada e aberta, apresentando os modelos de determinação de renda no curto e no longo prazo. Apresentar ao aluno o instrumental que possibilite o mesmo fazer uma primeira discussão das políticas econômicas.		
Ementa: Determinação da renda em uma economia fechada e políticas econômicas, o modelo clássico e o modelo IS-LM. Determinação da renda em uma economia aberta e políticas econômicas, o modelo clássico e o modelo IS-LM-BP;		
Bibliografia Básica: BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia:** teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 2001. DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.		
Bibliografia Complementar: HALL, RobertE.; TAYLOR, John B. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus: 1998. KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção: Os Economistas. LEITE, J. A. **Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica**. São Paulo: Atlas, 1994. LOPES, Luiz Martins: VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). **Manual de Macroeconomia:** básico e intermediário. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. SACHS, Jaffrey D.; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia: Em uma economia global.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Pensamento Econômico Contemporâneo**	PRÉ-REQUISITO: **Introdução ao Pensamento Econômico**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Estudar a evolução do pensamento econômicopós revolução marginalista. Estudar as principais teorias econômicas do século XX, suas crises e debates teóricos entre escolas de pensamento econômico contemporâneo.		

Ementa: Teoria Neoclássica: revolução marginalista. Crítica do Sraffa à teoria Neoclássica e a contribuição de J. Robinson e Chamberlin. A controvérsia sobre a demanda efetiva: Keynes, Kalecki e Rosa Luxemburgo.A contribuição do Schumpeter. Os pós- keynesianos e a segunda síntese neoclássica. Os novos clássicos e os novos keynesianos. O pensamento Econômico da CEPAL. O neoliberalismo.
Bibliografia Básica: ARAÚJO, C. R. V. **História do Pensamento Econômico:** uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1995 FEIJÓ, Ricardo. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2001. NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o Neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.
Bibliografia Complementar: HUNT, E: SHERMAN,H.J. **História do Pensamento Econômico**. 20ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico**. 25ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1981. MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1987. NAPOLEONI, Cláudio. **O Pensamento Econômico do Século XX**. São Paulo: Círculo do Livro, 1983. RIMA, I. H. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1990

QUARTO PERÍODO

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Introdução à Administração**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar ao aluno condições satisfatórias para gerir recursos físicos, humanos e financeiros em uma empresa, para incorporar conceitos e técnicas de qualidade nos negócios e prever a evolução do mercado e otimizar o fluxo de informações de uma empresa.		
Ementa: Fundamentos da Administração. Escola clássica da Administração. Max Weber e a teoria das organizações. O modelo japonês de administração. Comportamento das Organizações. Pensamento sistêmico. Planejamento estratégico. Novos Paradigmas da Administração. Administração na era Digital.		
Bibliografia Básica: CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000 MAXIMIANO, Antonio C. A. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2005. WRIGHTPeter. **Administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.		
Bibliografia Complementar: CASAROTTO Nelson. **Redes de pequenas empresas**. São Paulo. Atlas, 1997. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas:** uma abordagem contingencial. 3ªed. Rio de Janeiro: MaKron Books, 1994. De OLIVEIRA Djalma. P. R. **Estratégia empresarial e vantagem competitiva**. São Paulo. Atlas, 2001. DRUCKER, P.F. **Introdução à administração**.Ed. Pioneira, 2ª ed. 1998. PORTER,M. **Vantagem competitiva**. São Paulo: Editora Campos, 1995.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Teoria Microeconômica II**	PRÉ-REQUISITO: **Teoria Microeconômica I**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Analisar os principais modelos de estrutura de mercado. Estudar o mercado de fatores.		

Ementa: Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, concorrência monopolista, oligopólio e mercados de fatores. Noções de teoria dos jogos.
Bibliografia Básica: PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994. VARIAN, Hall. **Microeconomia:** princípios básicos. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 784p. VASCONCELLOS, M. A. S. e OLIVEIRA, R. G. **Microeconomia**. 2 ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
Bibliografia Complementar: EATON, B.C. & EATON, D.; Microeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999. FERGUSON, C.E. **Microeconomia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, l990. HENDERSON, J.M; QUANDT, R.E. **Teoria Microeconômica: Uma abordagem matemática.** 3ª ed., São Paulo: Pioneira, 1992. SALVATORE, Dominick. **Microeconomia**. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, l984. WESSEL, W. Microeconomia. São Paulo: Saraiva, 2001.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Estatística**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar os conceitos de Estatística necessários à descrição e interpretação de dados econômicos.Probabilidade e Inferência Estatística. Estimação e Inferência Paramétrica.		
Ementa: Medidas de tendência central; Dispersão; Amostragem; Probabilidade; Distribuição de Probabilidade; Inferência estatística.		
Bibliografia Básica: MARTINS, Gilberto de Andrade, DONAIRE, Denis. **Princípios de Estatística**. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 1995. FONSECA, Jairo Simon da, MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. 6.ed. São Paulo : Atlas, 1996 SPIEGEL, Murray R. **Estatística**. 3.ed. São Paulo : MakronBooks, 1994.		
Bibliografia Complementar: BUSSAB, W. O., MORETIN, P. A. **Estatística Básica**. São Paulo : Atual, 1986. HOEL, P. G. *et al*. **Estatística Elementar**. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1992. MERRIL, Willian C.; FOX, Karl. **A estatística econômica**. Atlas. São Paulo , 2000 SILVA, E. M. *et al*. **Estatística 1**. Atlas: São Paulo, 1996 HOFFMAN, Rodolfo. Estatística para economista. Livros Técnicos e cientíicos . Rio de Janeiro.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia Política II**	PRÉ-REQUISITO: **Economia Política I**	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: O capital em movimento. Os fenômenos conforme observados na concretude da concorrência intercapitalista: lucro e taxa de lucro. Formas do capital de circulação e suas transmutações em capital produtor de juros e capital fictício. Introdução à teoria das crises.		
Ementa: O movimento do capital. A taxa de lucro e seus determinantes. Tendência à uniformização e à queda da taxa de lucro. Capital mercantil, capital produtor de juros e capital fictício. Teoria das crises e dos ciclos econômicos.		

Bibliografia Básica: MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro II, Vol III: o processo de circulação do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. _____. **O Capital: crítica da economia política: Livro III, Vol. IV: o processo global de reprodução capitalista**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil S. A, 1991. _____. **O Capital: crítica da economia política: Livro III, Vol V: o processo global de reprodução capitalista**. Rio de Janeiro, 2014.
Bibliografia Complementar: BARAN, Paul A. **A Economia Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zaar, 1964. CHESNAIS, François. **A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998. DOBB, Maurice. **Economia Política e Capitalismo: ensaios sobre a tradição econômica**. Rio de Janeiro: Gaal, 1978. RIBEIRO, Elivan R. (Org.). **Globalização Competitividade e Crises**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002. RIBEIRO, Nelson R. **O Capital em Movimento: ciclos, rotação, reprodução**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009. _____. **A Crise Econômica: uma visão marxista**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2008.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia Brasileira I**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Analisar os principais movimentos norteadores da formação econômica e social do Brasil partindo dos ciclos econômicos de produtos primários até ao advento da industrialização. Compreender o funcionamento do modelo de desenvolvimento “reflexo” ou “voltado para fora”. Estudar as contradições colocadas pelo assalariamento da mão-de-obra sobre o modelo de desenvolvimento “reflexo” ou “voltado para fora” e seus efeitos sobre o setor externo. Período: 1500 a 1929.		
Ementa: O mercantilismo como parte da acumulação primitiva do capital na Europa. Ocupação do território brasileiro, ciclos econômicos de produtos primários e suas contradições. A Primeira República. A economia cafeeira, suas crises e a política econômica da República Velha. A crise de 1929 e os mecanismos de superação da revolução de 30. Industrialização espontânea.		
Bibliografia Básica: ABREU, M. P. (org.).**A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro, Ed.Campus, 1990 BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 9a ed. Petrópolis: Vozes, 1990. FURTADO. Celso.**Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1989.		
Bibliografia Complementar: ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática. LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982. MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982. PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense VASCONCELLOS, M. A. S. *et al*. **Economia Brasileira Contemporânea**. Ed. Atlas. 1999		

QUINTO PERÍODO

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Teoria Macroeconômica II**	PRÉ-REQUISITO:**Teoria Macroeconômica I**	
CHTOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Possibilitar ao aluno fazer uma leitura aprofundada sobre o mercado de trabalho, inflação e desemprego. Apresentar o modelo de oferta agregada e o papel das expectativas, assim como identificar as variáveis macroeconômicas básicas. (consumo, investimento e governo)		

Ementa: Modelo de oferta agregada: Mercado do trabalho e o papel das expectativas. Desemprego e inflação. Os modelos de oferta e demanda agregadas. Função consumo, modelo de investimentos e governo.
Bibliografia Básica: LOPES, Luiz Martins: VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). **Manual de Macroeconomia:** básico e intermediário. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. SACHS, Jaffrey D.; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia:** em uma economia global. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.
Bibliografia Complementar: BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia:** teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 2001. DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. HALL, Robert E.; TAYLOR, John B. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus: 1998. KALECKI, Michael. **Teoria da dinâmica**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. LEITE, J. A. **Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica**. São Paulo: Atlas, 1994.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Teoria Microeconômica III**	PRÉ-REQUISITO: **Teoria Microeconômica II**	
CH TOTAL:60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Conhecer o modelo de equilíbrio geral e a teoria do bem estar. Introduzir noções relacionadas a externalidades e bens públicos. Analisar argumentos para justificar a intervenção do governo.		
Ementa: Equilíbrio Geral. Bem-Estar. Externalidades e Bens Públicos. Regulação Econômica e Política Industrial.		
Bibliografia Básica: PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994. VARIAN, Hall. **Microeconomia: princípios básicos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 784p. VASCONCELLOS, M. A. S. e OLIVEIRA, R. G. **Microeconomia**. 2 ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
Bibliografia Complementar: GARÓFALO, CARVALHO. **Teoria microeconômica**. São Paulo: Atlas, 1985. FERGUSON, C.E. **Microeconomia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. FIANI, Ronaldo. **Teoria dos Jogos:** para cursos de administração e economia. Rio de Janeiro: Campus, 2004. HENDERSON, J.M; QUANDT, R.E. **Teoria Microeconômica:** uma abordagem matemática. 3ª ed., São Paulo: Pioneira, 1992. SALVATORE, Dominick. **Microeconomia**. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, l984.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Econometria I**	PRÉ-REQUISITO: **Estatística, Teoria Macroeconômica I**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 45	CH PRÁTICA: 15
Objetivo Geral: Introduzir o conceito de modelo econométrico e apresentar os modelos mais utilizados na análise empírica da Teoria Econômica.		
Ementa: Regressão simples, Regressão múltipla, Quebra de pressupostos.		

Bibliografia Básica: GUJARATI, D. **Econometria Básica.** São Paulo: Makron Books. 2000**.** WOOLDRIDGE, J. **Introdução à Econometria: uma abordagem moderna.** São Paulo: Thomson Learning. 2006 JUDGE,G.G.; HILL, C. **Econometria**. São Paulo: Saraiva, 2000.
Bibliografia Complementar: CORRAR, Luiz J.;Theóphilo, Carlos R. **Pesquisa operacional**. São Paulo, Atlas, 2004 DE MATOS,Orlando Carneiro. **Econometria Básica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. HOFFMANN, R; VIEIRA, S. **Análise de regressão: uma introdução à econometria**. São Paulo, Hucitec, 1977. JOHWSTON, J. **Métodos de econometria.** Espanha, Vicens-vives, 1987. SARTORIS, Alexandre. **Estatística e introdução à econometria**. São Paulo, Saraiva, 2003 VASCONCELOS Marco Antonio Sandoval; ALVES Denisard (Orgs).**Manual de Econometria**. São Paulo: Atlas, 1ª ed. 2000.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia Brasileira II**	PRÉ-REQUISITO: **Economia Brasileira I**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Analisar a evolução da economia brasileira a partir da revolução de 1930 até a década de 1980; Estudar a dinâmica de industrialização por substituição de importações: da industrialização restringida ao modo de produção "propriamente" capitalista.		
Ementa: Crise de 1929 e Revolução de 1930. Dinâmica de industrialização por substituição de importações: (i) a era Vargas e a industrialização restringida; e (ii) a era JK e o estabelecimento de uma dinâmica "propriamente" capitalista ou assente em relações interdepartamentais de demanda efetiva. Crise da década de 1960. Política econômica do período militar incluindo o milagre econômico durante o PAEG. Milagre econômico e o II PND. Impasses do modelo de substituição de importação nos anos de 1980.		
Bibliografia Básica: BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**, Rio de Janeiro: Vozes, 1985. GREMAUD, A. P. *et al*. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002. VASCONCELLOS, M. A S. *et al*. **Economia Brasileira Contemporânea**. Ed. Atlas. 1999		
Bibliografia Complementar: BELUZZO, L.G.M., COUTINHO, R. (org).**Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Vol. 1. Editora Brasiliense. 1984 BRESSER-PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil:** História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003 CARDOSO, E.A. **Economia Brasileira ao Alcance de Todos**. 5ª ed.São Paulo: Editora Brasiliense, 1998. CASTRO, A. B; SOUZA, F.E.P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas: Ignácio Rangel (1914-1994)**. Rio de janeiro: Contrapondo, 2005. Volume I e II		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia Monetária**	PRÉ-REQUISITO:**Teoria Macroeconômica I**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Estudar os conceitos, teorias e modelos necessários ao entendimento à análise da economia monetária.		
Ementa: Origem, Características e Funções da Moeda. Moeda e ativos monetários e financeiros. Oferta monetária e Teorias da demanda monetária. Sistema Financeiro Nacional. Mecanismos de Política Monetária. Determinação de Juros.		

Bibliografia Básica: HILLBRECHT, R. **Economia monetária**, 1 ed. São Paulo, Atlas, 1999. LOPES, J. do C. ROSSETI, J. P. **Economia monetária**.9 ed. São Paulo, Atlas, 2005. MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3° Ed. Rio de Janeiro: LTC,1998.
Bibliografia Complementar: ACKLEY, Gardner. **Teoria Macroeconômica**. 3° ed. São Paulo: Pioneira,1989 BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia: teoria e política econômica**. Rio de Janeiro : Campus, 2001. FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. São Paulo: Qualitymark, 2005. LEITE, J.A. **Macroeconomia:** teoria, modelos e instrumentos de política econômica. São Paulo: Atlas, 1994. LOPES, Luiz Martins: VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). **Manual de Macroeconomia:** básico e intermediário. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEXTO PERÍODO

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Econometria II**	PRÉ-REQUISITO: **Econometria I**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 45	CH PRÁTICA: 15
Objetivo Geral: Introduzir ferramentais de análiseeconométrico e apresentar os modelos mais utilizados na análise empírica da Teoria Econômica.		
Ementa: Varáveis Dummy. Logito e Probito. Introdução a Dados em Painel e à Séries Temporais.		
Bibliografia Básica: BUENO, R. S. **Econometria de Séries Temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. GUJARATI, D. **Econometria Básica.** São Paulo: Makron Books. 2000. WOOLDRIDGE, J. **Introdução à Econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Thomson Learning. 2006		
Bibliografia Complementar: JUDGE,G.G.; HILL, C. **Econometria**. São Paulo: Saraiva, 2000. SARTORIS, A. **Estatística e introdução à econometria. São Paulo, Saraiva, 2003** CORRAR, Luiz J.;Theóphilo, Carlos R. **Pesquisa operacional**. São Paulo, Atlas, 2004 DE MATOSOrlando Carneiro. **Econometria Básica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. JOHWSTON, J. **Métodos de econometria.** Espanha, Vicens-vives, 1987. VASCONCELOS M. A. S. ALVES D. (Orgs).**Manual de Econometria**. São Paulo: Atlas, 1ª ed. 2000.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia Brasileira Contemporânea**	PRÉ-REQUISITO: **Economia Brasileira II**	
CH TOTAL:60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Analisar o período após o processo de industrialização por substituição de importações; compreender o processo da abertura econômica do Brasil no contexto da nova ordem internacional e daspolíticas de estabilidade monetária; estudar o Plano Real;analisar o desempenho econômico durante os governosLulaeDilma.		
Ementa: Transformações no marco regulatório da economia mundial a partir da década dos 1970: derrocada do sistema monetário de Bretton-Woods, desregulamentação financeira, livre movimentação de capitais, novas tecnologias de informação e comunicação e mundialização financeira. Crise da dívida externa brasileira e moratória de 1984. Inflação crônica e planos de estabilização.O Plano Real: Governo Itamar, Governo FHC,reformas do estado e privatizações. Governo Lula: conjuntura externa favorável e crescimento com distribuição de renda. Governo Dilma: conjuntura externa desfavorável e conflito distributivo.		

Bibliografia Básica: GREMAUD, A . P. *et al*. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002. LACERDA, A .C. *et al*. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva,2002. BAER, W. A. **Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1995..
Bibliografia Complementar: ABREU, M.P.(org.).**A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1990 BRUM, A.J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**, Rio de Janeiro: Vozes, 1985 HILHORST, Joé G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. SICSÙ, João (org.). **Novo Desenvolvimentismo:** Um Projeto Nacional de Crescimento com equidade social. São Paulo: Manole, 2005. SICSÙ, João (org.). **AGENDA BRASIL:**Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços. São Paulo: Manole, 2003.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Avaliação Financeira de Investimentos**	PRÉ-REQUISITO: **Economia Monetária**	
CH TOTAL:60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Oportunizar ao aluno os conceitos sobre análise de investimentos e avaliação econômico-financeira.		
Ementa: Conceitos financeiros básicos: capitalização simples e composta, desconto. Séries de pagamentos/recebimentos uniformes e variados. Fluxo de caixa e sistemas de amortização. Indicadores de mérito e de viabilidade financeira: *Payback*, VPL, TIR, IL. Método do valor anual uniforme equivalente. Risco e Incertezas.		
Bibliografia Básica: FARO, Clóvis de. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas. 9ª. Ed. 1993. ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2003. CASAROTTO FILHO, N.; HOPITKE, B. H. **Análise de investimentos**. São Paulo: Atlas, 2000.		
Bibliografia Complementar: BRITO, Paulo. **Análise e viabilidade de projetos de investimento**. São Paulo: Atlas, 2003. CARVALHO, Juracy V. de. **Análise econômica de investimentos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. GALESNE A;e FENSTERSEIFER J. **Decisões de investimentos da empresa**. São Paulo: Atlas, 1999. GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. HOJI, Masakazu. **Administração financeira:** uma abordagem prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos**. 3ª edição. São Paulo: Makron, 2002.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia Regional e Urbana**	PRÉ-REQUISITO: **Economia Brasileira II**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Estabelecer as relações entre os comportamentos dos agentes e das atividades econômicas e seus rebatimentos na organização e transformação dos territórios. Apresentar e discutir as teorias econômicas (teorias da localização e teorias do desenvolvimento econômico regional); Apresentar experiências recentes em desenvolvimento regional para extrair lições para o Brasil.		

Ementa: O espaço na teoria econômica. A polêmica em relação ao conceito de espaço. Espaço como campo de forças, como conteúdo de um plano, o espaço na geografia física.Teorias clássicas da localização: Von Thunen, Weber, Christaller e Losch. Fatores aglomerativos e desaglomerativos, a organização do espaço.; Teorias do crescimento regional e urbano. Pólos de crescimento, efeitos para a frente e para trás, causação circular, teoria da base de exportação. ; O desenvolvimento regional no Brasil. Panorama histórico. Aspectos críticos,experiências, os novos desafios. ; Experiências em desenvolvimento regional na União Européia e lições para o Brasil.
Bibliografia Básica: DINIZ, Clelio Campolina; LEMOS,Mario Borges.**Economia e território**. Belo Horizonte: Editora da UFMG 2005. DINIZ, Clelio Campolina; CROCCO, Marco (orgs.). **Economia regional e urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Cedeplar e Editora UFMG, 2006. POLÈSE, M. **Economia urbana e regional:** lógica espacial das transformações econômicas. Associação Portuguesa para o desenvolvimento regional. Coimbra: APDR, 1998.
Bibliografia Complementar: DINIZ, Clelio Campolina.**A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. IPEA, Texto para discussão 375, junho 1995. CLEMENTE, A.**Economia regional e urbana**. São Paulo : Atlas, 1994. HILHORST, Joé G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. JONES CHALES I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. SIMÕES, Rodrigo. **Métodos de análise regional e urbana**. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG 2005.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA:**Teoria Macroeconômica III**	PRÉ-REQUISITO: **Teoria Macroeconômica II**	
CH TOTAL:60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar os avanços recentes da macroeconomia, em especial a teoria dos ciclos de negócios e a teoria do crescimento econômico.		
Ementa: Teoria dos ciclos econômicos. Teorias do crescimento econômico: o modelo Harrod-Domar, o modelo de Solow, inserção do capital humano e da tecnologia na análise do crescimento, modelos de crescimento endógeno e demais avanços no estudo do crescimento econômico.		
Bibliografia Básica: BLANCHARD, OLIVIER. **Macroeconomia**: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 2001. DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.		
Bibliografia Complementar: ACKLEY, GARDNER. **Teoria macroeconômica**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989. HALL, ROBERTE.; TAYLOR, John B**. Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus: 1998. LOPES, Luiz Martins: VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.).**Manual de Macroeconomia:** básico e intermediário. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. SHAPIRO, EDWARD. **Análise macroeconômica**. São Paulo: Atlas, 1985.. SIMONSEN, MÁRIO HENRIQUE; CYSNE, RUBENS PENHA. **Macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 1995 SACHS, Jaffrey D.; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia:** em uma economia global. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.		

SÉTIMO PERÍODO

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia da Agricultura**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisitos**	
CH TOTAL:60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Desenvolver junto aos alunos mecanismos de análise e interpretação dos principais aspectos da economia agrícola no cenário brasileiro do século XX e início do século XXI.		
Ementa: Contribuição da agricultura no processo de industrialização das décadas de 30 a 60. A agricultura e os instrumentos de política econômica nas décadas de 60 e 70. A agricultura e instrumentos de política econômica nas décadas de 80 e 90. Agricultura nos anos 2000.		
Bibliografia Básica: BATALHA, M.O.**Gestão Agroindustrial**, vol.1. São Paulo: Atlas, 1997. BENETTI, M.D. **Sistemas de Crédito Rural e Financiamento da agricultura na década de 90**. Brasília, IPEA, 1994. FAGUNDES, M.H. **Políticas Agrícolas e o Comércio Mundial**. Brasília: IPEA, 1994.(estudos de política agrícola n°28)		
Bibliografia Complementar: GUIMARÃES, A.P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1989 (Estudos Brasileiros, vol. 24) MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Reforma Agrária e Desenvolvimento sustentável**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento,2000. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agricultura sustentável: subsídios à elaboração de agenda 21 brasileira**. Brasília, 2000. REZENDE, G.C. **Política de Preços mínimos na década de 90:** dos velhos aos novos instrumentos. IPEA, 2000 (Texto para discussão n° 740). WANDERLEY, M.N.B. Capital e prosperidade fundiária na agricultura brasileira*in*: COUTINHO, P.C. **Os impostos de política de suporte à agricultura sobre a economia brasileira proposta de qualificação**. Brasília, IPEA,1994. (Relatórios e Pesquisa). GUIMARÃES, A.P. **A crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia do Setor Público I**	PRÉ-REQUISITO: **Teoria Macroeconômica I**	
CH TOTAL:60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Fornecer ao aluno de Economia o conhecimento sobre a intervenção do Estado na economia que é feita por meio da política fiscal.		
Ementa: A intervenção do Estado na Economia, Falhas de mercado e de Estado; Funções do Governo, Teoria das Despesas Públicas, Gastos Públicos, Teoria da tributação; Receitas Públicas; Orçamento Público; Dívida e déficit público; Federalismo fiscal**.**		
Bibliografia Básica: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. **Economia do setor público no Brasil**. Campus, 2005. RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público.** 4a ed. São Paulo: Atlas, 2002. PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003		

Bibliografia Complementar: GIACOMINI, James. **Orçamento público.** 11 ed. São Paulo, Atlas, 2002. GIAMBIAGI, Fábio, ALEM, Claúdia. **Finanças Públicas.** 2 ed. RJ, Campus, 2000**.** MENDES, Marcos (org). **Gasto público eficiente 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil.** SP, Topbooks 2006. PEREIRA José Matias. Finanças Públicas. **A política orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1999. PEREIRA, L.C.B. **Assalto ao Estado e ao Mercado, neoliberalismo e teoria econômica.** Estudos Avançados, 2009 REZENDE, Fernando.**Finanças públicas.** 2ºed. São Paulo: Atlas, 2001

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Política e Planejamento Econômico**	PRÉ-REQUISITO: **Economia Brasileira Contemporânea**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar ao acadêmico uma visão sobre a teoria dePolítica e Planejamento Econômico ao nível nacional e internacional.		
Ementa: Política econômica em nível global e setorial. Planejamento no Brasil. O papel do estado na economia. Teoria do planejamento. Etapas e níveis do planejamento econômico. A experiência brasileira com política e programação econômica. A experiência internacional com política e programação econômica. A interpretação e construção de cenários macroeconômicos.		
Bibliografia Básica: BROMLEY, Ray; BUSTELO, Eduardo S. **Política e técnica no planejamento brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. KIRSCHEN. E.S. **Política econômica contemporânea**. São Paulo, ed. Atlas, 2000. ROSSETTI, José P. **Política e programação econômica**. São Paulo: Atlas, 1978.		
Bibliografia Complementar: COSTA Jorge G. **Planejamento Governamental: a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1971. GIACOMINI, James. **Orçamento público.** 11 ed. São Paulo, Atlas, 2002. GIAMBIAGI, Fábio, ALEM, Claúdia. **Finanças Públicas.** 2 ed. RJ, Campus, 2000**.** HILHORST, Joé G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. JONES, H.; TWISS, B.C. **Previsão tecnológica para decisões de planejamento**. Rio de Janeiro: Zahar,1978.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Elaboração e Análise de Projetos Econômicos**	PRÉ-REQUISITO:**Avaliação de Financeira de Investimentos**	
CH TOTAL:60	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 20
Objetivo Geral: Oferecer ao aluno de Economia conhecimentos teóricos e práticos no processo de elaboração, execução e controle de projetos, dentro de uma perspectiva de empresa pública e privada.		
Ementa: Planejamento e os projetos. Os aspectos mercadológicos. A localização, o processo de produção (tecnologia, tamanho etc.). Os aspectos financeiros e orçamentários. O financiamento, a execução e o controle de projetos. Análise e avaliação de viabilidades do projeto. Externalidades e aspectos ambientais e sociais dos projetos privados e públicos.		

Bibliografia Básica: BUARQUE, Cristovam. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 1995. HOLANDA, Nilson. **Planejamento e Projetos**. Fortaleza: UFC, 1982. MATHIAS, Washington Franco; WOILER, Samsão. **Projetos: planejamento, elaboração, análise**. São Paulo: Atlas, 1996.
Bibliografia Complementar: CASAROTTO FILHO, Nelson. **Projeto de negócios: estratégia e estudos de viabilidade**. São Paulo: Atlas, 2002. CLEMENTE, ADEMIR *et al*. **Projetos empresariais e públicos**. São Paulo: Atlas, 1998. HOJI, Masakazu. **Administração financeira:** uma abordagem prática. 4. ed MELNICK, JULIO. **Manual de Projetos de Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Unilivros Cultural, 1984. SAMANEZ, CARLOS PATRÍCIO. **Matemática financeira:** aplicações à análise de investimentos. 3ª ed. São Paulo: Pretice Hall, 2002.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I**	PRÉ-REQUISITO: **Metodologia Científica; Economia Brasileira Contemporânea;Teoria Microeconômica III e Teoria Macroeconômica III**	
CHT: 60	**CH TEÓRICA:** 60	**CH PRÁTICA**: 0
Objetivo Geral: Elaborar o projeto de conclusão do Curso, considerando as exigências teórico-metodológicas, relacionadas com as respectivas linhas de pesquisa do Curso de Ciências Econômicas, sob a supervisão de um professor Orientador.		
Ementa: Desenvolvimento do projeto de pesquisa monográfico, observando a metodologia para a execução do trabalho de conclusão do Curso..		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Editora Atlas, 1990 MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: atlas, 1990. MATIAS, José Pereira. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Editora. Atlas, 2007.		
Bibliografia Complementar: MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Editora Atlas, 1994. BREEN, George Edward. **Faça você mesmo pesquisa de Mercado**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1991. UFT, **Manual de monografia do Curso de Ciências Econômicas da UFT**. UFT**. Regimento de Monografia do Curso de Ciências Econômicas da UFT**. UFT.**Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos-científicos,**2017		

OITAVO PERÍODO

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia Internacional**	PRÉ-REQUISITO: **Teoria Macroeconômica I**	
CH TOTAL:60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentas as teorias de comércio internacional e suas aplicações para a análise e formulação da política de comércio exterior.		
Ementa: Teoria Clássica do Comércio Internacional. Teorias Neoclássicas e Moderna do Comércio Internacional. Políticas Macroeconômicas numa Economia Aberta: Mercado de câmbio Balanço de pagamentos. Finanças Internacionais e Mercados globalizados.		

Bibliografia Básica: KRUGMAN, P. & OBSTFELD, M. **Economia internacional:** teoria e prática. São Paulo: Makron books, 1999. MAIA Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2001. VASQUEZ, José Lopes. **Comércio Exterior Brasileiro**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.
Bibliografia Complementar: GONÇALVES, R.*et al*. **A Nova Economia Internacional:** uma perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998. KENEN, Peter B. **Economia internacional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus. 1998. SACHS, JaffreyD.; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia: Em uma economia global.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000. SALVATORE, Dominick. **Economia internacional**. 6ª ed. Rio De Janeiro: LivrosTécnicos Científicos, 1998. WILLIANSON, John. **A economia aberta e a economia mundial:** um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Campus. 1989.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA:**Desenvolvimento Socioeconômico**	PRÉ-REQUISITO: **Teoria Macroeconômica II**	
CH TOTAL:60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Apresentar conceitos e teorias básicas sobre o desenvolvimento sócioeconômico e a controvérsia sobre desenvolvimento e as novas vertentes.		
Ementa: Conceitos básicos e medição. Panorama atual do desenvolvimento mundial. Desenvolvimento segundo os economistas clássicos: Karl Marx, Kalecki, Keynes e Schumpeter. Desenvolvimento segundo a corrente liberal ortodoxa. Comercio internacional e desenvolvimento. Desenvolvimento endógeno. Desenvolvimento sustentável, controvérsia sobre sustentabilidade.		
Bibliografia Básica: SOUZA. Nali de.**Desenvolvimento Econômico**.São Paulo: Atlas. 4ª ed. 1999. BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento ideológico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento**. IPEA, Rio de Janeiro, 1985. SCHUMPETER. J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**.Rio deJaneiro. Fundo de Cultura.		
Bibliografia Complementar: BRUE, Stanley. **História do Pensamento Econômico**. 6ªed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. JONES,C.I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. São Paulo: Editora Campus, 1999. PELLAUD, FRANCINE. Concepções, paradigmas e valores para o desenvolvimento sustentável. Ensaio **– Pesquisa em Educação em Ciências** – Vol.4. Nº02 – Dez/2002. Acessado em 13 de fevereiro de 2009. http://www.fae.ufmg.br/ensaio/v4_n2/4215.pdf.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II - TCC II	**PRÉ-REQUISITO: TCC I**	
CHT: 240	**CH TEÓRICA:** 0	**CH PRÁTICA**: 240
Objetivo Geral: Desenvolver o projeto de conclusão do Curso, considerando as		

exigências teórico-metodológicas, relacionadas com as respectivas linhas de pesquisa do Curso de Ciências Econômicas, sob a supervisão de um professor Orientador.
Ementa: Desenvolver o trabalho de conclusão do Curso, observando a realização de leituras subsidiárias à necessidade metodológica específica ao tema em desenvolvimento; organização metodológica de acordo com as regras científicas estabelecidas pela ABNT e regulação interna do Curso de Ciências Econômicas e apresentação e defesa do trabalho final perante uma banca examinadora.
Bibliografia Básica: GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Editora Atlas, 1990 MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: atlas, 1990. MATIAS, José Pereira. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Editora. Atlas, 2007.
Bibliografia Complementar: CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Editora Atlas, 1987. MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Editora Atlas, 1994. GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo:Editora Atlas, 1991 BREEN, George Edward. **Faça você mesmo pesquisa de Mercado**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1991. UFT. **Manual de monografia do curso de Ciências Econômicas.** UFT**. Regimento de monografia do curso de Ciências Econômicas.** UFT.**Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos-científicos,**2017

7.6 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Linha 01:Teoria Econômica e Métodos Quantitativos

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Organização Industrial**	PRÉ-REQUISITO: **Teoria Microeconômica III**	
CH TOTAL: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Estudar tópicos abordando temas referentes à teoria da firma, economia concorrencial e sua relação com os aspectos tecnológicos da empresa.		
Ementa: Abordagem da evolução da teoria da organização Industrial; Análise dos fundamentos do modelo de Estrutura – Conduta – Desempenho; O setor externo para uma economia hospedeira de capitais; A superação do institucionalismo na teoria da organização industrial; Implicações da globalização para a indústria brasileira.		
Bibliografia Básica: PORTER, Michael. **Estratégia Competitiva – Técnica para a análise da indústria e da concorrência**. Rio de Janeiro: Editora. Campus, 1987. POSSAS, Mario Luiz. **Estrutura do Mercado em Oligopólio**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990. GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **Acumulação e Crescimento da Firma – Um Estudo de Organização Industrial**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.		

Bibliografia Complementar:
CABRAL, L.; Economia Industrial. Lisboa: McGrawn-Hill Interamerica, 1993.
KON, A.; Economia Industrial. São Paulo: Nobel, 1994.
FONTENELLE, Ana Maria. **Evolução do Pensamento da Teoria da Organização Industrial**. Tese de Doutorado em Economia. USP - São Paulo, 1995.
BAUMANN, Renato (organizador). **O Brasil e a Economia Globa**l. Rio de Janeiro: Editora Campus,1995.
KUPFER, D.; Hansenclever, L., **Economia Industrial**, 8ª edição, Editora Campus, 2002.

CURSO: **Ciências Econômicas**	
DISCIPLINA: **Tópicos Especiais**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-requisito**
EMENTA: Disciplinas cursadas em outros cursos da UFT ou em outras IES.	

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Tópicos Especiais em Teoria Econômica**	PRÉ-REQUISITO: **Teoria Mircoecomica III e Teoria Macroeconômica III**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:
Aprofundar o Preparar o aluno para curso de Teoria Macroeconômica em pós graduação *stricto sensu*, abordando tópicos em Teoria Microeconômica e Teoria Macroeconômica complementares aos já ministrados nas disciplinas regulares do curso de Ciências Econômicas. Serão considerados dois tipos de abordagem: (1) Nível Básico (Graduação), e (2) Nível Intermediário ou Avançado (Pós-Graduação).

Ementa:
Teoria Microeconômica Aplicada. Nível Intermediário e Avançado: Teoria do Consumidor. Teoria da Firma e dos Custos. Dualidade. Mercados Competitivos. Mercados não Competitivos. Bem-Estar. Equilíbrio. Equilíbrio Geral Computável. Bens Públicos e Externalidades.Teoria dos Jogos. Escolha Intertemporal.
Teoria Macroeoconômica Aplicada: Nível Intermediário e Avançado:_Modelos de Crescimento Econômico e Convergência. Modelos de Horizonte Infinito e Gerações Justapostas. Teorias dos Ciclos Econômicos. Consumo. Investimento. O Papel das Expectativas. Macroeconomia Aplicada.

Bibliografia Básica:
BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia:** teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1991.
JONES Chales I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

Bibliografia Complementar:
BARRO, Robert J.; SALA-I-MARTIN, Xavier. **Economic Grow**. 2ª ed. Massachusetts: The MIT Press, 1993.
BLANCHAR, Olivier Jean; FISHER, Stanley. **Lectures on Macroeconomics**. Massachusetts: The MIT Press, 1989.
CHIANG, Alpha C. **Matemática para Economistas**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.
KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
SIMONSEN, Mário Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 1995.

CURSO: **Ciências Econômicas**	
DISCIPLINA: **Comércio Exterior**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**

CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:
Fornecer ao aluno uma maior compreensão sobre os movimentos do comércio internacional.

Ementa:
O funcionamento da Empresa no contexto internacional; Sistemas Monetários e financeiros internacionais e formas de atuação, nas economias subdesenvolvidas; Política brasileira de comércio internacional;Relações econômicas internacionais recentes no Brasil.

Bibliografia Básica:
KRUGMAN, P. & OBSTFELD, M. **Economia Internacional**: teoria e política. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.
SACHS, J. & LARRAIN, F. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron books, 1998.
WILLIAMSON, J. **A Economia Aberta e a Economia Mundial**: um texto de economia internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1989

Bibliografia Complementar:
BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia Internacional**: **teoria e experiência brasileira.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
GONÇALVES, R.*et al*. **A Nova Economia Internacional:** uma perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
KENEN, Peter B. **Economia internacional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus. 1998.
SACHS, JaffreyD.; LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia: Em uma economia global.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.
SALVATORE. Dominick. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Mercado Financeiro e de Capitais**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral
Analisar o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e do mercado de capitais ao nível macroeconômico.

Ementa
Sistema Financeiro Nacional. Transações interbancárias. Aspectos da taxa de juros, Bancos: produtos e serviços, Risco e retorno de mercado. Finanças internacionais. Mercado de capitais: Estrutura do mercado de capitais, mercado à vista mercado primário e secundário de ações, mercado de derivativos, mercado futuro a termo e de opções mercado de análise fundamentalista e análise técnica de ações.

Bibliografia Básica:
ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. São Paulo, Atlas, 9ed 2006
FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. São Paulo: Qualitymark, 2005.
PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais:** fundamentos e técnicas. São Paulo, Atlas, 2007

Bibliografia Complementar:
ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2003
DUARTE, H. A. M. **Gestão de riscos para fundos de investimentos**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
GREMAUD, A. P. **Manual de economia dos professores da USP**. São Paulo, Atlas, 2006
HILLBRECHT, R. **Economia monetária**, 1 ed. São Paulo, Atlas, 1999.
LOPES, J. do C. ROSSETI, J. P. **Economia monetária**. 9 ed. São Paulo, Atlas, 2005

CURSO: **Ciências Econômicas**

DISCIPLINA: **Tópicos Especiais em Matemática**		PRÉ-REQUISITO: **Cálculo Diferencial e Integral II**
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:
Aprofundar o conhecimento em tópicos específicos de Estatística, Econometria, Matemática e Economia Matemática, de forma a complementar o conhecimento obtido nas demais disciplinas quantitativas do curso de Ciências Econômicas. Adicionalmente, pretende-se familiarizar o aluno em relação à utilização de *softwares* estatísticos, econométricos e matemáticos.

Ementa:
Consiste na exposição e aprofundamento de um ou mais tópicos de Economia Matemática: Álgebra Linear. Tópicos Avançados em Cálculo Diferencial e Integral. Calculo Financeiro.. Pesquisa Operacional. Aplicação Econômica de Modelagem e Simulação Matemática. Uso de *softwares* matemáticos. Estatística/Econometria: Tópicos Avançados em Estatística Pura. Uso de *softwares* estatísticos e econométricos.

Bibliografia Básica:
CYSNE, Rubens Penha; MOREIRA, Humberto Ataíde. **Curso de Matemética para Economista**. São Paulo: Atlas, 1997.
GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: MAKRON Books, 2000.
JOHNSTON, Jack; DINARDO, John. **Métodos Econométricos**. 4a edição. Lisboa: McGraw-Hill, 2001.
Obs: Livros textos avançados e periódicos nacionais renomados.

Bibliografia Complementar:
CASTELAR, Luiz Ivan de Melo; SOARES, Ilton Gurgel. **Econometria Aplicada com o uso do EViews**. Fortaleza: UFC/CAEN, 2003.
CHIANG, Alpha C. **Matemática para economista**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.
CHIANG, Alpha C. **Elements of Dymamic Optimization**. New York: McGraw-Hill, 1992.
SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence. **Matemática para economistas**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
WACKERLY, Dennis; MENDENHALL, William; SCHEAFFER, Richard L. **Mathematical Statistics with applications**. 6 ed. Pacific Grove (EUA): Duxbury, Thomson Learning, 2002.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Tópicos Especiais em Métodos Computacionais em Economia**		PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:
Estimular o acadêmico a conhecer e aplicar as ferramentas de tratamento de dados atrvavés dos métodos computacionais.

Ementa:
Bases de dados disponíveis para a pesquisa em Economia. As ferramentas de análise e os padrões de organizações de dados. Ferramentas e técnicas de análise (conceitos básicos de programação e ferramentas de programação). Matlab, R e Stata. Usos e aplicações dos softwares.

Bibliografia Básica:
BAUM, C.F. **An Introduction to Modern Econometrics using Stata.** Stata Press College Station, USA, 2006.
CAMERON, C. e TRIVEDI, P. **Microeconometrics: Methods and Applications. Stata.** Coorp. LP, 2010.
OLIVEIRA JR. H.A. (coord.), MACHADO. M.A. S. ; CALDEIRA. A. M. SOUZA. R. C. TANSCHEIT. R. **Inteligência Computacional Aplicada à Administração, Economia Engenharia em MATLAB.** Ed. Thomson Learning Edições Ltda. SP. 2007

Bibliografia Complementar: BAUM, C.F. **Instrumental Variables: Overview and Advances**. Boston College and DIW Berlin, 2007 CAMERON, C. e TRIVEDI, P. (2010). **Microeconometrics using Stata.** STATA Coorp. LP,2010. BUENO, R. **Econometria de Séries Temporais**. 2nd ed. Cengage, 2011. MORETTIN, P. A. e TOLOI, C. M. C. **Análise de Séries Temporais**. 2ª edição. Edgard Blücher, 2006. NEDER, H.D. **Econometria usando o STATA**, mimeo, 2008.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Empreendedorismo**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 30
Objetivo Geral: O curso tem como objetivo estimular o aluno a ter formação de um empreendedor dotado de visão realizadora, capacidade de identificação das oportunidades do mercado e avaliação realista das possibilidades de sucesso, das dificuldades e dos desafios que terão de enfrentar no percurso necessário para transformar um projeto empresarial em realidade.		
Ementa: O perfil do empreendedor. Identificando oportunidades de negócios. Análise de mercado. Concepção de produtos e serviços. Análise financeira.		
Bibliografia Básica: HARRINGTON, H. James. **Aperfeiçoando processos organizacionais**. São Paulo: Makron Books. KISHEL, Gregory F., **Como iniciar, manter e dirigir um negócio.** Rio de Janeiro: Infobook, 1994. PEREIRA, Heitor José. **Criando seu próprio negócio**: **como desenvolver o potencial empreendedor**.Ed. SEBRAE, 1995.		
Bibliografia Complementar: DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor:** fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1989. MENDONÇA, Luís E. Carvalheira de**. Como me tornei empresário**: a aventura de 17 vencedores. Recife: Bagaço,2001. CUNHA, Cristiano J.C. de Almeida. **Iniciando o seu próprio negócio**. Florianópolis: I. E. A., 1997. MINARELLI, José Augusto. **Trabalhar por conta própria**: uma opção que pode dar certo. São Paulo: Editora Gente: Edição SEBRAE, 2001. SANTOS, Waldinar. **Base sólida para a sua empresa**. Teresina: SEBRAE, 2001. SPIRO, Herbert. **Finanças para gerentes não-financeiros**. São Paulo: Makron Books.		

Linha 02 Economia em Agronegócio, Meio Ambiente e Regional

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Tópicos Especiais em Agronegócio**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Proporcionar aos alunos o aprofundamento em temas relacionados a competitividade e gestão do agronegócio.		
Ementa: Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. Economia das organizações. Competitividade e globalização no agronegócio. Compartimentos competitivos no agronegócio (aprofundamento em temas específicos).		

Bibliografia Básica: BATALHA, Mário O (coord.). **Gestão Agroindustrial.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. FAGUNDES, M.H. **Políticas Agrícolas e o Comércio Mundial**. Brasília: IPEA, 1994.(estudos de política agrícola n°28) ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, E. M NEVES, Marcos F.;. Economia e gestão dos negócios agroalimentares**.** São Paulo: Pioneira, 2000.
Bibliografia Complementar: BATALHA, M.O.**Gestão Agroindustrial**, vol.1. São Paulo: Atlas, 1997. BENETTI, M.D. **Sistemas de Crédito Rural e Financiamento da agricultura na década de 90**. Brasília, IPEA, 1994. HANLEY, N.; SHOGREN, J.; WHITE, B. **Environmental economics**: in theory and pratice. New York: Oxford Press University, 1997. MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (orgs.) **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. NEVES, Marcos F.; ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, E. M. **Agronegócio do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2006.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia do Meio Ambiente**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Fornecer ao aluno conhecimentos básicos sobre a economia do meio ambiente. Apresentar as principais vertentes da economia ambiental. Mostrar como a teoria econômica pode auxiliar no desenho de instrumentos políticas para o meio ambiente. Apresentar métodos de valoração ambiental.		
Ementa: Introdução à Economia do Meio Ambiente; Economia Ambiental Neoclássica; Economia da sobrevivência e a problemática da sustentabilidade; Políticas Ambientais.		
Bibliografia Básica: MUELLER, C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora UNB/FINATEC, 2007. MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (orgs.) **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. SEROA DA MOTTA, R. **Economia ambiental**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.		
Bibliografia Complementar: BATALHA, Mário O (coord.). **Gestão Agroindustrial.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. FAGUNDES, M.H. **Políticas Agrícolas e o Comércio Mundial**. Brasília: IPEA, 1994.(estudos de política agrícola n°28) HANLEY, N.; SHOGREN, J.; WHITE, B. **Environmental economics**: in theory and pratice. New York: Oxford Press University, 1997. NEVES, Marcos F.; ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, E. M. **Agronegócio do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2006. ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, E. M NEVES, Marcos F.;. Economia e gestão dos negócios agroalimentares**.** São Paulo: Pioneira, 2000.		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINA: **Economia do Estado do Tocantins**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Construir um panorama da evolução histórica da economia do Tocantins desde o Século XVIII até o período atual e os rebatimentos na distribuição espacial das atividades econômicas, enfatizando a caracterização dessa economia a partir da implantação do Estado em 1989.		

Ementa: Tópicos relacionados à formação histórica e econômica do Estado do Tocantins. Tópicos relacionados à conjuntura econômica recente do Estado do Tocantins.
Bibliografia Básica: IPEA. **Economia e finanças públicas do Estado do Tocantins**. 1999 SANTOS, Rozanira. **Distribuição domiciliar da renda no Plano Real**. Monografia curso de Economia UFT 2008 FRANÇA, Carlla. **Estudo do comportamento do déficit público no Estado do Tocantins**. Monografia Economia UFT 2004
Bibliografia Complementar: CIFUENTES, Joaquín Eduardo, FERNANDES MAGALHÃES, Duval. População e mudanças sociais no Estado do Tocantins *in:* **Revista de Estudos Sociais**, Fundação Joaquín Nabuco, 1996. IBGE, Censos Demográficos e Econômicos 1940, 1950, Censo Agrícola 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, Censos Agropecuários 1995, 2006, 2015; Censos Demográficos 1940, 1950, 1960 1970, 1980, 1991, 2000, 2010; Contas Regionais série completa. SEPLAN. **Informativo sobre o Estado do Tocantins e seu potencial econômico.** Indicadores socioeconômicos, vários anos; Anuários Estatísticos, Atlas do Estado do Tocantins. 2007 MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Tocantins:** Perfil Econômico social. Brasília 1989 IPEA. Radar Social 2005

Linha 03 História Econômica, Economia Brasileira e Desenvolvimento Econômico

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Economia e Mercado de Trabalho**	PRÉ-REQUISITO**: Sem Pré-Requisito**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Procurar estimular a reflexão sobre os efeitos da tecnologia dentro do mercado de trabalho. Os tipos de tecnologia que concentram ou poupam a mão-de-obra. A revolução tecnológica e a atuação dos sindicatos.		
Ementa: Difusão Mundial do padrão de industrialização. O Modelo Fordista e o Toyotista. Mudança tecnológica e o emprego. A revolução tecnológica e o papel dos sindicatos. Migrações internas e mercado de trabalho urbano no processo de industrialização brasileiro		
Bibliografia Básica: ALBAN, Marcus. **Crescimento sem emprego:** O desenvolvimento capitalista e sua crise contemporânea à luz das revoluções tecnológicas. Salvado: Casa de Qualidade. 1999. PASTONE, José. **A Questão da informalidade.** Revista Findes, Abril de 2000. PASTONE, José. **Como reduzir a informalidade.** Brasília: IPEA, 2000.		
Bibliografia Complementar: CHATTAD, José Paulo Zeetano. **Manual de economia.** Diva Benevides Pinho e Marco Sandoval de Vasconcelos. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998. CANUTO, O. **Brasil e Coréia do Sul:** os (dez) caminhos da industrialização tardia. São Paulo: Nobel, 1994. EATWELL, J. **Desempenho em escola mundial.** Economia e sociedade**.** (6), jun/1996. HATTNER, H. **Impactos sociais da automação:** o caso do Japão. São Paulo: Nobel, 1988. SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico (TDE).** São Paulo: Abril Cultural. 1982		

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Economia, Tecnologia e Sociedade**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:
A disciplina destina-se a favorecer uma reflexão sistemática sobre a relação entre economia, tecnologia e sociedade. Para cumprir este objetivo, sugere-se percorrer as diferentes abordagens da evolução da tecnologia, sua influências nas diversas fases da evolução da sociedade. Relacionar economia e desenvolvimento tecnológico e social dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com isso, pretende-se que os alunos tenham uma visão mais aprofundada dos nexos entre tecnologia e sociedade e dos efeitos da tecnologia sobre a economia, a representação de tempo, espaço e as relações sociais.

Ementa:
Racionalização, ciência e tecnologia na sociedade moderna. Inovação tecnológica e desenvolvimento econômico. A tecnologia e as teorias econômicas do desenvolvimento endógeno e exógeno. Os nexos entre tecnologia, trabalho e organização produtiva. Tecnologia. Compressão do tempo e do espaço. Os efeitos da tecnologia sobre a sociabilidade, as condições de trabalho e os arranjos institucionais. Tecnologia, individualização e competência. Mundialização e tecnologia. Exame dos principais problemas abordados por essas diversas contribuições que concernem à transferência internacional de tecnologia, destacando o papel das empresas multinacionais e dos condicionantes legais. A questão das opções tecnológicas e das tecnologias apropriadas no contexto do debate em torno do desenvolvimento. Análise das políticas industriais e tecnológicas e das implicações da internacionalização da produção para a capacitação tecnológica dos países em desenvolvimento.

Bibliografia Básica:
LABINI, S. **Oligopólio e progresso técnico**. São Paulo: Abril, 1984 (coleção Os Economistas)
SHUMPETER. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960
BRESSER PEREIRA, L.C. O modelo Harrod-Domar e a substitutibilidade de fatores, **Revista Estudos Econômicos**, FIPE, 5(3), julho 1975: 7-36

Bibliografia Complementar:
AZNAR, **Trabalhar menos para todos trabalharem**. São Paulo: Scrita, 1995.
CIPOLLA, Francisco Paulo. **Economia política do Taylorismo, Fordismo e Temwork**. Curitiba: no prelo, 2001.
ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
LIMA, L. **Teoria da cultura de massa**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. SP: Martins Fontes, 2001.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Energia, Sociedade e Meio Ambiente**	PRÉ-REQUISITO: **Teoria Macroeconômica I**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:
Analisar a questão energética, quanto a sua importância social e seus custos ambientais a partir das fontes renováveis e renováveis escolhidas; analisar a energia segundo o seu planejamento, tecnologia e estágio atual de desenvolvimento da sociedade.

Ementa:
Energia e sociedade. Aspectos conceituais da teoria econômica. Elementos da teoria macroeconômica aplicados a sistemas energéticos. Planejamento e sistemas energéticos. Energia e crescimento econômico. Alocação de recursos e opções tecnológicas. Energia, produto e formação de capital. As relações internacionais no domínio da energia. Financiamento de sistemas energéticos, transações correntes e endividamento. Energia e modelos de desenvolvimento. Políticas energéticas. Aspectos ambientais e sociais relacionados à mesma.

Bibliografia Básica:
BRANCO, Samuel Murgel**. Energia e meio ambiente**. São Paulo: Moderna, 1996.
CALABRI, Andreia Sandro *et al*. **A energia e a economia brasileira**: interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil. São Paulo: FIPE: Pioneira, 1983.
CARVALHO, Joaquim de. **Economia e política da energia.** Rio de Janeiro: Núcleo Editorial da UERJ, 1980.

Bibliografia Complementar:
BERMANN, Célio. **Energia no Brasil**: Para que? Para quem? São Paulo: USP, 2002.
GOLDEMBERG, Jose. **Energia para o desenvolvimento**. São Paulo: T. A Queiroz.
HADDAD, Jamil, AGUIAR, Sérgio C., (org). **Eficiência energética integrando usos e reduzindo desperdícios.** Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica- ANAEEL; Agência Nacional do Petróleo- ANP, 1999. (livro publicado pela ANEEL)
JANUZZI, Gilberto de Martino. **Planejamento integrado de recursos energéticos**: meio Ambiente, conservação de energia e fontes renováveis.Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
SCARLATO, Francisco Capuano. **Energia para o século XXI**. São Paulo: Ática.

CURSO: **Ciências Econômicas**		
DISCIPLINAS: **Tópicos Especiais em Políticas Públicas**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0

Objetivo Geral:
Compreender o alcance e os limites da intervenção do Estado na implantação de políticas públicas, sobretudo na economia brasileira.

Ementa:
Teorias do Estado. Impacto das transformações capitalistas recentes sobre as teorias convencionais de Estado. A crise do Estado. Análise fiscal e financeira do Estado. Déficit público. Estrutura e perfil da dívida pública. Administração da dívida pública e a capacidade de financiamento de políticas públicas no Brasil.

Bibliografia Básica:
BRESSER PEREIRA, L. C. et al. **Déficit público brasileiro:** política econômica e ajuste estrutural. São Paulo, Editora Paz e Terra/Graal, 1987.
DINIZ, Eli.; AZEVEDO, Sérgio de **Reforma do estado e democracia no Brasil.** Brasília: UNB/ENAP, 1997.
LONGO, Carlos Alberto. **Estado brasileiro:** diagnóstico e alternativas. São Paulo, editora Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar:
CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** São Paulo: Papirus, 1994.
CARVALHO, M. A. Sousa de. **Privatização, dívida e déficit públicos no Brasil.** Rio de Janeiro:IPEA, nov 2001. (Texto de discussão nº847)
CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
FURTADO, C. **O longo amanhecer:** reflexões sobre a formação do Brasil. Paz e Terra, 1999.
PACHECO, C. A**. A fragmentação da nação.** Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

CURSO: **Ciências Econômicas**

DISCIPLINAS: **Língua Brasileira de Sinais**	PRÉ-REQUISITO: **Sem Pré-Requisito**	
CHT: 60	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 0
Objetivo Geral: Compreender a linguagem de sinais como forma de inclusão social.		
Ementa: Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. Praticar Libras: o alfabeto; expressões manuais e não manuais. Expressões socioculturais positivas: cumprimento, agradecimento, desculpas etc.; Expressões socioculturais negativas: desagrado, impossibilidade etc.; Introdução à morfologia de Libras: nomes (substantivos e adjetivos), alguns verbos e alguns pronomes; Aspectos sociolingüísticos: variação em Libras.		
Bibliografia Básica: BRASIL. **Língua Brasileira de Sinais.** Brasília: SEESP/MEC, 1997. BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. COUTINHO, Denise. **LIBRAS e Língua Portuguesa:** Semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.		
Bibliografia Complementar: FELIPE, Tânia A. **Libras em contexto**. Brasília: Editora MEC/SEESP, 2007. QUADROS, Ronice. **Língua de sinais brasileira:**estudos lingüísticos: Porto Alegre, Artmed: 2004 SACKS, Oliver W Obra: **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo:Companhia das Letras: 1998. SKLIAR, Carlos Obra: **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**: Porto Alegre, Mediação: 1998 _____. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos:** processos e projetos pedagógicos. V. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.		

8. PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO MAGISTÉRIO FEDERAL

A Lei 12.772/2012 (lei ordinária) de 28/12/2012 dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos de magistério Federal.

Os docentes são regidos pela resolução n.º 23 de 10 dezembro de 2015, que dispõe sobre as normas para a Avaliação de Desempenho de Docente da Universidade Federal do Tocantins no Estágio Probatório e para fins de progressão e promoção na Carreira e se distribuem nas seguintes categorias conforme requisitos a seguir indicados:

Art. 46. A promoção ocorrerá, observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no último nível da classe ocupada, para o primeiro nível da classe imediatamente superior.

Parágrafo único. Esta promoção subordina-se às seguintes condições:

I - Para a Classe B com denominação de Professor Assistente:

a) formalizar pedido específico por meio do Anexo I desta Resolução;

b) obtenção de, no mínimo, 90 (noventa) pontos, correspondentes ao desempenho acadêmico desde a última progressão.

II - Para a Classe C com denominação de Professor Adjunto:

a) formalizar pedido específico por meio do Anexo I desta Resolução;

b) obtenção de, no mínimo, 120 (cento e vinte) pontos, correspondentes ao desempenho acadêmico desde a última progressão.

III - Para a Classe D com denominação de professor Associado:

a) possuir o título de doutor;

b) formalizar pedido específico por meio do Anexo I desta Resolução;

c) estar no Regime de 40 (quarenta) horas ou Dedicação Exclusiva há pelo menos 02 (dois) anos;

d) obtenção de, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) pontos, correspondentes ao desempenho acadêmico desde a última progressão;

e) ser aprovado por comissão especial específica da área de conhecimento ou área afim, constituída por 03 (três) professores indicados pela CAV e nomeados pelo Reitor(a), com título de Doutor, preferencialmente, com nível igual ou superior ao do avaliado.

IV - para a Classe E com denominação de professor Titular:

a) possuir o título de doutor;

b) formalizar pedido específico por meio do Anexo I desta Resolução;

c) estar no Regime de 40 (quarenta) horas ou Dedicação Exclusiva há pelo menos 02 (dois) anos;

d) obtenção de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) pontos, correspondentes ao desempenho acadêmico desde a última progressão;

e) ser aprovado por comissão especial da mesma área de conhecimento, e excepcionalmente, na falta deste, de área afim, constituída por 04 (quatro) professores indicados pela CAV e nomeados pelo(a) Reitor(a), sendo 03 (três) externos à UFT. Todo membro da comissão especial deve ser Doutor(a) titular ou equivalente, de uma instituição de ensino.

8.1. TITULAÇÃO E TEMPO DE MAGISTÉRIO SUPERIOR

O curso de Ciências Econômicas é composto, atualmente, por 23 professores com a seguinte titulação: 12 Doutores: e 11 Mestres conforme demonstrativo:

Ordem	Professor	Titulação	Tempo de Magistério (anos)	Regime de Trabalho
01	Aline de Oliveira Silva*	Mestre	15	40 hs DE
02	Alivínio de Almeida	Doutor	26	40 hs DE
03	Ana Lúcia de Medeiros	Doutora	16	40 hs DE
04	Andrés Lázaro Barraza de la Cruz	Doutor	25	40 hs DE
05	Célio Antonio Alcantara Silva	Doutor	06	40 hs DE
06	Claudomiro Moura Gomes André	Mestre	17	40 hs DE
07	Eder Lucinda Pereira	Mestre	06	20 hs
08	Élvio Quirino Pereira	Doutor	23	40 hs DE
09	Fernando Jorge Fonseca Neves	Mestre	14	40 hs DE
10	Frederico Poley M. Ferreira*	Doutor	22	20hs
11	Gisele Barbosa de Paiva	Mestre		40 hs DE
12	Higino Julia Piti	Mestre	13	20hs
13	Joaquin Eduardo Manchola Cifuentes	Doutor	30	20hs
14	Juliana Aguiar de Melo	Mestre	5,5	40 hs DE
15	Keile Aparecida Beraldo	Doutora	10	40 hs DE
16	Marcos Antonio Dozza	Mestre	16	40 hs DE
17	Marcos Silva Fernandes	Mestre	04	40 hs DE
18	Marcleiton Ribeiro Morais	Mestre	13	40 hs DE
19	Mônica Aparecida da Rocha	Doutora	18	40 hs DE
20	Nilton Marques de Oliveira	Doutor	22	40 hs DE
21	Waldecy Rodrigues	Doutor	23	40 hs DE
22	Willians dos Santos Silva	Mestre		40 hs DE
23	Yolanda Vieira de Abreu	Doutora	16	40 hs DE

*Professores afastados do Curso

8.2. ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO

Os professores que formam o corpo docente do curso de Ciências Econômicas da UFT apresentam qualificação acadêmica compatível com a formação necessária para ministrar aula no curso.

- **Docentes com formação adequada às disciplinas que ministram**. Os profissionais que formam o corpo docente do curso de Ciências Econômicas da UFT apresentam em sua totalidade formação adequada às disciplinas que ministram.

- **Docentes com formação adequada/capacitação/experiência pedagógica.** Os docentes do quadro do curso de Ciências Econômicas -UFT apresentam

um percentual de 100% com formação/ capacitação/ experiência pedagógica para o desenvolvimento pleno de suas atividades.

9. ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

9.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação de Curso é a unidade básica da UFT, para o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão e de apoio técnico-administrativo, sendo integrado pelos professores e alunos das disciplinas que o constituem e pelo pessoal não-docente nele lotado. Cada curso constitui uma unidade acadêmica administrativa.

9.2. PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COORDENAÇÃO DO CURSO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS ACADÊMICOS DA IES

O Coordenador de Curso reporta-se ao Diretor de Campus e à Pró-reitoria de Graduação nos assuntos relativos à implementação do projeto Pedagógico do Curso e sua interação com o projeto institucional-pedagógico da UFT, bem como ao Colegiado de Curso, a quem cabe supervisionar as atividades acadêmicas e o cumprimento dos indicadores e padrões de qualidade e a integração das atividades em âmbito local. Reporta-se ao Diretor de Campus para os assuntos de ordem administrativa, política e institucional.

9.3. PARTICIPAÇÃO DO COORDENADOR E DOS DOCENTES EM COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O Coordenador do Curso participa do Colegiado do curso como presidente. O Coordenador participa do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), por força da função, com direito a voto. No Conselho Diretor de Campus, os Coordenadores participam com um representante eleito pelos seus pares, com direito a voto. Também faz parte da Câmara de Pós-Graduação, como representante

selecionado.

9.4. APOIO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO AOS DOCENTES

Para orientar o trabalho pedagógico, a Pró-Reitoria de Graduação dá suporte por meio da Diretoria de Graduação para acompanhar e propor soluções estratégicas para a consecução dos objetivos de ensino-aprendizagem.

São objetivos da Direção de Graduação assessorar os docentes nos assuntos pedagógicos, pertinentes aos cursos de graduação; universalizar as diretrizes dos Conselhos em todos os segmentos da UFT; orientar pedagogicamente todos os cursos de graduação; propor, organizar e ministrar cursos de graduação; propor, organizar e ministrar cursos de aperfeiçoamento, qualificação e atualização docente.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do curso. O NDE do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins-UFT foi instituído pela portaria 2153 de 20 de dezembro de 2013 e publicado no DOU nº249, secão 2, pg.19.

São atribuições do núcleo docente estruturante-NDE:

I – Elaborar, desenvolver e acompanhar implementações e estruturações referentes ao projeto pedagógico de curso;

II – Prezar pela atualização do projeto pedagógico de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata;

III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, todas as recomendações expostas e discutidas, durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação;

IV- Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;

V – Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino, constantes do currículo;

VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e

extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

VII – Indicar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;

VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que se sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso,

IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Econômicas.

9.5. PLANO DA CARREIRA DOCENTE

A UFT, como uma IES Pública Federal, tem o seu o plano de carreira semelhante ao das demais Universidades Federais do País. O Estatuto Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins estabelece em seu Capítulo I, Seção do Corpo Docente, Art. 56 que:

> *O Regimento Geral da Universidade consignará, entre outras, as seguintes normas pertinentes à valorização docente:*
>
> *I - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;*
>
> *II - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;*
>
> *III - condições adequadas de trabalho.*

Para tanto, a UFT concede aos professores que estão cursando mestrado ou doutorado, a redução da carga horária docente assim como o sistema de bolsas auxílio. Além disso, o CONSEPE aprovou normas relativas ao disciplinamento e alteração de regime de trabalho assim como para transferências entre Campus, com o intuito de oferecer condições mais adequadas para o desenvolvimento do trabalho pelo docente.

A qualificação do corpo docente do Curso de Ciências Econômicas está pautada no PQFD (Programa de Qualificação e Formação Docente).

9.6. RELAÇÃO DISCIPLINAS/ DOCENTE

Os professores têm por Lei a obrigação de exercerem no mínimo 8 (oito) horas semanais em sala de aula. Salienta-se, portanto, que os mesmos, possuem formação necessária e suficiente para ministrarem as disciplinas assumidas. Os professores são responsáveis pela elaboração dos planos de ensino de suas disciplinas, sendo posteriormente discutidos no colegiado no inicio de cada semestre.

9.7. ATUAÇÃO NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A Instituição possui um quadro de docentes que se caracteriza pela capacidade de trabalhar junto ao aluno e construir uma imagem positiva de si mesmo, contribuindo para o desenvolvimento de competências, para o domínio do conhecimento científico-cultural e de saber usar este conhecimento. Capaz de saber escutar, compreender e orientar os alunos nas dificuldades; que atue sem discriminações preconceito e paute suas relações como os alunos na justiça, sem abdicar jamais de seu papel de orientador do processo ensino-aprendizagem.

O docente no início de cada período apresenta seu(s) plano(s) de ensino(s),no(s) qual (is), de forma clara, torna explícito todo seu procedimento de conduta a ser abordado no decorrer do período. Atua de maneira ética no processo ensino-aprendizagem.

ANEXOS

A1. Regimento Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Palmas - TO

Fevereiro 2009

REGIMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 1º - O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas foi criado a partir do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins e constitui órgão máximo consultivo, normativo e deliberativo destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de acordo com o que estabelece a Seção I do Regimento Geral da UFT.

TÍTULO I
Da Composição do Colegiado

Art. 2º - O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas é composto por todo o corpo docente e representantes do corpo discente legalmente constituídos, conforme os artigos 54 e 57 do Estatuto da UFT.

§ 1º - O corpo discente será representado por 1/5 (um quinto) do número de docentes do colegiado.

§ 2º - Os representantes discentes devem ser escolhidos através dos seus representantes legais (Centro Acadêmico) e seus nomes encaminhados por escrito para o Coordenador do Curso, inclusive seus suplentes. Somente terão direito a voto os discentes legalmente constituídos.

§ 3º - Os docentes de vínculo temporário (substituto, visitante e voluntário) não terão direito a voto no Colegiado, embora possam participar de todas as atividades com direito a voz.

§ 4º - Poderão ainda participar da reunião, com direito a voz, pessoas convidadas que possam colaborar para o desenvolvimento de atividades respectivas a algum assunto em pauta, de interesse do colegiado.

Art. 3º - A presidência do Colegiado do Curso será assumida pelo Coordenador do Curso, que será auxiliado pelo Secretário do Curso.

TÍTULO II
Das Competências e Atribuições

Art. 4º - Compete ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da UFT:

I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a seqüência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;

III – fiscalizar e zelar pela otimização do desempenho das atividades de ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado, através da formulação de indicadores, levantamento de diagnósticos, e proposição de objetivos e ações de melhoria;

IV - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

V - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

VI - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

VII - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação;

VIII – avaliar periodicamente as atividades político-pedagógicas do curso;

IX – atender às demandas discentes, conforme Regimento Geral da UFT;

X – homologar projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes e discentes do curso;

XI – homologar bancas e resultado de seleção para professor substituto.

Art. 5º - Compete aos Membros do Colegiado do Curso:

I - analisar e relatar, nos prazos estabelecidos na sessão, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente;

II - desempenhar outras funções e atribuições que lhes forem delegadas pelo presidente;

III - votar as matérias pertinentes à distribuição de atividades e cargos do curso;

IV - referendar as decisões de membros do colegiado e da presidência, quando utilizado o recurso *ad referendum*.

Art. 6º - Compete ao Coordenador do Curso e Presidente do Colegiado:

I - presidir os trabalhos das reuniões do Colegiado do curso e delegar funções aos demais membros do colegiado;

II – advertir o orador que, sob qualquer pretexto, vier a proferir palavras ou promover atos incompatíveis com o respeito às pessoas, autoridades e instituições, cassando-lhe a palavra em caso de persistência;

III - representar os interesses do Curso de Ciências Econômicas junto a órgãos superiores;

IV - propor ao *Campus* a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do *Campus*;

V - apresentar, quando solicitado, o planejamento e atividades de ensino desenvolvidas no curso às instâncias superiores da Universidade;

VI - representar contra medidas ou determinações que interfiram em objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado;

VII - designar comissões para processo seletivo simplificado de professor substituto;

VIII - participar como membro de uma das comissões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Graduação, Pós-graduação, Extensão ou Planejamento);

IX - coordenar a elaboração de propostas da estrutura organizacional do curso, previstas dentro das condições estruturais da UFT;

X - promover, ao início de cada semestre letivo, o planejamento das atividades acadêmicas, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão;

XI - elaborar relatórios referentes ao desempenho e às necessidades do curso, no início de cada semestre letivo;

XII - incentivar os docentes para participar de programas de aperfeiçoamento, congressos, seminários, de acordo com as normas vigentes;

XIII - exercer o poder disciplinar que lhe foi conferido pelo Regimento Geral e por outros Regimentos Institucionais;

XIV - apresentar sugestão à diretoria da unidade para elaboração do orçamento;

XV - desempenhar outras funções de articulação com a direção do Campus visando o melhor funcionamento do curso.

§ 1º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro designado com antecedência pelo mesmo.

§ 2° - No caso de ausência do Presidente e seu Substituto, a presidência será assumida pelo membro de maior tempo de admissão na UFT.

Art. 7º - Compete ao Secretário do Curso:

I – coordenar os serviços de secretaria;

II – instruir processos;

III – auxiliar o Presidente durante as reuniões de Colegiado, prestar esclarecimentos que forem solicitados durante as discussões;

IV – fazer os registros e dirigir as atas das reuniões;

V – auxiliar na guarda e organização do livro de atas, processos e demais documentos do Colegiado;

VI – encaminhar copia das deliberações e demais atos do Colegiado para publicação no Boletim informativo do Curso;

VII – transmitir aos membros do Colegiado, as circulares de convocação e outros avisos pertinentes;

VIII – adotar as demais providências necessárias ao funcionamento do órgão colegiado.

TÍTULO III
Do Funcionamento do Colegiado

Art. 8° - O Colegiado reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por 1/3 (um terço) de seus membros ou ainda pelas Pró-Reitorias.

Art. 9° - Para efeito deliberativo, o Colegiado funcionará sempre com a presença da metade mais um de seus membros em primeira chamada. A segunda chamada ocorrerá após meia hora do horário marcado para o início da reunião com qualquer *quorum*.

Parágrafo único: o presidente do colegiado poderá suspender a deliberação caso seja avaliado que o assunto tema de deliberação não possa ser homologado com menos da metade dos membros do Colegiado.

Art. 10° - O membro que faltar a três reuniões consecutivas sem justificativa por motivos que não seja de saúde ou de interesse do curso ou da Universidade estará com suas demandas próprias suspensas pelo mesmo número de ausência.

Parágrafo único: As presenças, ausências e justificativas serão comprovadas mediante assinatura individual em livro próprio, e mencionadas na ata da respectiva reunião.

Art. 11º - As reuniões ordinárias serão convocadas por escrito pelo presidente, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, afixada em locais visíveis nas dependências do Campus e enviada por meio de endereço eletrônico.

Parágrafo único: Em caso de convocação de reunião extraordinária, esta deverá ser feita com antecedência mínima de 24 horas, por endereço eletrônico e telefone, devendo os membros comunicar o recebimento da convocação ao secretário do curso ou diretamente ao presidente.

Art. 12º - As reuniões compreenderão o seguinte roteiro:

I - abertura da sessão, com a apresentação dos pontos de pauta;

II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III – abertura de um período de expediente para comunicações e registro de fatos ou

comentários sobre assuntos de natureza geral, que não deverá ultrapassar 10 (dez) minutos;

IV - ordem do dia para discussão e votação das proposições ou pareceres constantes na pauta;

V - encerramento da sessão.

§ 1º - A reunião não deverá exceder 3 (três) horas de duração.

§ 2º - Por solicitação de membros presentes e mediante aprovação do plenário, o presidente poderá inverter ou acrescentar pontos de pauta antes da leitura da ata da reunião anterior.

§ 3º - Na hora do expediente, não será permitido aos membros do Colegiado o uso da palavra por mais de 5 (cinco) minutos, nem mais de uma vez sobre o mesmo assunto, salvo direito de réplica ou solicitação de esclarecimentos.

Art. 13º - As deliberações serão adotadas pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião, que também decidirão pelo tipo de votação entre simbólica, nominal ou secreta.

Art. 14º - As decisões do Colegiado serão oficializadas pelo seu Presidente sob forma de resolução, homologação ou outra forma compatível com a espécie. As deliberações, quando couber, serão comunicadas à instância superior, que dará continuidade aos trâmites necessários, inclusive fazendo retornar ao Colegiado para complementações, revisão ou explicações, cabendo a este a aceitação ou não do pedido, observando as normatizações gerais da UFT e outras ações específicas dos órgãos superiores da Universidade.

TÍTULO IV

Seção I
Do perfil do Coordenador do Curso de Ciências Econômicas

Art. 15º - O Coordenador do Curso deverá possuir graduação no Curso de Ciências Econômicas.

Art. 16º - Poderá se candidatar à Coordenação do Curso professor efetivo da UFT, com suas funções acadêmicas regulares.

Seção II
Da eleição para coordenador do curso

Art. 17º - O coordenador do curso será eleito pelo corpo docente, discentes e técnico-administrativos por meio de eleições diretas, conforme diretrizes gerais da UFT.

Art. 18º - Será eleito o candidato que obtiver maior número de votos obedecendo ao que rege o estatuto da UFT.

Art. 19º - Havendo empate entre os candidatos, será considerado eleito aquele que já tiver exercido cargo administrativo junto à instituição. Persistindo o empate, prevalecerá o que for mais antigo no exercício do magistério na Universidade.

Art. 20º - O Coordenador do Curso será eleito por um prazo de 2 (dois) anos a contar da sua nomeação, permitida a recondução por mais um mandato.

Art. 21º - O Colegiado do Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador mediante deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes;

Parágrafo único: caso o coordenador esteja respondendo a sindicância ou processo administrativo na UFT deverá pedir afastamento do cargo até a conclusão do processo.

Art. 22º - Em caso de vacância do cargo de coordenador do curso de Ciências Econômicas da UFT o Colegiado fará eleição interna para escolha de um novo coordenador interino para concluir o mandato.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 23º - Os casos não previstos neste regimento deverão seguir normatização superior ou ser resolvidos pelo colegiado quando pertinente.

Art. 24º - O presente regimento entrará em vigor a partir de sua aprovação pelos Órgãos Colegiados Superiores.

Palmas, Fevereiro de 2009.

A2. Normas Regulamentadoras do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia do Curso de Ciências Econômicas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NORMAS REGULAMENTADORAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – MONOGRAFIA DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - UFT

PALMAS-TO

FEVEREIRO DE 2009

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente norma tem por finalidade regulamentar as atividades relacionadas com a elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, indispensável para a obtenção do grau.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC consiste em uma pesquisa individual, sob a forma de Monografia, em qualquer área da linha de pesquisa, especificada no Projeto Pedagógico do Curso

Art 3º O TCC tem por finalidade propiciar aos alunos dos cursos de graduação a oportunidade de demonstrar o grau de conhecimento adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, a pesquisa bibliográfica especializada e o aprimoramento da sua área específica.

§ 1º Na nova reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) o aluno só poderá cursar a disciplina de Técnica de Pesquisa faltando apenas 480 (quatrocentos e oitenta créditos) para concluir o curso, incluindo aqui a disciplina de Técnica. Em relação à disciplina de Monografia (TCC) o aluno poderá cursá-la, juntamente com 03 (três) disciplinas, no máximo.

CAPÍTULO III

DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 6º O TCC será desenvolvido sob a orientação de um professor, escolhido pelo aluno e aprovado pela Coordenação do Curso.

Art. 7º O convite deve ser formalizado pelos alunos à Coordenação de Curso, levando-se em consideração os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico para a entrega do projeto de TCC.

§ 1º A aceitação do convite dar-se-á mediante a assinatura do Termo de Compromisso assinado pelo aluno e respectivo orientador junto à Coordenação do Curso.

§ 2º Poderá o aluno contar com a colaboração de um profissional não pertencente ao quadro de professores do Curso de Ciências Econômicas, para atuar como co-orientador, desde que obtenha aprovação do seu orientador.

Art. 8º Cada professor orientará no mínimo 03 (três) alunos por semestre.

Art. 9º São atribuições dos professores orientadores:

a) Ajudar e orientar o aluno no desenvolvimento de suas atividades;

b) Fixar cronogramas de atividades dos seus orientandos;

c) Aprovar o Pré-projeto de Monografia;

d) Entregar, mensalmente, à Coordenação do curso, as fichas de freqüência e avaliação, devidamente preenchidas e assinadas;

e) Avaliar os relatórios parciais entregues pelos orientandos ao término de cada etapa, atribuindo-lhes notas;

f) Participar das defesas de Monografia da qual é orientador;

g) Assinar, junto com os demais membros das Bancas Examinadoras, as fichas de avaliação do TCC e as Atas Finais das Sessões de Defesa;

h) Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentadoras.

CAPÍTULO IV

DOS ALUNOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TCC

Art. 10 São deveres dos alunos:

I – Freqüentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso e pelo professor orientador;

II – Manter contato, no mínimo quinzenalmente, com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa;

III – Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do Curso.

IV – Entregar o Pré-projeto de monografia assinado pelo professor orientador, com cópia em CD-ROM.

V – Entregar ao professor orientador, ao término da 1ª etapa do TCC, Relatório Parcial sobre as atividades desenvolvidas no período.

VI – Entregar à Coordenação do Curso, 02 (duas) cópias de seu TCC em CD-ROM. Caso o aluno não entregue as devidas cópias no prazo estipulado pela Coordenação será reprovado.

CAPÍTULO V

DO PRÉ-PROJETO

Art. 11 A estrutura do Pré-projeto deverá seguir os critérios técnicos estabelecidos pelas Normas da ABNT (NBR 6023; NBR 10520e NBR 14724)

Art. 12 O Pré-projeto de Monografia (disciplina de Técnica de Pesquisa) deverá ser elaborado com 480 crédito faltando para terminar curso, incluso a disciplina de técnica de pesquisa.

§ 1º Cabe ao Orientador, juntamente com o Professor de Técnica de Pesquisa a aprovação dos pré-projetos apresentados pelos alunos.

§ 2º O Pré-projeto (disciplina de Técnica de Pesquisa) não-aprovado deverá ser devolvido ao aluno, para que possa ser reformulado e apresentado novamente ao professor da disciplina e ao orientador para uma segunda avaliação.

Art. 13 Para aprovação do Pré-projeto de Monografia, deverá ser considerada a existência ou não de Monografia apresentada e defendida em projeto idêntico;

Art. 14 Após a aprovação do pré-projeto, a mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de um novo Projeto, desde que obedecidos os seguintes requisitos:

I – Prazo não superior a quinze dias, contados da data da entrega do Pré-projeto;

II – Aprovação do professor orientador;

III – Concordância expressa do professor orientador em continuar com a orientação, ou de seu substituto;

IV – Aprovação do Professor de Técnica de Pesquisa.

CAPÍTULO VI

DA MONOGRAFIA

Art. 15 Deverá ser elaborada, considerando:

I – os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT;

II – o conteúdo e orientação direta do tema com a área específica;

III – inserção nas áreas de conhecimento identificadas pelas disciplinas oferecidas na estrutura curricular do curso.

Art. 16 O TCC deve ser apresentado de acordo com o Manual para elaboração do trabalho de conclusão de Curso do Curso de Ciências Econômicas da UFT.

Art. 17 O TCC deve ter no mínimo 30 (trinta) páginas e no máximo 80 (oitenta) páginas.

CAPÍTULO VII

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 18 A Monografia deverá ser encaminhada, pelo aluno, em 03 (três) vias, à Coordenação do Curso, de acordo com o cronograma elaborado pela Coordenação, para ser remetida aos membros que comporão a Banca.

§ 1º A Coordenação do Curso deverá elaborar calendário semestral, fixando prazos para entrega das monografias, designação das Bancas e realização das defesas, de acordo com o calendário acadêmico.

§ 2º Em caso de atraso na entrega da Monografia, deverá ser observada a relevância do motivo apresentado, o que deverá ser avaliado pela Coordenação do Curso.

§ 3º A defesa da Monografia dar-se-á perante Banca Examinadora, composta pelo professor orientador, que a preside e por outros dois membros designados pela Coordenação, ou pela escolha do orientado, além de um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares, em caso de impedimento, com exceção do professor orientador.

§ 4º Os professores titulares que por motivo de força maior não puderem se fazer presentes no dia da defesa de monografia, deverão apresentar justificativa, com antecedência mínima de 48 horas.

§ 5º Poderá, também, participar da Banca Examinadora o Co-orientador (se houver), de acordo com a conveniência a ser examinada pelos membros da Banca.

Art. 19 A Banca Examinadora somente poderá executar seus trabalhos com a presença dos três membros indicados.

Parágrafo Único – Em caso de impedimento na execução dos trabalhos, deverá ser

marcada nova data para a defesa da Monografia.

Art. 20 Todos os professores colaboradores do Curso poderão ser convocados para participar das Bancas Examinadoras, em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 21 Após a data limite para a entrega das cópias das monografias, o Coordenador do Curso divulgará a composição das Bancas Examinadoras, os horários e as salas destinadas à Defesa.

Art. 22 Os membros das Bancas Examinadoras terão o prazo de 12 (doze) dias, a contar da data do recebimento, para procederem à leitura das monografias.

Parágrafo Único – Não será permitido aos membros das Bancas Examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias, antes de sua defesa.

Art. 23 As sessões de defesa da Monografia são públicas.

Art. 24 Na defesa, o aluno tem, no mínimo, 20 (vinte) minutos e, no máximo, 30 (trinta), para apresentar seu trabalho e cada componente da Banca, até 10 (dez) minutos para fazer seus questionamentos, dispondo, ainda, o discente de outros 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 25 A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de argüição, obedecendo ao sistema de notas individuais, por examinador, baseada no quadro de critérios de avaliação da Defesa de Monografia.

§ 1º A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos Membros da Banca Examinadora.

§ 2º Para aprovação, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 5,0 (cinco), na média aritmética das notas individuais, atribuídas pelos Membros da Banca Examinadora.

Art. 26 A Banca Examinadora poderá reunir-se antes da sessão de Defesa pública e, se aprovado por maioria, devolver a monografia para reformulações.

Parágrafo Único – Sugerida a reformulação, a defesa ficará adiada.

Art. 27 A avaliação final, assinada por todos os Membros da Banca Examinadora, deverá ser registrada em atas.

Art. 28 O aluno que não entregar a Monografia, ou que não se apresentar para sua defesa oral estará automaticamente reprovado.

Art. 29 Não cabe revisão na nota final atribuída à Monografia.

Parágrafo Único – Em caso de reprovação, fica a critério do aluno continuar com o mesmo tema ou com o mesmo professor orientador, no próximo semestre letivo.

Art. 30 Ao aluno, cuja monografia não tenha sido aprovada, só será permitida nova defesa no semestre subseqüente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 Esta Norma Regulamentadora entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso de Ciências Econômicas da UFT, revogando-se as disposições em contrário.

A3. Regimento de Estágio do Curso de Ciências Econômicas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

***CAMPUS* UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

REGIMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Este Regimento estabelece as normas gerais para as atividades de Estágio Supervisionado no âmbito do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins, Campus *Universitário de Palmas em conformidade com a Lei N.º 1.788, de 25 de setembro de 2008.*

TÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art 1. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas prevê a realização de Estágio Não-obrigatório.

§ 1º. Define-se Estágio como sendo um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam regularmente matriculados no Curso de Ciências Econômicas.

§ 2º. Define-se Estágio Não-obrigatório como sendo uma atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do Curso de Ciências Econômicas.

Art 2. O PPC do Curso de Ciências Econômicas não prevê a realização de Estágio Obrigatório.

Parágrafo único. Define-se Estágio Obrigatório àquele previsto em PPC, cuja carga horária é requisito para a aprovação e obtenção de título.

Art 3. O Estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I) O estudante deve estar regulamente matriculado e freqüentando o Curso de Ciências Econômicas;

II) Haver celebração do termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a Universidade Federal do Tocantins (UFT);

III) Haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º. O Estágio deverá ser acompanhado pelo professor responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas e um supervisor da parte concedente.

§ 2º. O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art 4. A jornada de atividade em Estágio, definida no convênio entre a UFT e a parte concedente, deverá constar no termo de compromisso e ser compatível com as atividades escolares.

Parágrafo único. A jornada de atividade de Estágio não pode ultrapassar 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art 5. A duração do Estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

TÍTULO II

DA FINALIDADE

Art 6. A realização de Estágio Não-obrigatório visa a conciliação entre a teoria apreendida nas disciplinas oferecidas pelo referido curso e a prática exigida pelo mercado de trabalho.

§ 1º. O Estágio Não-obrigatório faz parte das atividades opcionais e extracurriculares do Curso de Ciências Econômicas e tem por finalidade integrar o itinerário formativo do educando e contribuir para acrescer à carga horária regular e obrigatória.

§ 2º. O Estágio Não-obrigatório visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Busca complementar a formação do estudante, dotando-o do instrumental prático indispensável ao perfeito desempenho de sua futura atividade profissional; aperfeiçoando a sua formação profissional de acordo com as

exigências do mercado de trabalho; e estabelecendo um canal retro-alimentador entre a teoria e a prática, desenvolvido pela Instituição e pela Comunidade.

Art 7. O aluno poderá desenvolver as seguintes atividades durante o Estágio:

I) Atendimento telefônico e ao público;

II) Arquivamento de documentos;

III) Acompanhamento e elaboração de planinhas e relatórios;

IV) Acompanhamento das rotinas burocráticas;

V) Cálculos de juros, inflação e de créditos;

VI) Elaboração de fluxograma de informações, pessoas e departamentos;

VII) Acompanhar a elaboração e tratamento de dados estatísticos e financeiros;

VIII) Auxiliar a elaboração e análise de projetos;

IX) Acompanhamento de análise de contexto sócio-econômico;

X) Auxiliar a organização da produção;

XI) Acompanhar o gerenciamento de dados;

XII) Acompanhar o gerenciamento de bens e matérias;

XIII) Acompanhamento de análise Financeira.

TÍTULO III

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

Art 8. O professor responsável pelo Supervisionado será o membro do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas indicado por este para a Coordenação de Monitoria e Estágio.

§ 1º. A indicação para a Coordenação de Monitoria e Estágio será anual.

§ 2º. Será atribuída ao Coordenador de Monitoria e Estágio uma carga horária de 04 (horas) horas semanais.

§ 3º. As atividades do Coordenador de Monitoria e Estágio deverão ser realizadas no Escritório Modelo de Economia, situado no *Campus* Universitário de Palmas.

Art 9. Cabe ao professor responsável pelo Supervisionado:

I) Cumprir a carga horária e o atendimento, conforme estabelecido no **Art. 8.** deste Regimento;

II) Estabelecer contatos com as empresas conveniadas junto à Central de Estágio do *Campus* Universitário de Palmas e obter informações sobre vagas e pré-requisitos para estágio;

III) Promover a divulgação ao corpo docente do Curso de Ciências Econômicas sobre a oferta de vagas para estágio e os pré-requisitos exigidos pela parte concedente;

IV) Orientar os estudantes quanto à obtenção dos dados necessários para a elaboração do Plano de Atividades de Estágio;

V) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 06 (seis) meses, de relatório das atividades. No caso de estudantes estagiando em Instituições Públicas Federais, esse prazo será de 02 (dois) meses;

VI) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, orientando o estagiário quando se fizer necessário, e preservando seus interesses junto à parte concedente;

VII) Comunicar à parte cedente do estágio, no início das atividades de estágio, as datas de realização de avaliações acadêmicas, bem como cobrar a Ficha de Avaliação do Estágio pelo Supervisor (Estágio Não-obrigatório);

VIII) Realizar a avaliação do estágio a partir do preenchimento da Ficha de Avaliação do Estágio pelo Supervisor de Estágio na UFT;

IX) Encaminhar à Central de Estágio do *Campus* Universitário de Palmas os documentos necessários para a inclusão da atividade de estágio no Histórico Escolar do estudante, obedecendo ao **Art. 22** deste regimento.

TÍTULO IV

DA PARTE CONCEDENTE

Art 10. As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, do Estado ou dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio desde que devidamente conveniados com a Universidade Federal do Tocantins.

Art 11. Compete à Parte Concedente:

I) Celebrar Termo de Compromisso com a Instituição de ensino e o estudante;

II) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III) Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV) Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, atendendo as orientações legais;

V) Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar Termo de Realização do Estágio ao professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências

Econômicas com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI) Enviar ao professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas a Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor (Estágio Não-obrigatório), com vista obrigatória ao estagiário, respeitando o prazo máximo de 06 (seis) meses ou de 02 (dois) meses nos casos de Instituições Públicas Federais.

TÍTULO V

DO ESTAGIÁRIO

Art 12. Estão aptos a exercer as atividades de Estágio os estudantes do Curso de Ciências Econômicas que estejam regularmente matriculados no período da concessão do Estágio.

Art 13. São obrigações do Estagiário:

I) Procurar o professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas e/ou a Central de Estágios do *Campus* Universitário de Palmas antes de iniciar o estágio em uma empresa, instituição ou outra localidade, para se informar sobre os procedimentos e documentos necessários;

II) Apresentar o Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório devidamente preenchido e assinado pela parte Concedente e o estudante, com a interveniência obrigatória da Universidade;

III) Participar do estágio com responsabilidade, consciente de sua condição de estudante, procurando obter o maior aprendizado profissional possível, cumprindo suas obrigações no estágio e na universidade;

IV) Ter uma postura ética nas dependências da organização em que desenvolve o estágio, respeitar as normas e não divulgar informações restritas;

V) Cumprir as determinações e orientações do professor responsável pelo Supervisionado quanto aos prazos e os procedimentos;

VI) Freqüentar assiduamente o estágio, estar presente às reuniões de orientação e acompanhamento do estágio e apresentar os relatórios de avaliação nos prazos determinados;

VII) Preservar a boa imagem da UFT e do Curso de Ciências Econômicas junto à organização cedente, a fim de dar oportunidade a outros estudantes de realizarem o estágio na mesma entidade;

VIII) Colaborar com o Diretor do *Campus* Universitário de Palmas, com a Central de Estágios do referido *campus* e com o professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas na procura e obtenção de vagas em campos de estágios;

IX) Evitar que o valor da bolsa auxílio seja fator determinante da escolha do estágio, preservando o fim pedagógico do curso;

X) Cuidar para que as atividades de estágio não prejudiquem as suas atividades acadêmicas.

Art 14. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte.

§ 1º. A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º. Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art 15. É assegurado ao estagiário, sempre que tenha duração igual ou superior a 01 (hum) ano de Estágio no mesmo concedente, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º. O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos do estagiário ter duração inferior a 01 (hum) ano de atividades junto ao mesmo concedente.

Art 16. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do Estágio.

TÍTULO VI

DO TERMO DE COMPROMISSO E PLANO DE ATIVIDADES

Art 17. O Termo de Compromisso é concretizado através da aceitação das condições do Estágio especificadas por este Regimento, pela Lei N.º 11.788, de 25 de Setembro de 2008 da Presidência da República, mediante os vistos do representante legal da UFT/*Campus* (Diretor do *Campus*), do representante legal da parte concessionária, e do estudante estagiário.

§ 1º. O Termo de Compromisso poderá seguir o modelo da UFT ou modelo próprio da parte Concedente.

§ 2º. Nos casos da adoção de modelo próprio da parte Concedente, o Termo de Compromisso deverá conter:

§ 3º. Nos casos da adoção de modelo próprio da parte Concedente, o Termo de Compromisso deverá conter:

I) Dados do Estagiário;

II) Dados da parte Concedente;

III) Início e Término previsto do estágio;

IV) Horário a ser cumprido;

V) Setor onde o Estágio será desenvolvido;

VI) Nome do funcionário responsável pela supervisão do estágio;

VII) Nome do professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas;

VIII) Valores da bolsa e demais benefícios concedidos pela parte Concedente.

Art 18. O Plano de Atividades deve ser anexado ao Termo de Compromisso relacionado ao estágio.

§ 1º. O Plano de Atividades poderá seguir o modelo da UFT ou modelo próprio da parte Concedente.

§ 2º. Nos casos da adoção de modelo próprio da parte Concedente, o Plano de Atividades deverá conter:

I) Dados da parte Concedente;

II) Dados do Estagiário;

III) Detalhamento das atividades realizadas durante o estágio;

IV) Assinaturas do professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas, do Supervisor indicado pela parte Concedente e do estudante estagiário.

§ 3º. O Plano de Atividades deve ser atualizado a cada 06 (seis) meses ou 02 (dois) meses nos casos de Instituições Públicas Federais pela parte Concedente.

TÍTULO VI

DOS ENCAMINHAMENTOS PARA O ESTÁGIO

Art 19. O Termo de Compromisso e o Plano de Atividades devem ser encaminhados em 03 (três) à Central de Estágio do *Campus* Universitário de Palmas pelo estudante interessado.

§ 1º. Todas as vias do Termo de Compromisso devem estar devidamente preenchidas e assinadas pelo Supervisor da parte Concedente. Caberá à Central de Estágios do *Campus* Universitário de Palmas providenciar a assinatura do representante legal da UFT/*Campus* (Diretor do *Campus*).

§ 2º. Todas as vias do Plano de Atividades devem estar devidamente preenchidas e assinadas pelo Supervisor da parte Concedente e pelo professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas.

§ 3º. A assinatura do professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas no Plano de Atividades do estudante caracteriza sua aprovação em relação à realização do estágio.

Art 20. Ao término do estágio, a parte Concedente deverá emitir documento comprobatório de realização do estágio.

TÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO E CONCESSÃO DOS CRÉDITOS

Art 21. A avaliação das atividades de estágio será realizada pelo Supervisor de Estágio indicado pela parte Concedente e pelo professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas a partir da Ficha de Avaliação do Estagiário Pelo Supervisor da Unidade Concedente e da Ficha de Avaliação do Estagiário Pelo Supervisor de Estágio da UFT, respectivamente.

§ 1º. O professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas deverá ter acesso à avaliação do Supervisor indicado pela parte Concedente.

§ 2º. Após sua avaliação, o professor responsável pelo Supervisionado do Curso de Ciências Econômicas deverá encaminhar a Ficha de Avaliação do Estagiário Pelo Supervisor de Estágio da UFT devidamente preenchida e assinada por este e pelo estagiário, à Central de Estágios do *Campus* Universitário de Palmas.

Art 22. A Central de Estágios deverá enviar o dossiê do estagiário à Secretaria Acadêmica, contendo os Termos de Compromisso, Planos de Atividades, Termo de Realização de Estágio e Fichas de Avaliação devidamente assinadas pelas partes competentes, para fins de inserção dos dados no histórico escolar do estagiário.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 23. A concessão de estágio deverá ocorrer em conformidade com a Lei N.º 11.788, de 25 de Setembro de 2008 da Presidência da República e com este Regimento, bem como os procedimento adotados pelas Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e de Assuntos Estudantis (PROEST) da UFT e Central de Estágios do *Campus* Universitário de Palmas.

Art 24. Os formulários e fichas relacionados ao Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório, Plano de Atividades de Estágio Curricular Não Obrigatório, Termo de Realização de Estágio Não Obrigatório, Relatório do Estágio Curricular Não Obrigatório, Avaliação do Estagiário pelo Supervisor de Estágio da Unidade Concedente, Avaliação do Estagiário pelo Supervisor de Estágio da UFT e o Termo de Realização de Estágio encontram-se no endereço eletrônico da UFT: www.uft.edu.br/estagios

Art 25. O estudante que não renovar sua matrícula ou recorrer ao trancamento total de matrícula no Curso de Ciências Econômicas terá seu Estágio interrompido.

Art 26. Os casos omissos serão apreciados pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

Art 27. Este Regimento entre em vigor a partir da data de aprovação do Plano Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas.

A4. Normas de Atividades Complementares

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

***CAMPUS* UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NORMAS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Esta norma estabelece as linhas gerais para as atividades de Atividades complementares, objetivando homogeneidade no que se refere a avaliação dos trabalhos realizados e resguardados.

PALMAS-TO
FEVEREIRO DE 2009

DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares do curso de Ciências Econômicas da UFT compõem o núcleo flexível do currículo dos cursos de graduação, sendo o seu integral cumprimento indispensável para colação de grau e terão carga horária global definida no Projeto Político Pedagógico afeto ao curso, devendo o seu cumprimento ser distribuído ao longo do curso.

Em todos os casos não serão incluídas no cômputo as atividades previstas pelas Diretrizes Curriculares dos cursos em outra modalidade de atividade acadêmica.

As atividades complementares do curso de Ciências Econômicas são obrigatórias e estão divididas em três tipos, assim discriminadas:

1. Atividades de Ensino;
2. Atividades de Pesquisa;
3. Atividades de Extensão.

DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades de Ensino compreendem:

1. Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e não aproveitada relacionada a alguma disciplina da grade curricular do aluno
2. Atividades de monitoria;
3. Organizar e ministrar mini-cursos;
4. Participação como participante inscrito ou colaborador em minicursos;
5. Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira.

As Atividades de Extensão compreendem:

1. Autoria e execução de projetos;
2. Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.);
3. Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.);
4. Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.);
5. Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.);
6. Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas redondas, etc.);
7. Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.);
8. Participação em oficinas;
9. Visitas técnicas;
10. Estágios extracurriculares;
11. Representação discente em órgãos colegiados;
12. Representação discente (UNE, UEE, DCE e CAs).
13. Participação em Redes de Mobilizadores Sociais ou ONGs registradas oficialmente segundo a legislação brasileira e com a apresentação de projeto ou cronograma de atividades aprovadas pelo coordenador das atividades complementares

As Atividades de Pesquisa compreendem:

1. Livro Publicado;
2. Capítulo de Livro;
3. Projetos de Iniciação Científica;
4. Projetos de Pesquisa Institucionais;
5. Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);
6. Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);
7. Artigo completo publicado em anais como autor;
8. Artigo completo publicado em anais como autor;
9. Resumo em anais;

10. Participação em grupos institucional trabalhos e estudos.

DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares deverão ser encaminhados ao Coordenador do Curso até:
No final do primeiro semestre ou do segundo semestre.

- O aproveitamento das horas de Atividades Complementares será divulgado até 30 de na primeira quinzena do mês de agosto, relativa ao primeiro semestre; e até dia 30 do mês de março, relativa ao segundo semestre.
- No caso de aluno formando, o aproveitamento será divulgado no prazo da publicação das notas do semestre.
- O pedido de registro das atividades complementares será feito pelo interessado, perante Protocolo Geral e encaminhado para Parecer da Coordenação do Curso e do Coordenador das atividades complementares.
- Os documentos originais deverão permanecer em poder do interessado e o processo deve ser iniciado com copia e o Coordenador irá chamar o interessado para mostrar o documento original para que seja computado.
- O aluno que discordar da quantificação atribuída à atividade complementar, poderá, no prazo de 30 dias após a publicação, apresentar pedido de revisão da mesma ao Coordenador de Curso.
- Da decisão do Coordenador de Curso cabe recurso ao Colegiado do Curso e ao Comitê Diretor do Campus como última instância.
- Somente terão validade para cômputo como atividades complementares, as realizadas pelo acadêmico durante o período no curso graduação.
- Todas as atividades complementares executadas devem ser comprovadas através de documento impresso, fornecido pelo organizador do evento ou atividade.
- A participação em atividades complementares, onde não houver o fornecimento de certificados de participação, deve ser comprovada através da assinatura do responsável pela atividade no formulário de Relatório de Atividade Complementar, disponível na Coordenação do Curso.

A carga horária total de Atividades Complementares equivale a um total de pontos, definidos pelo Projeto Político Pedagógico do curso, a serem completados durante o período que o aluno tiver para completar seu curso pela legislação e normativas da UFT.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Compete à Congregação Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir as suas lacunas que venham surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

A5. Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos no Âmbito da UFT

Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da UFT.pdf